

Número: 61

Horta, Quinta-Feira, 20 de Novembro de 1986,

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

III Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite (Substituído no decorrer da Sessão, pelo Deputado Fernando Faria)

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Valadão

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

Não houve Período de Antes da Ordem do Dia.

No Período da Ordem do Dia deu-se continuidade à apreciação das Propostas do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1987.

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Carlos César (PS), João de Brito (PSD), Carlos Mendonça (PS), Raimundo Mesquita (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), João Braga (PS), Manuel Goulart (PS), José Decq Mota (PCP), Francisco Sousa (PS), José Carlos Simas (PSD), Álvaro Monjardino (PSD), Borges de Carvalho (PSD) e José Azevedo (PSD), bem como os seguintes Membros do Governo: Secretário Regional das Finanças, Álvaro Dâmaso; Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes; Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos; Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves; Secretário Regional do Trabalho, Manuel Arruda e o Secretário Regional do Equipamento Social, Germano Domingos.

A continuação dos debates ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19,50 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada. (Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, Jorge Cabral, José Leovigildo, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Natalino Viveiros, Reis Leite; PS - Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, João Carlos Macedo, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; PCP - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 34 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos com a continuação dos

debates sobre as Propostas do Plano e Orçamento da Região para 1987.

Ontem, depois da intervenção do Sr. Deputado Carlos César, inscreveram-se os Srs. Secretários Regionais das Finanças e Agricultura e Pescas, que suponho, para prestar esclarecimentos. Como o Sr. Deputado não está presente, pergunto se pretendem intervir.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que os debates sobre o Plano e o Orçamento não se circunscrevem a duas pessoas. O debate sobre o Plano e Orçamento, é nesta Câmara que deve ser executado.

Portanto, em execução deste debate, Sr. Presidente, eu faço perante esta Câmara os comentários que tenho a fazer e os esclarecimentos que tenho a prestar, à intervenção do Sr. Deputado Carlos César, com ele ou sem ele presente.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar os esclarecimentos que entender.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É de facto para responder à intervenção do Sr. Deputado Carlos César, que parece agora - afastadas que estão outras funções - dedicado ao teatro.

Ele apresentou-nos aqui ontem uma peça, que ele próprio engendrou - uma peça imaginária! Curiosamente, o Sr. Deputado Carlos César nem se esqueceu de atribuir a si próprio um lugar nessa peça que ele imaginou, e o lugar que ele lhe atribuiu, ficou aqui patente perante todos, foi o lugar de arrumador de pessoas no teatro.

Os Sr. Deputado Carlos César verificou os bilhetes, sentou as pessoas, não sei se ele usou a pilha ou se não, se o fez às escuras ou às claras, mas a verdade é que ele distribuiu e até disse quem é que tinha pago mais, quem é que tinha pago menos e quem é que tinha pago o médio.

Para responder a esta intervenção, deixemos a questão do teatro, deixemos esse melodrama em que o Partido Socialista se transformou e passamos às questões concretas:

O Sr. Deputado Carlos César disse aqui ontem que não havia qualquer diferença entre a ante-proposta e a proposta do Plano. A verdade é que, quer o Sr. Deputado Carlos César queira, quer não queira, há diferença. As diferenças podem não ser aquelas que o Sr. Deputado gostaria, mas existem diferenças! Existem diferenças de texto e existem diferenças de números, não contra os valores globais, mas entre dois programas pelo menos.

O Sr. Deputado Carlos César também disse ontem aqui, que o Plano tinha programas, que o não tinha projectos nem acções. O Sr. Deputado Carlos César, concerteza, fixou-se apenas num dos vários volumes que nós apresentámos aqui.

Há anos que o Plano Regional se organiza - há anos que isto é assim - em programas, se organiza em projectos e estes em acções. Há anos que nós atribuímos a cada projecto os valores correspondentes e quantificamo-los. Os Srs. Deputados sabem; têm os documentos à sua frente.

O Sr. Deputado Carlos César foi mais longe e extraíu um conjunto de frases dos pareceres dos Parceiros Sociais e das Câmaras Municipais, mas esqueceu-se doutras.

Os jovens, que o Sr. Deputado aqui ontem referiu, começam por dizer assim: "genericamente considerado o Plano proposto para 1987, não nos merece qualquer oposição, sendo de realçar o propósito manifestado de devolver aos agentes económicos e à produção não estatizada a sua função dinamizadora do desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores". Porquê!? Se o Sr. Deputado Carlos César estivesse presente responder-me-ia. Porque é que ele não referiu esta frase!?

Como o Sr. Deputado Carlos César também não referiu, ao explanar e ao louvar-se no parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, as 10 páginas de parecer desta Associação, que todas elas são dedicadas a pedir ao Governo subsídios a fundo perdido. Recomendo aos Srs. Deputados que leiam isto. Até se diz que se copie aquilo que existe na Europa e se atribua às empresas subsídios a fundo perdido.

O Sr. Deputado ainda foi mais longe e no seu afã de arrumar as coisas a seu belo talento, já tinha arrumado os participantes no "teatro", quis agora arrumar o planeamento doutra maneira e quis dizer que o Plano Regional deveria ser o somatório dos planos municipais, acrescentando que o Plano para este ano não trazia os planos anuais das Câmaras Municipais, apesar de existirem os planos plurianuais dessas Câmaras. O Sr. Deputado Carlos César também não disse que foi o Departamento Regional do Planeamento que, com a colaboração com as Câmaras, fez os planos plurianuais que hoje algumas das Câmaras dos Açores já dispõem e outras irão dispôr em breve. De facto não estão aqui os planos das Câmaras Municipais porque elas não nos entregaram, porque elas têm, de acordo com a Autonomia, um calendário diferente para a aprovação dos seus planos. Ainda não foi possível compatibilizar os calendários dessas Câmaras com o calendário que nós temos aqui para o Plano Anual. O problema não é do Governo. O Governo solicitou às Câmaras a listagem e não as recebeu. De resto nem precisaria solicitar, porque temos uma lei e as Câmaras são obrigadas a cumpri-la.

Mais à frente, o Sr. Deputado Carlos César ao referir-se a medidas que aqui foram explanadas, foram até concretizadas e foram desenvolvidas, na intervenção que eu fiz, com grande pormenor, o que teve a dizer sobre estas foi isto: "esperamos os seus efeitos negativos". é de facto um drama, o Partido Socialista!

Ao emprego o Sr. Deputado Carlos César retirou-lhe alguns valores. De facto, o emprego que os Centros de Emprego promovem, as colocações que eles fazem não são todas as colocações que são efectuadas ao longo do ano. Toda a gente sabe isso! Por isso mesmo, e porque a procura e a oferta de emprego não se esgota nos Centros de Emprego, as colocações que eles fazem ao longo do ano constituem um indicador precioso para se saber da evolução do emprego ao longo do período considerado e a verdade é que, as colocações têm vindo a aumentar nos últimos 2 anos. O Sr. Deputado Carlos César a cada número global de colocações anuais, que aqui referiu ontem - eu não os refiro para não vos massar retirou alguns valores.

Finalmente, a questão da Universidade. Eu refiro-a aqui - e o meu colega da Educação e Cultura, porventura também se referirá a esse assunto - porque ela foi tratada em termos orçamentais globais e julgo que merece uma resposta.

A Universidade dos Açores, quanto ao Orçamento em curso - que é o Orçamento de 1986 - teve rigorosamente aquilo que pediu. Ela pediu uma verba até aos

cinquenta centavos e foi-lhe concedida. A Universidade dos Açores no ano de 1985 não executou integralmente o seu orçamento. Prevê-se que no ano de 86 também não o venha a executar integralmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Eu farei os meus esclarecimentos na altura da minha intervenção.

Presidente: Dou então a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

Merecem-me dois ou três comentários a sua intervenção - a tal famosa peça que pretendeu encenar, aliás, de má qualidade e talvez nenhuma editora a publique -, misturados com duas desilegâncias que também, em meu entender, trouxe à colação:

A primeira delas, relativamente à Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Começarei por informar que o projecto, tanto quanto estou informado pela Secretaria Regional do Equipamento Social, será entregue no dia 28 de Novembro e portanto terá o seu início em 1987. Ao referir este aspecto, o Sr. Deputado Carlos César tentou uma comparação infeliz em relação à Biblioteca Pública de Angra, inculcando a ideia de que a Secretaria Regional da Educação e Cultura estava a proteger uma com desabono da outra. Eu rejeito frontalmente essa insinuação malévola! Não é verdade! Cada um desses organismos tem a sua vida autónoma independente e andam da forma como podem e a ocasião lhes proporciona para andar.

A Biblioteca Pública de Ponta Delgada e o seu projecto vai envolver muito dinheiro; vai ser uma Biblioteca que vai honrar os Açores. É necessário - isso todos nós reconhecemos - que ela mude de casa rapidamente e por essa mesma razão, não há qualquer situação de privilégio duma instituição em relação à outra.

Penso que não foi, de facto, muito elegante a sua alusão ao recente acontecimento da exoneração - e é legítimo naturalmente comentar a actividade e o plano cultural da Secretaria Regional - do Director Regional. O Secretário Regional trabalha com quem quer, nomeia e exonera quem quer e a ter que dar satisfações, dá-las-á ao Presidente do seu Partido, do seu Governo e não traz - porque não está nos seus hábitos - a esta Câmara discussões públicas desta natureza. Acha-as excessivamente menores para serem trazidas aos debates desta Câmara.

Falou aqui no plano de recuperação de património. Aliás, este problema também foi hoje trazido aqui através dum requerimento apresentado por deputados do Partido Social Democrata, relativo ao Convento dos Franciscanos da Lagoa. De facto, este imóvel como outros mais, foram por mim propostos no ajustamento do Plano, em Julho deste ano, só que, tal como qualquer outro departamento, a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem que perspectivar as suas disponibilidades de verbas em relação com os outros departamentos. Em face do

disponível, digamos assim, a Secretaria teve que fazer as suas opções e entendeu que era mais pertinente, numa perspectiva social, carregar e dotar as construções escolares e tudo aquilo que se refere à rede escolar e ao seu equipamento de um milhão e tantos mil contos, do que na recuperação de património, porque pesadas as duas realidades, numa perspectiva social, uma parece mais importante do que a outra. É uma opção que nós fazemos e, portanto, é-nos assistido esse direito. O Convento dos Franciscanos da Lagoa, penso que virá a ter também o seu tempo.

Pegando no Plano, vejo que temos no Programa 7 - Defesa do Património, 4 acções na ilha de S. Miguel, 2 na ilha Terceira, 3 na ilha do Faial e na continuação a um outro programa - montagens de Casas de Etnografia e apoio a Filarmónicas, uma verba relativamente modesta. Eu, de facto, não direi que a verba disponível para estes programas é altamente abundante, mas fiz essa opção. Entendi que no plano social, e confrontados com os problemas que vamos ter nos próximos anos, com a necessidade de alargamento da rede escolar, era mais importante pôr as verbas disponíveis da Secretaria Regional da Educação e Cultura nessa área, que não tanto na do património. Isto não envolve qualquer menos atenção em relação às questões do património, para as quais até, por temperamento e por formação, me sinto mais atraído.

Por outro lado, continuo a perceber que, de ano para ano, o Partido Socialista fica fortemente perturbado com este Programa de Apoio às Filarmónicas.

O Governo, de facto, entende que as 112 Filarmónicas que temos na Região merecem um programa especial. São unidades culturais e recreativas que desempenham um papel muito importante nas nossas sociedades rurais, espalhadas por todas as ilhas e ficamos a saber, pela voz do Sr. Deputado Carlos César, que o Partido Socialista condena este apoio às filarmónicas. O problema é vosso e do Partido Socialista.

Quanto ao orçamento da Universidade e à questão de se retirarem, com este orçamento, os instrumentos de trabalho de natureza técnica e científica, eu muito brevemente - para além do que disse o meu colega das Finanças - dir-lhe-ei que a Universidade teve, com efeito, o orçamento que solicitou, ou melhor: sabe que, para a Administração Regional todos os anos, na elaboração do orçamento é fixado um tecto que é válido para todos os organismos dessa mesma Administração. A Universidade dos Açores, para lhe ser concreto e verdadeiro, para 1987 elaborou um orçamento no montante de 439 094 contos. Em face do tecto imposto a toda a Administração Regional, e esse tecto revela senso na elaboração dum orçamento, esta proposta foi devolvida à Universidade e a segunda proposta que apareceu, com base nesse tecto estabelecido, foi da ordem de 390.524 contos, acrescido de mais 76.092 contos do que em 1986. Estas verbas correspondem a despesas correntes e de capital.

Quanto ao Plano, em 1986 a Universidade dos Açores foi dotada com 100 mil contos para instalações, com 50 mil contos para aquisição de viaturas e equipamento científico, etc. e em 87 a Universidade dos Açores vai ter 150 mil contos no Plano, para investimentos de instalações e 50 mil contos também para aquisição de equipamento científico, etc.. Portanto não vejo que o panorama seja tão dramático quanto o Sr. Deputado Carlos César quis inculcar e sendo certo até, que muitos departamentos da Universidade celebram protocolos com instituições do Governo ou outras donde lhe advém alguns réditos significativos que são investidos, naturalmente, nos programas que são decorrentes desses protocolos estabelecidos.

Em qual quer circunstância, como já aconteceu em anos anteriores, não só em relação à Universidade como em relação a outras instituições dependentes

desta Secretaria ou doutra qualquer, em casos de comprovada necessidade e de alguma viabilidade, acontecem reforços.

Não é uma situação para se levantar aqui, com esse alarido com que levanta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com a atenção possível o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e tomei consciência que, como em todas as situações, todos os dramaturgos têm os seus críticos de arte. Vossa Excelência, salvo melhor opinião, fez aqui o papel de crítico de arte de um jornal onde o anúncio da sua tiragem já não corresponde à real idade e o anúncio dessa tiragem apenas é referenciado para nos iludir com vista a obter o subsídio do papel.

Reconheço que Vossa Excelência tem necessidade de alguma agressividade nesta matéria, visto que já há o velho princípio de que a melhor defesa é o ataque e Vossa Excelência não se está a defender do PS, está-se a defender do PSD.

Quanto à Biblioteca Pública, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura saberá, certamente, que eu lhe podia dar uma resposta pormenorizada para fundamentar aquilo que eu afirmei, mas como nos entendemos muito bem sobre aquilo que eu estou a dizer, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não terá essa resposta.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura não fez, ao contrário do que o Sr. Secretário Regional afirmou, uma opção pela rede escolar. Essa afirmação não é correcta e essa afirmação não tem a ver com o pensamento de Vossa Excelência, porque antes do Plano eu tive oportunidade de trocar formalmente impressões com o Sr. Secretário e o senhor anunciou, no que diz respeito ao Convento dos Franciscanos da Lagoa - que o PSD descobriu ontem e que nós descobrimos, como eu disse, há 3 anos - que essa seria uma das acções a desenvolver no ano de 1987, a não ser que, na fase de elaboração do Plano, o Governo viesse a retirar algumas das acções que tinha previsto em função doutras necessidades ou doutras premências no domínio da sua política financeira. Portanto, o que aconteceu, não foi que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura tenha estabelecido uma prioridade, mas sim foi retirado ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura verbas que o levou a retirar acções daquilo que planeava para o ano de 1987 e portanto foi isso que efectivamente aconteceu.

Eu nunca condenei que o Governo usasse de mecanismos para apoiar as filarmónicas. Nunca condenei tal coisa. Várias vezes me tenho repugnado com situações que tem a ver com esses apoios às filarmónicas e que circulam normalmente entre o clientelismo e entre a tentativa que por vezes aconteceu no decurso de campanhas eleitorais, de se a banda de música vai na manifestação do partido "x", pois vai com a farda velha, se for na do partido "y", vai com a farda nova. Tudo isto não são novidades; eu não vim dar novidades sobre isso e é evidente que para os desfiles, de apoio pessoal ao Dr. Mota Amaral, os músicos devem ir fardados de novo...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):

Concerteza!

(Risos das diversas bancadas)

O Orador: ... No que diz respeito à Universidade, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não está a contestar nada do que eu disse, porque no que diz respeito à Universidade eu não disse nada. O que eu disse foi uma citação do magnífico Reitor da Universidade dos Açores, que certamente estará de bem com a política da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Registo então aquilo que finalmente o Sr. Secretário não disse e que tem a ver com a autonomia político-administrativa, com o empenhamento de nós todos nesse processo para o desenvolvimento dos Açores. O que eu disse foi que em 10 anos nunca foi empreendida nenhuma acção no sentido da regionalização da educação e do ensino nos Açores e especialmente da prestação do ensino. Eu defendi isso e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura ainda não me disse que relação deve ter a educação e prestação de ensino nos Açores, com a lei de bases do sistema educativo ou com o Ministério da Educação e Cultura. Talvez aí sim, o Sr. Secretário usasse, com alguma utilidade, da palavra nesta Assembleia, sem essa agressividade, porque convenhamos eu não estarei na primeira linha dos adeptos da sua demissão. Vossa Excelência tem muito mais com que se preocupar e deve dirigir-se, em primeiro lugar, aos fundos da sua bancada e quiçá do Governo.

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João de Brito.

Deputados João de Brito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A estratégia do desenvolvimento económico e social de uma Região, assenta num plano económico que define com clareza os seus objectivos, as suas prioridades e as acções a desenvolver.

O nosso arquipélago até 1976, desenvolveu-se economicamente, com alguns planos elaborados a curto prazo, sem objectivos, de uma forma atrofiada e desarticulada do seu todo, sem ter o verdadeiro sentido de unidade regional.

Os Açores necessitam de um instrumento de que balizasse concretamente a sua vida política, no seu todo, e que fosse dinamizador do nosso desenvolvimento.

Com a autonomia democrática consagrada no quadro constitucional abriu-se no horizonte em temporal, perspectivas e condições favoráveis para que os açorianos pudessem traçar os seus destinos.

Com firmeza e sem hesitações o Partido Social Democrata liderou a elaboração do projecto de Estatuto Político-Administrativo para a Região Autónoma dos Açores, dando-lhe um conteúdo aos seus preceitos que melhor se adaptasse aos nossos condicionalismos e que desse resposta na prática às ansiedade; de uma população.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores é a cartilha do nosso dia a dia, o mesmo apresenta um clausulado dinâmico progressivo, que traduz o sentido das gentes que vivem nestas paragens isoladas no Atlântico Norte; visa também retirar rapidamente do subdesenvolvimento em que nos encontrávamos, promover a melhoria da qualidade de vida dos açorianos e, para as gerações futuras facilitar uma vida mais digna para os que habitam dia a dia estas; ilhas.

Imbuídos no melhor servir a Região Autónoma dos Açores, os Órgãos Próprios, o

Governo e a Assembleia Regional legitimamente representados, sempre apostaram nas transformações que eram necessárias operar no tecido social e económico regional.

Havia que correr riscos de percurso, mas a coragem, a tenacidade e a firme decisão de alterar a história dos Açores era força intrínseca que sempre animou os sociais democratas.

Se procedermos atentamente a uma retrospectiva de 10 anos de autonomia democrática surgir-nos-á na mente a seguinte pergunta:

- Em que se tem baseado todo este surto de desenvolvimento?

A resposta é muito simples: o Partido Social Democrata sempre soube interpretar com rigor as aspirações dos açorianos e transpô-las para a prática, o que pretendem e que caminho desejam percorrer.

É um projecto de desenvolvimento assumido desde a primeira hora e vai continuar o seu percurso. Ele assenta em planos elaborados a partir do reconhecimento junto das populações, auscultando os seus queixumes na recolha de informações a nível de todos os extractos sociais, constatando, in loco, suas carências por forma a assegurar o compromisso eleitores/governantes.

Assim, ao longo dessa década de autonomia democrática sem convulsões políticas em paz e liberdade, os sucessivos planos económicos alicerçados na participação e colaboração de todos os agentes económicos, vem permitindo construir uma Região, cujos seus frutos a nível interno são inquestionáveis e já se estendem além fronteiras.

Daqui se infere que os planos económicos, peças fundamentais de qualquer política, e geradores de todas as actividades, são conducentes ao aumento de riqueza e bem estar social.

Por outro lado, a governação social democrata, terá que dar passos em frente na melhoria qualitativa em áreas que ainda necessitam de ser trabalhadas; é óbvio, que o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores terá que ser aperfeiçoado, melhorado, e aprofundado dentro do quadro constitucional para facilitar que a autonomia democrática se desenvolva ao ritmo desejado.

Há que sensibilizar para esta realidade concreta, pois o projecto social democrata é dinâmico dentro da unidade nacional e identifica-se com o sentir e o pensar da maioria da população, de modo que as gerações futuras se sintam encorajadas em prosseguir em frente.

Conforme preceitua o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, anualmente nesta época, esta Câmara reúne para apreciar, analisar, discutir e aprovar o Plano e Orçamento de relevante importância para a vida pública regional.

O Governo ao submeter a este Parlamento esses documentos que são o cerne da política governamental, é de grande responsabilidade para aqueles que o aprovam.

Sentimo-nos orgulhosos e satisfeitos por constatar que o seu conteúdo é a prossecução de um trabalho encetado com reflexos positivos para aqueles que vivem nestas ilhas.

Os documentos em apreço, em nosso entender, apresentam um conjunto de programas e projectos bem elaborados que corporizam uma política social democrata que tem em vista o desenvolvimento regional.

A programação deste plano para 1987, no campo económico, prevê um reforço no investimento produtivo que, para atingir os seus objectivos necessita que sejam congregados esforços de todos os agentes económicos, elementos preponderantes na execução prática das acções preconizadas pelo Governo Regional, ao mesmo tempo que contribuirá para a arrancada da nossa adesão à Comunidade Europeia.

Por outro lado, para que os Açores venham a recuperar o seu atraso económico e social o Plano aponta para os investimentos (públicos), uma verba de cerca de 12 milhões de contos, distribuídos em 61% para o sector económico e 32% para o social.

Isto representa um grande esforço e empenhamento do Governo Regional, na modernização da actividade produtiva e à melhoria da qualidade de vida dos Açorianos.

A execução prática dessas acções, é tarefa que merece uma atenção especial, se atendermos que a execução é difícil pela carência de recursos humanos, técnicos e físicos.

Todavia, os resultados obtidos em anos anteriores revelam uma dedicação ímpar e uma vontade política de servir com vista à sua total execução, o qual é digno do maior apreço, pelo que formulamos votos para que seja posto o mesmo empenhamento na execução das acções previstas para 1987.

Depois da conquista da autonomia democrática, a nossa adesão à Comunidade Económica Europeia, é a segunda opção política mais importante e decisiva para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

No período de negociações para a adesão à Comunidade Económica Europeia, foi na área da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que houve, principalmente, necessidade de salvaguardar e defender o melhor possível os interesses da Região.

Não foi tarefa fácil para que as nossas teses vingassem, a criatividade e a segurança no transmitir o conhecimento profundo da nossa realidade e Objectivos, tornou o diálogo firme por parte dos nossos representantes, cujas decisões pesaram nos acordos alcançados.

Embora a nossa integração na Comunidade Económica Europeia se realize por etapas, constatamos, que os efeitos da adesão nos primeiros onze meses animou toda a actividade produtiva.

Começa-se a registar os primeiros sintomas de um despertar dos agentes económicos para as questões da integração na CEE, apresentando-se dispostos e interessados em equacionar os seus problemas, à luz da nova realidade.

É principalmente, na área do sector pecuário que mais nos preocupa a nossa integração, pois a Europa é excedentária na quase totalidade dos principais produtos agrícolas e pecuários que produzimos, para além de ter uma forte estrutura empresarial, com uma alta tecnologia, uma estrutura produtiva bem dimensionada e organizada.

Daí que todos os nossos esforços devem principalmente convergir para a

racionalização e optimização deste sector que apresenta ímpares vantagens comparativas.

Para superar o nosso atraso económico, relativamente à Europa Comunitária, haverá que adaptar e modernizar as nossas estruturas pecuárias. Para o efeito, o Plano prevê colocar à disposição dos agentes económicos privados, recursos financeiros, segundo determinados critérios, orientados para o investimento produtivo.

Paralelamente; o Governo Regional irá continuar a implementar os investimentos, visando assegurar, a satisfação de estruturas básicas, que facilitam a iniciativa privada a desempenhar mais responsabilmente a sua actividade.

Para dar este salto qualitativo o Plano para 1987 prevê a aplicação de várias ajudas comunitárias que no seu conjunto contribuirá fortemente para as alterações profundas da economia açoriana.

Vamos votar favoravelmente as propostas do Plano e Orçamento apresentado pelo Governo Regional, na esperança, de que todos os agentes intervenientes irão assumir as suas tarefas na execução prática deste instrumento, que é o motor do desenvolvimento sócio económico regional.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa condição de Deputados Regionais, responsáveis pela fiscalização dos actos do Governo em todo o território da Região, impele-nos de igual modo e com um carácter mais pontual de visionarmos as actividades do Executivo no círculo pelo qual fomos eleitos, como forma de fazer eco dos anseios e aspirações daqueles que em nós depositaram a sua confiança. Se é certo que ao longo de toda a legislatura temos oportunidade para o fazer, entendemos de igual modo que hoje o momento é bastante oportuno, já que se pode olhar o passado e questionar o futuro.

No que se prende com o meu círculo eleitoral, a Ilha Graciosa, se é certo que no Plano de infraestruturas, algumas, e de uma importância, se mostram concluídas e em pleno funcionamento, colmatando carências essenciais sentidas ao longo de várias décadas, outras há que têm vindo a sofrer sucessivos protelamentos no tempo, pelos motivos mais díspares, e que a talho de foice para o seu reavivamento, e que justamente porque tem sido sistematicamente incluídas, algumas já em dois planos de médio prazo, e nos sucessivos anuais levam os Graciosenses a interrogarem-se: até quando? Se saber esperar é uma virtude há contudo que ter a noção de que todos os excessos levam ao caminho do descrédito.

Contudo, antes de pormenorizarmos alguns aspectos relacionados com as esquecidas infraestruturas focaremos outras de carácter geral e que se relacionam com o desenvolvimento sócio-económico daquela nossa ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São já decorridos alguns anos que desta tribuna nos congratulamos com a operacionalidade do porto e aeroporto da ilha Graciosa. Fizemo-lo com a

sinceridade e o sentido de responsabilidade que sempre procuramos tratar os assuntos nesta Casa. Mas acrescentamos algo mais a título de voto não realizável: não viessem os mesmos a constituir pontos de entrada, não só daquilo que é indispensável importar, mas também de tudo aquilo que a ilha é susceptível de produzir, para o seu auto-abastecimento e inclusive para o mercado externo.

O nosso vaticínio tornou-se realidade e cada vez mais a economia da Ilha depende do exterior. Poder-se-á dizer que o mal é ainda maior com a constatação de que este facto é quase generalizado a toda a Região.

E no fundo a falta de uma política acertada para o desenvolvimento regional que provoca situações desta índole.

E uma agricultura estagnada, sem que ainda se tivessem definido uma política objectiva para este importante sector económico. Fruto de razões de vária ordem, às quais se não podem isentar a falta de apoio por parte dos serviços públicos do sector, nomeadamente dos seus técnicos que neste contexto terão que ser mais técnicos da terra do que de gabinete, advindo daí a consequência inevitável de importação das frutas, dos cereais, do vinho e de tantos outros produtos de primeira necessidade, os quais em tempo não muitos recuados eram produzidos em quantidade necessária para abastecimento do mercado local.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, se nos ativermos um pouco sobre este plano, nomeadamente sobre o seu anexo verificamos que a Graciosa contém, como não podia deixar de ser, uma série de contemplanções, as quais se podem considerar uma repetição de planos anteriores.

Foram já muitas as vezes que aqui falei da necessidade do Lar para idosos na Graciosa. Desde 1983 que o mesmo vem sendo sucessivamente inscrito no plano, mais concretamente com as seguintes verbas:

1983	14 000 contos
1984	16 000 contos
1985	18 000 contos
1986	30 000 contos

Até hoje, para além do projecto, decorridos quatro anos, com tantas verbas orçamentadas, nada feito.

Deparamos agora neste plano, no seu programa 15 projecto 15.1, com uma verba de 95 000 contos, destinada a infraestruturas e equipamento de novas unidades de apoio a idosos, referindo-se no que concerne à Graciosa "início da construção da estrutura de apoio a idosos em Santa Cruz (50 utentes)".

Será ou não justo que interroguemos o Governo no sentido de saber se é desta vez que a verba orçamentada vai ter aplicação naquela infraestrutura? Ou iremos continuar a assistir aos sucessivos adiamentos, pese embora a boa vontade do Governo de todos os anos consagrar verbas para o início da mesma?

O mesmo se nos coloca em relação ao investimento destinado à fixação do pessoal de saúde que desde 1983 vem sendo orçamentado com 3 000 contos e que se destinam concretamente à construção de residências para realojamento de religiosas.

O Plano este ano no seu programa 112, projecto 12.1. respectivamente subordinados à epígrafe "Apoio à Fixação de Pessoal" e "Construção de Residências para Realojamento de Religiosas" dota este projecto com uma verba de 5 000 contos, referindo nas acções a desenvolver que para a ilha Graciosa se prevê a "continuação e conclusão da residência em Santa Cruz da Graciosa".

Sinceramente Srs. Deputados, que os sucessivos planos prevejam desde 1983 o início da referida obra é já lamentável, mas que este refira "continuar" o que ainda não teve início, para além de lamentável é contraditório.

No que se prende com "instalações e equipamentos para a Associação de Bombeiros Voluntários", de 1981 a 1986 foram incluídas no plano verbas no montante de 25 820 contos. Se em termos de equipamento algo foi já adquirido, prendemo-nos sim com as instalações. Nem a primeira pedra foi lançada e imagine-se que o Plano de 87 prevê a "conclusão do quartel de Santa Cruz da Graciosa", no âmbito dos 80 000 contos inseridos no projecto 25.1.

Esta visão que o Governo nos dá nos sucessivos documentos referidos, posta em comparação com a realidade leva-nos a concluir que, de facto, para o Governo é fácil perspectivar o início e conclusão de infraestruturas, mas não é fácil atingir a sua real concretização. É questão para se dizer que a ausência das obras fala por si!

Entre início e conclusão procuramos descobrir no plano a intenção do Governo da conclusão da "Casa de Matança" da Graciosa, essa sim, já iniciada. Não a encontramos, mas os graciosenses aguardam, pacientemente, a sua entrada em funcionamento, já que desde 1981 se vêm sucessivamente consagrando verbas para a mesma, as quais totalizam 26.000 contos.

Registe-se que, finalmente, tiveram início as obras da "Gracitur", esta que também foram variadíssimas vezes adiadas. Poder-se-á dizer que a tudo chegará o seu tempo, só que há certos investimentos e infraestruturas que, pela sua necessidade, pela resposta que vem dar a toda uma comunidade, não se compadecem com sucessivos adiamentos.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Sabemos e compreendemos que nem sempre o desenrolar dos acontecimentos acompanha o sentido volitivo de quem os programou.

Neste pressuposto se algo se justifica, nem tudo é justificável.

E por esse facto que deixamos expressas as críticas que fizemos, como forma de sensibilizar o Governo para que o amanhã seja diferente de ontem.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS, CDS e dos Deputados Helder Cunha e Adelaide Teles do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

(Neste momento o Sr. Deputado Reis Leite foi substituído, na Presidência da Mesa, pelo Sr. Deputado Fernando Faria).

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seguramente, 1986 foi aquele que, dos últimos dez anos, foi aguardado pelos

agentes económicos com maior ansiedade por um lado e expectativa por outro.

O longo processo de adesão gerou sentimentos contraditórios e 1986 seria inevitavelmente um ano experimental que aconselhava ser-se cauteloso mas, ao mesmo tempo permanecer atento às oportunidades que poderiam advir da integração em espaços económicos mais vastos.

A actividade económica, no entanto, não sofreu transformações ou oscilações bruscas e foi até possível que os Açores beneficiassem de uma conjuntura económica externa favorável ao seu desenvolvimento, devido ao impacto da generalizada redução de preços dos produtos básicos e energéticos e da taxa de juro, assistindo-se pela primeira vez inclusive, à redução da taxa de inflação.

Foi assim possível, e dentro do clima de incerteza referido, apontar no ano que brevemente termina, algumas realizações importantes.

No âmbito da Indústria e durante o corrente ano foram dados cumprimento às seguintes acções:

- Ao abrigo do Projecto de Formação foram feitas acções de formação de gestores e quadros na Indústria, realização de dois cursos com a colaboração do LNETI (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial). Estes cursos que têm tido grande aceitação, versam os temas de Gestão Moderna e Produção Moderna e são comparticipados pelo Fundo Social Europeu.

- Na área de Promoção ao Investimento e ao abrigo do Sistema de Incentivos Financeiros (SIF) está prevista para o ano em curso uma realização global bastante elevada das verbas deste Projecto. Os apoios atribuídos ao abrigo do SIF, registaram um acréscimo de 87.2%, incidindo sobretudo nos seguintes sectores de actividade:

- Indústria de refrigerantes 39.0%
- Conservas de peixe e carne 10.3%
- Derivado do leite 7.4%
- Congelação de Peixe e carne 6.3%
- Construção, civil 4.2%
- Curtimenta de peles 4.0%

A despeito deste Sistema de Incentivos Financeiros ter tido o já referido aumento, o Sr. Deputado Carlos César, lamenta-se que os apoios ao sector privado tenham uma reduzida expressão, se comparado com os apoios ao sector público!...

Não se esqueçam, Sr. Deputado e meus senhores, que o apoio ao sector privado depende da procura que este dele fizer. E ninguém mais do que eu lamenta que tal procura seja tão reduzida.

- Ao abrigo do apoio às actividades nas ilhas carecidas, com o objectivo de se garantir uma rentabilidade aceitável, em condições normais de financiamento à produção de bens e serviços considerados essenciais nas ilhas mais carecidas dos mesmos, dispendeu-se 7 600 contos com a seguinte distribuição espacial:

- S. Jorge 55.0%
- Santa Maria 30.5%
- Graciosa 14.5%

Em termos sectoriais foram relevantes as seguintes indústrias:

- fabrico de blocos (inclui os produtos em cimento) 30.5%
- carpintaria 19.5%
- reparações mecânicas 15.5%
- lacticínios 14.0%
- panificação 13.6%

Estima-se que se atinja uma realização da ordem dos 60% até ao final do ano neste projecto. De referir que o valor absoluto do montante dos apoios concedidos ao abrigo deste projecto sofreu, em relação a 1985 um acréscimo de cerca de 31%.

- Projecto 40.3 - Empresa Regional de Parques Industriais, foi dotado com cerca de 110.000 contos de capital para fazer face, não só ao apetrechamento do parque industrial da Ribeira Grande, onde se construiu o primeiro edifício com 1 000 metros quadrados de área coberta para fazer face ao pedido de qualquer interessado, como também à implementação da Zona Franca de S. Maria, quer no que toca à sua divulgação quer ainda à preparação das infraestruturas (o projecto está praticamente pronto a ser posto a concurso) e à constituição da empresa exploradora.

A este respeito cabe aqui um àparte para esclarecer certas dúvidas que ultimamente tem vindo a lume em alguns órgãos de comunicação social e no espírito de todas as pessoas interessadas no desenvolvimento de S. Maria de um modo particular e no da Região de um modo geral.

Tem-se vindo sucessivamente a afirmar que a Zona Franca de S. Maria iria ser alterada para o Parque Industrial da Ribeira Grande e para o Porto da Praia da Vitória. Nada mais falso do que esta afirmação, como já tive ocasião de explicar a alguns Srs. Deputados por S. Maria e à Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Fala-se também no estabelecimento de sub-zonas como condições para a implementação da Zona Franca de S. Maria. De notar que no ordenamento jurídico português não existe este conceito de sub-zona, o que não sucede nem nos Estados Unidos da América nem do Brasil. Entre nós e no caso de zonas francas, trata-se sim de se conceder ou não às empresas instaladas numa determinada Zona Franca autorização para, com as mesmas regalias ou com uma determinada gradação das mesmas, instalarem em outros locais departamentos, delegações, instalações fabris, etc. Esta é uma situação que foi criada para a Zona Franca da Madeira e foram imediatamente feitas diligências para que tal regime fosse extensivo à Zona Franca de S. Maria. Não faria sentido que no mesmo País, houvesse duas Zonas Francas com condições diferentes oferecidas aos potenciais investidores. Se para além disso tais condições, sem prejudicarem a instalação da Zona Franca de S. Maria, a vem facilitar ainda mais, julgo que seria, então sim, de acusar o Governo caso não procurasse dotar a nossa Zona Franca com todos os atractivos que estejam à

nossa disposição.

Aguarda-se pois a alteração ao regime de incentivos fiscais para a Zona Franca de S. Maria no sentido de permitir que, quando necessário as empresas que se instalem em Santa Maria, repito, as empresas que se instalem em Santa Maria, possam abrir estabelecimentos em qualquer ponto da Região Autónoma dos Açores.

- No âmbito do projecto sobre estudos e divulgação, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas visando a obtenção de maior conhecimento do sector industrial por forma a ajuizar da exequibilidade de projectos considerados de interesse para a Região. Por outro lado procurou-se envidar esforços, através de acções diversas de divulgação, no sentido de motivar e atrair potenciais investidores, acções essas levadas a cabo em perfeita coordenação com o Gabinete de Promoção do Investimento.

As verbas dispendidas até ao presente momento, equivalem a um nível de realização da ordem dos 60%, verificando-se que, em comparação com o ano anterior a realização, neste período, praticamente duplicou.

De entre as acções que merecem maior relevância posso destacar as seguintes:

- Estudos de viabilidade económico-financeira
- Relatórios sobre a Zona Franca de Santa Maria
- Anúncios e outras acções de divulgação
- No âmbito do projecto de aproveitamento de resíduos e subprodutos que atinge neste momento os 70%, destacando-se das principais acções realizadas, os apoios à indústria do papel em S. Miguel, aos vinhos do Pico e mais recentemente a uma indústria de madeira, com aproveitamento das costaneiras.
- Dentro do programa de apoio a unidades existentes, o Projecto 41.1 - saneamento económico e financeiro de empresas, continua a aplicar-se o disposto no Decreto Regional 27/82/A, relativamente às unidades industriais com processos concluídos, tendo as actividades que com mais saliência foram apoiadas as seguintes:
 - Suinicultura
 - Construção civil
 - Indústria de plásticos
 - Fabrico de móveis e colchões
 - Adega Cooperativa da Graciosa
- Foi também aumentado o capital da Fábrica de Tabaco Micaelense, ao abrigo do Projecto 41.2 - dotação de capital estatutário.
- Ao abrigo do projecto modernização e assistência técnica, que tem como principal objectivo permitir às empresas industriais o acesso a meios técnicos fora do alcance das suas possibilidades. Por falta de solicitação das empresas, apenas foram comparticipadas as despesas relacionadas com um estágio frequentado por um técnico de uma indústria de lacticínios.

- No campo da promoção de produtos regionais, este projecto estima-se que até ao final do ano seja praticamente dispendida a totalidade da dotação orçamental por via dos compromissos já assumidos.

As principais despesas efectuadas relacionam-se com as feiras realizadas na Região e fora dela.

- Ao abrigo da poupança de energia na indústria, foi apoiada uma indústria de lacticínios, através da participação num estudo sobre economias de fuel, prevendo-se ainda para este ano mais algumas participações em estudos deste género.

O programa de instalações para abastecimento de bens essenciais, teve por fim dotar as ilhas mais pequenas com infraestruturas que permitissem evitar as roturas de abastecimento de gás, já se encontrando concluídos os parques de armazenamento de garrafas nas ilhas de S. Maria, S. Jorge, Graciosa e Flores pelo que a execução financeira se completará até ao final do ano.

- Na área do apoio ao artesanato pretende-se estimular e desenvolver a produção do artesanato regional, criando inclusive melhores condições para se proceder à sua comercialização, atribuíram-se subsídios a artesãos e realizaram-se despesas diversas no âmbito dos objectivos referidos, sendo de prever executar este programa próximo dos 100%.

Das verbas dispendidas 79% dizem respeito aos apoios a fundo perdido e, a sua distribuição espacial tem a seguinte estrutura:

- S. Miguel 29%
- Pico 26%
- Faial 24%
- Terceira 18%
- S. Jorge 3%

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

- No âmbito da energia e ao abrigo do programa de investimentos e apoio financeiro ao sistema electroprodutor regional, foram concedidos vários apoios financeiros destinados ao prosseguimento da remodelação e ampliação do sistema electroprodutor regional, quer o da responsabilidade da EDA/EP, quer ainda o dependente da Federação dos Municípios da Ilha das Flores e da Câmara Municipal do Corvo:

- A EDA/EP e para além dos duodécimos destinados a habilitar a empresa à execução do seu programa de investimento na rede eléctrica, bem como assegurar o seu equilíbrio económico e financeiro, foi ainda atribuída uma importância destinada à liquidação de parte da bonificação de 5% da taxa de juro, correspondente ao corrente ano, do empréstimo obrigacionista para o saneamento financeiro da Empresa Insular de Electricidade, agora da responsabilidade da EDA/EP;

- À Federação dos Municípios da Ilha das Flores, foram concedidos 9 500 contos destinados à aquisição de um novo grupo térmico resultante de a potência instalada na central não ser suficiente dada a crescente procura no fornecimento de energia, quer a nível dos consumos industriais e à

remodelação da rede de transporte de energia gravemente danificada em consequência do temporal de 15 de Fevereiro do corrente ano. Foi também atribuída à FMIF a importância de 9 583 contos montante respeitante à quota portuguesa referente ao corrente ano para o fundo reintegração dos equipamentos da central eléctrica da Ilha das Flores resultante do acordo Luso-Francês.

Na última reunião da Comissão Luso-Francesa foi aceite o princípio de que a Federação poderá recorrer ao referido fundo de reintegração para comparticipação nos custos de aquisição do grupo térmico.

- À Câmara Municipal do Corvo, estando a rede de distribuição de energia eléctrica inadequada às necessidades dos consumidores que são abastecidos deficientemente devido às péssimas condições da actual rede, foram concedidos 5 000 contos destinados a iniciar a construção de uma nova rede de distribuição subterrânea.

- Ao abrigo do programa - apoio às redes rurais, sector agro-pecuário e outros, foram atribuídas comparticipações destinadas à ampliação das redes rurais, como sejam: electrificações de troços de estrada, parques e jardins municipais, à prática do desporto (polidesportivos e campos de futebol), o abastecimento de energia a furos de captação de água e electrificações de zonas rurais ainda não abastecidas de energia.

No campo das energias renováveis foi dada continuidade à tarefa realizada no ano anterior como seja incentivar as populações à instalação de painéis solares de aquecimento de água tanto a nível doméstico como a nível industrial, usando luz solar directa e iniciou-se o apoio ao uso de caldeiras de lenha de baixo consumo o que conduz à diminuição da utilização da energia térmica clássica.

É com muito prazer que este ano, e como já é do conhecimento de todas V. Exas., posso anunciar a constituição do consórcio geotérmico para a execução do Projecto Geotérmico de S. Miguel.

Lançado concurso pelo II Governo Regional para a execução e corresponsabilização do referido projecto, coube à General Electric, após a desistência de outras 3 empresas, e que já, em relação à outra concorrente remanescente a que apresentou a melhor proposta, a formação através da sua homónima portuguesa dos 40% de participação no consórcio não pertencentes à Região e a obtenção de todo o financiamento.

Após alguns acidentes de percurso, conseguiu finalmente a G. E. Portuguesa reunir os restantes membros do Consórcio Geotérmico: a Fundação Luso Americana, os Bancos Portugueses do Atlântico, do Fomento Nacional, Totta & Açores e Comercial dos Açores, as Seguradoras Grupo Fidelidade e Açoriana de Seguros e ainda a MAGUE, Soares da Costa e Profabril. Estão assim reunidos à Região Autónoma dos Açores um conjunto de Bancos e Empresas Regionais e Continentais, estando a ultimar-se as condições de financiamento, cujo Banco líder é o Português do Atlântico.

Não posso deixar de acentuar o trabalho desenvolvido por todas as entidades envolvidas, nomeadamente a Joint Venture (GE e Stone & Webster) e seu representante em Ponta Delgada, a GE Portuguesa e o seu administrador delegado, a comissão de análise por parte do Governo, nomeadamente os Directores do LGT e do Programa Geotérmico e o jurista que dele faz parte, e bem assim o de todos os participantes no consórcio.

A todos quero aqui renovar os agradecimentos pela disponibilidade para

participarem neste projecto de interesse que ultrapassa o da Região, enriquece o próprio País, é um testemunho real da vocação atlântica dos Açores, ponto de passagem obrigatória entre o velho e o novo mundo, em tempo de paz, como se prova e como que a negar que a situação estratégica valha só para conflitos internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Conforme anunciado nesta Câmara, iniciei um processo de liberalização de preços, assim como da concentração da legislação muito dispersa sobre os mesmos e sobre as margens de comercialização. Passados alguns meses sobre o início deste processo, pode considerar-se o mesmo, salvo casos pontuais, como extremamente positivo.

A política de promoção dos produtos regionais que tem sido um longo e persistente trabalho a nível dos mercados externos, está a ser recompensada e o nível de encomendas em carteira nalgumas indústrias, bem como recentes contactos e iniciativas de outras, permitem-nos encarar o futuro do comércio externo como mais promissor, solidificando assim os aumentos que, nos últimos anos, se tem vindo a conseguir na taxa de cobertura das importações.

- Ao abrigo do Programa 50 - apoio financeiro ao investimento comercial - modernização de estruturas comerciais, está este projecto com uma realização da ordem dos 70%, apoiaram-se 51 processos de modernização da estrutura comercial com a seguinte distribuição espacial:

- Faial	0.1%
- Graciosa	5.8%
- Pico	30.1%
- Santa Maria	5,5%
- São Jorge	17,2%
- São Miguel	36,1%
- Terceira	5,2%

Quanto aos ramos comerciais apoiados, é a seguinte a sua representação, nos processos apoiados:

- Mercarias	51,0%	(26)
- Self Service	9,8%	(5)
- Minimercados	13,7%	(7)
- Supermercados	3,9%	(2)
- Café/Cervejaria	2,0%	(1)
- Restaurantes	2,0%	(1)
- Casa de Pasto	2,0%	(1)
- Farmácia	3,9%	(2)

- Cooperativas Leiteiras 2,0% (1)
- Armazenamento produtos alimentares ... 6,0% (3)
- Retalhista 2.0% (1)
- Talho 2,0% (1)

No que se refere à constituição de stocks de segurança e para o ano de 1985/86, foram apoiados seis empresários do Pico, Santa Maria e São Jorge, quatro das Flores e dois da Graciosa com um crédito concedido de 78 500 contos representando um encargo para o orçamento de 5 800 contos.

Quanto à Ilha do Corvo, o comércio local não se mostrou interessado em beneficiar deste projecto, tendo estabelecido junto da Câmara Municipal local um stock de bens essenciais, suportado por este projecto, e para ir sendo pago pelos comerciantes à medida que o fossem adquirindo. No entanto. Praticamente, este stock não foi utilizado pelos comerciantes corvinos.

- Ao abrigo do programa do comércio externo e com os seus projectos de apoio à qualidade alimentar, adquiriu-se vários material e equipamento para os laboratórios do SERCLA e de Química e ainda se participou no equipamento laboratorial de uma Cooperativa Agrícola.

No apoio ao comércio externo participou-se em vários certames a nível regional e externos, tendo sido também apoiados vários processos, tanto no custo do transporte como no de campanhas publicitárias. A execução do projecto ronda os 72%.

- Quanto à rede de armazenagem e abate e embora ainda no ano em curso englobado na Secretaria Regional do Comércio e Indústria, o projecto 52.2, rede de abate foi já da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, pelo que apenas referirei que, no projecto 52.1 - rede de armazenagem e distribuição, se iniciou no completamento de algumas estruturas de armazenagem. A execução deste projecto aproxima-se neste momento dos 73%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao período abrangido pelo Plano para 1987, espera-se que os efeitos positivos e conjugados da conjuntura internacional e nacional, nomeadamente os resultantes da baixa da taxa de juro e dos impostos, da redução conseguida nos preços dos combustíveis e da energia, e da expansão firme das respectivas economias nossas clientes, possam anular alguns efeitos negativos com que se debate a economia regional.

No entanto, para se investir, os potenciais investidores necessitam saber se a política económica vai perdurar, se os incentivos se mantêm e se a taxa de juro não vai de novo subir, tornando-se pois necessário criar um clima de segurança e paz social, evitando-se o sentimento de precariedade que é, naturalmente, dissuasor de novos investimentos.

E é dentro deste clima de estabilidade e paz social existente durante estes dez anos de Autonomia, e do trabalho de promoção das nossas potencialidades e dos nossos apoios que na sequência da instalação de duas unidades de confecções, uma delas aumentará em 1987 a sua actividade com o fabrico de outro tipo de peças de vestuário o que implicará um aumento de cerca de 350 postos de trabalho, e da instalação de mais uma unidade de confecções no

parque industrial da Ribeira Grande.

Na prossecução das grandes linhas de política definidas no P.M.P. 85/88, o Plano para 1987 prosseguirá os seguintes objectivos que passo rapidamente a relembrar na área da indústria:

- Apoiar e incentivar a indústria Regional de modo a minimizar os efeitos das alterações das condições económicas nacionais e internacionais bem como as decorrentes da integração na C.E.E.
- Assegurar a viabilidade a longo prazo dos postos de trabalho existentes no sector industrial.
- Aumentar o volume das exportações de produtos regionais que deverão ser o mais elaborados possível.
- Atrair novas empresas industriais para a Região, diversificando assim a nossa base industrial.
- Estimular a instalação de empresas nos parques industriais existentes.
- Contribuir para a criação de novas indústrias e reestruturação das existentes e melhoria dos produtos e processos produtivos.

Para execução destas medidas estão previstas os programas constantes do Plano e que me coíbo de aqui enumerar evitando repetição enfastiosa, mas de que destaco no âmbito da formação de gestores e quadros na indústria os seguintes cursos já planeados:

- Cursos sobre tecnologias queijeiras
- Cursos de Biotecnologia I e II
- Curso sobre Formação pedagógica de formadores
- Curso sobre a indústria de lacticínios
- Cursos sobre higiene na indústria de panificação.

A redução da ordem dos 27% apontada pelo Sr. Deputado Carlos César, representou à adequação das verbas disponíveis a necessidade de reforçar no campo da energia o apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores e à Câmara Municipal do Corvo, como também a previsão de uma procura não muito acentuada de incentivos na Zona Franca de Santa Maria, cuja implementação só se dará presumivelmente em 1987.

A natureza específica do sector energético impõe como meta última a satisfação da procura de energia originada pelo desenvolvimento económico e social. Lateralmente é necessário minimizar a dependência face ao exterior, aumentar a segurança e qualidade no abastecimento com preços razoáveis no consumo.

Os objectivos propostos para 1987, são:

- Prosseguimento da expansão da rede eléctrica dirigida a manchas da população ainda não servidas;
- Continuação dos investimentos de expansão e modernização de sistema

electroprodutor em ordem a corresponder ao aumento da procura derivado do crescimento económico e do progresso social;

- Diminuição da dependência externa do sector pela utilização de recursos endógenos, nomeadamente os geotérmicos.

O ano em apreciação é finalmente o ano de arranque do projecto geotérmico de S. Miguel e, uma grande parte da fase de risco decorrerá exactamente ao longo deste ano, indo pois ser possível confirmar definitivamente as indicações técnico-científicas que nos levaram a encarar de frente e com toda a confiança deste programa.

Passada que for a prova positiva de produção de vapor em quantidade e qualidade do primeiro furo, as entidades americanas que estavam interessadas na produção de energia geotérmica na Ilha Terceira estavam receptivas à abertura de discussões com vista ao seu eventual financiamento. Aliás já me fizeram saber, a título particular, estarem prontas para tal, mesmo antes do fim da referida fase, certamente pelas informações que terão tido dos empreiteiros. Assim sendo, desde já e nesta tribuna pública declaro que o Governo dos Açores está pronto, em qualquer momento, para encetar negociações com as forças americanas estacionadas nos Açores ou com quaisquer outras entidades oficiais, com vista ao prosseguimento do projecto geotérmico da Ilha Terceira.

Ainda na área da energia, interessa referir que ao abrigo do Regulamento CEE do Conselho relativo ao programa VALOREN, a Região constitui um território insular caracterizado por um elevado custo de energia e uma grande dependência do exterior neste domínio.

Dispõe por outro lado a Região de possibilidades de aproveitamento das fontes novas e renováveis de energia, nomeadamente a já referida geotermia, recursos hídricos, energia solar, biomassa e outros, as quais são já apoiados ao abrigo dos programas existentes.

Foi assim que, para efeitos do Programa Comunitário "VALOREN" são pela Região propostas as seguintes acções:

Aproveitamento Hidroeléctrico da Ribeira do Guilherme.

Este projecto, localizado na Ilha de S. Miguel, está a ser financiado pelo KFW - Kreditanstalt fur Wiederaufbau, no âmbito do Acordo de Cooperação Financeira celebrado entre a República Portuguesa e o Governo Federal Alemão, e prevê uma potência a instalar na ordem de 1.7 MW, sendo este investimento, em custos directos e preços correntes, estimado em 860 mil contos.

Aproveitamento Hidroeléctrico da Lagoa do Paul (Pico).

O estudo preliminar, recentemente concluído, apresenta duas hipóteses, sendo a primeira apenas o aproveitamento exclusivo da Lagoa do Paul e a segunda o aproveitamento conjunto da Lagoa do Paul e dos caudais da Caldeira de Santa Bárbara. Estima-se que a construção tenha lugar entre 1988 e 1990, e poderá também ser objecto de financiamento pelo KFW, cuja avaliação deverá ocorrer no corrente ano.

Projecto Eólico da Graciosa.

Vai proceder-se à instalação do equipamento eólico na Graciosa. Para uma potência a instalar da ordem dos 250 KW, muito provavelmente entre 1988 e

1989, estima-se o valor do investimento em 88 mil contos, em custos directos e preços correntes.

Para efeitos da mesma proposta de Regulamento (CEE) do Conselho, propõem-se as seguintes acções:

Estudo sobre Economia de Energia na R.A. Açores. Para enquadramento das medidas de conservação de energia já em curso, incentivadas pelo Governo Regional e para a inserção daquelas que venham a provar-se oportunas, numa estratégia global a nível regional, impõe-se prioritariamente a realização de um estudo geral da economia de energia da Região. Este estudo deverá ser conduzido por um consultor especializado na matéria e contará não só com o apoio de entidades públicas regionais, como ainda o de entidades privadas.

Podemos desde já apontar áreas onde se torna premente um estudo mais detalhado sobre poupanças de energia, independentemente de outras que porventura o estudo geral venha a demonstrar ser conveniente proceder de igual modo, como por exemplo o da indústria e a dos transportes.

Para o caso específico dos consumidores industriais de energia, antes de se procederem a acções concretas das quais resultem uma maior eficácia de gestão energética, (p. ex. modificação de equipamento) será necessário proceder-se a uma auditoria energética àqueles cujo peso seja significativo em termos de Região e cujo número não atinge a dezena.

O prazo de execução deste estudo de economia de energia na Região, não excederá previsivelmente um ano, estando o custo do mesmo estimado em cerca de 40 mil contos.

Estudo de Planeamento do Sistema Electroprodutor da Ilha de S. Miguel.

A realização deste estudo passa: pela revisão de todos os estudos relacionados com o aproveitamento dos recursos hídricos da ilha, já realizados, e subsequente estabelecimento de um plano global de aproveitamentos hidroeléctricos possíveis, em hipóteses alternativas, com estimativa de custos de investimento; pela identificação, adaptação, ou desenvolvimento de "software", que permita o estudo exaustivo da expansão do sistema em diferentes alternativas, tendo em conta a dimensão e particularidades do mesmo - o modelo deve estar particularmente adaptado ao estudo da conjugação geotermia/hidroelectricidade; pela transferência de "know-how" para a Empresa de Electricidade dos Açores, em ordem a habilitá-la a proceder, quando necessário, à actualização do estudo em causa e ~ realização de estudos idênticos para outras ilhas, recorrendo menos ao apoio de consultoria externa.

A realização deste estudo deverá demorar cerca de 1 ano e o seu custo foi estimado em aproximadamente 28 mil contos.

Estudo de Planeamento do sistema Electroprodutor da Ilha de Santa Maria, envolvendo as componentes Eólica e Hídrica/Armazenagem com bombagem.

Para além das possibilidades que se colocam quanto á energia eólica, a Ilha de Santa Maria não dispõe de qualquer outro potencial endógeno do programa do Governo da República Federal da Alemanha "Energia Eólica em Países em Vias de Desenvolvimento", a instalação de oito aerogeradores de 30 KW cada (e corrijo aqui o valor que ontem anunciei de 15 MW, cada).

No seguimento deste projecto, e tendo em conta as limitações naturais desta

forma de energia, pretende-se estudar a possibilidade de armazenagem (através de bombagem/armazenagem/turbinagem) de água, doce ou salgada. Deste modo poder-se-ia aumentar significativamente a penetração da energia eólica na produção de electricidade na ilha, passando inclusivamente a energia eólica do regime puro de "fuel saver", ao regime de potência garantida.

A realização deste estudo deverá demorar cerca de 6 meses (1987), e o seu custo foi estimado em 7 mil contos.

Estudo de localização, projecto e especificações para concurso do Projecto Eólico da Graciosa.

A ilha Graciosa apresenta condições muito semelhantes a Santa Maria quanto às potencialidades do aproveitamento da energia eólica para produção de electricidade, em especial quanto às condições do vento e inexistência de recursos hídricos.

A realização deste estudo, cujo custo está estimado em cerca de 8 mil contos, deverá demorar cerca de 18 meses, tendo em conta que deverá incluir um programa de medições de vento em diversos locais com a duração de cerca de um ano.

Por último prevê-se concluir a construção da rede de distribuição de energia da ilha do Corvo, fazer a remodelação do canal e conduta do aproveitamento hidroeléctrico da ilha das Flores e a activação de um grupo térmico instalado no Central Termoeléctrica da Federação dos Municípios da Ilha das Flores.

Cabe à actividade comercial o papel fundamental de prover e regular a circulação dos bens e serviços necessários á actividade económica, bem como ligar a esfera da produção à do consumo das comunidades dispersas pelo território insular.

Para 1987 apontam-se os seguintes objectivos:

- Melhorar o nível de abastecimento interno, com prioridade para as parcelas mais carecidas;
- Melhorar o funcionamento dos canais de distribuição, concretizando, paralelamente, estruturas físicas de armazenagem, em ordem a uma maior transparência na formação dos preços e da qualidade dos produtos;
- Consolidar posições nos mercados externos e prospectar novos mercados para os produtos regionais.

Face aos bons resultados anteriormente anunciados quanto à política de liberalização de preços, é nossa intenção continuá-la em 1987, estando já a ser preparadas novas acções a levar a cabo, após análise da Comissão que já o fez aquando das primeiras, nos primeiros meses do próximo ano.

Cabe também aqui referir face a uma dúvida levantada por vários parceiros sociais, e por mim já esclarecida à Exma. Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, que face ~ redefinição de competências entre os vários departamentos, deliberada pelo Governo, se fizeram transferências de alguns serviços para o âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e mais propriamente para o IRPA. Tais transferências de serviços foram acompanhados como é natural, pelos correspondentes valores orçamentais, o que conduziu a uma "aparente" redução de 60 000 contos no conjunto dos programas da área do Comércio.

O ano de 1987 será também o ano em que para o queijo "São Jorge" e "Ilha" se não porão os problemas relativos à proibição de exportação para os Estados Unidos. Efectivamente após a adesão, e face a uma comunicação da então Secretária de Estado do Comércio Externo, Dra. Raquel Ferreira, em que a Região não foi ouvida nem achada, à data da adesão de Portugal deixou caducar o acordo bilateral no qual, para além da quota histórica de 108 toneladas de queijo dos Açores, haviam sido atribuídos a estes queijos mais uma quota de 353 toneladas.

Hoje, e após as diligências do nosso Governo junto de Senadores Americanos por um lado, e da CEE por outro, está acrescida à quota de queijos da CEE para os E.U.A., uma quota de 353 toneladas de queijo dos Açores, faltando apenas a ratificação do Senado Norte-Americano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É possível pois encarar o futuro com confiança e determinação; mais do que possível, é imperativo fazê-lo.

Os programas e acções traçados para 1987, na sequência de programas e acções que nesta Região se conseguiu, face ao apoio esmagador da maioria do Povo Açoriano, implementar e desenvolver nestes últimos 10 anos têm, como sempre, o objectivo de prosseguir o desenvolvimento económico-social, pois sem este não seria possível, como o foi, afirmarmo-nos como uma Região forte, livre, madura, que sabe muito bem o que quer e para onde quer ir, sem precisar, como nunca precisou, de lições de ninguém.

Unidos, decididos, continuando serenamente o nosso trabalho esforçado e dedicado dos últimos dez anos, iniciaremos com orgulho e de cabeça erguida a segunda década da nossa Autonomia Democrática, na senda do que fizeram os nossos Avós, visando um futuro cada vez mais promissor para o Povo dos Açores.

Tenho dito. Muito obrigado.

Vozes da bancada do (PSD): Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita para um pedido de esclarecimento.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria me confirmasse, na sequência das suas próprias palavras sobre os 10 anos de Autonomia, estabilidade política, taxas de juros, incentivos financeiros - estes últimos com menos de 10 anos, efectivamente, porque só são publicados a partir de 82 -, se não considera bastante curto que, em termos de unidades industriais de vulto na Região, nos tenha sido dado como exemplo, e julgo como únicas, a criação de duas unidades fabris de confecções, inclusive uma delas em situação bastante pereclitante neste momento.

Pergunto se em confronto com esta criatividade total, como é que se consideram as situações da Tercon, da Carnaçor, da Salsame, da Pró-Pico e outras que a curto prazo parecem vir a criar-se nos horizontes nublados?

Perguntaria também se julga que a falta de recursos aos incentivos financeiros postos à disposição da iniciativa privada, da qual o Sr. Secretário se lamentou do pouco recurso que a eles é feito, se não será efectivamente por inadequação do sistema de incentivos financeiros, se não será por elevadíssimos custos na formação de custos dos produtos acabados, muito em especial para o custo da energia que é fornecida às instalações industriais? Se efectivamente o Governo não teve qualquer pejo em legislar incentivos financeiros para a área do turismo, que não sendo de maneira nenhuma - como disse o Sr. Secretário Regional das Finanças - de fundo perdido, são muito mais lactos e muito mais vantajosos na sua aplicação.

Gostaria também de perguntar, na sua óptica, qual o futuro para a indústria de lacticínios nesta Região, porquanto é essencialmente a única indústria; o único ramo industrial em que nós temos matéria prima.

Perguntava finalmente, ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria, se lhe é possível informar-me, durante o decurso do ano de 1986 e até à data possível, quantos novos postos de trabalho foram criados no campo industrial? Eu refiro-me a novos postos de trabalho. Pergunto-lhe também, se lhe é possível informar-me, quantos postos de trabalho foram extintos no ano de 1986?

Muito obrigado.

Presidente: Há mais Srs. Deputados inscritos, que suponho para pedidos de esclarecimento. Pergunto ao Sr. Secretário se prefere responder no final?

(Afirmativa do Sr. Secretário)

Então dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Comércio e Indústria:

Queria começar por dizer que apreciei a forma pormenorizada como o Sr. Secretário apresentou a sua intervenção e o cuidado que pôs em informar esta Câmara, da forma como os diversos programas tinham sido executados ao longo do presente ano, na sua Secretaria, o que me parece que ajuda bastante este Plenário a avaliar da sequência possível que os mesmos poderão ter para o próximo ano.

Queria, no entanto, pedir um esclarecimento sobre um aspecto relacionado com a política de preços e nomeadamente com o Fundo Regional de Abastecimentos. Desde já adianto que me parece uma das lacunas deste documento, digamos, a ausência de referência, que julgo que devia ser suficientemente desenvolvida, em relação a esse instrumento da política regional e que na ausência doutros, que nós todos sabemos que não estão na esfera da competência do Governo Regional, aparece à luz do dia como o grande instrumento, pelo menos assim o Governo o tem utilizado, pelo seu orçamento que, segundo creio, movimenta mais de 2 milhões de contos, atinge uma dimensão que não me parece justo nem correcto que passe despercebido nesta Câmara. Portanto fazia um apelo ao Sr. Secretário, no sentido de dar alguns elementos sobre a utilização que o Governo pensa continuar a fazer, deste fundo; um pouco as linhas com que se cose e, inclusivamente, deixo já ao conjunto do Governo, nomeadamente a outros sectores que possam ter interferência na forma de actuação deste fundo, que se possível nas suas intervenções dessem a esta Câmara, aquilo que eventualmente o documento não trouxe em relação a este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer aqui uma pergunta ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria e que se relaciona com as roturas que se continuam a verificar nas ilhas onde não existem ainda infraestruturas portuárias. No corrente ano, e ainda há pouco tempo, em Santa Maria, continua a verificar-se roturas no abastecimento de gaz, gasolina e leite. O Governo constituiu um stock de gaz na ilha; existem reservatórios de combustível que, segundo penso, dão para as necessidades existentes, como é que se pode verificar, neste momento, que ainda possam existir estas roturas do abastecimento de combustíveis, leite e outros bens essenciais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para responder às questões colocadas.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria aqui muito brevemente dizer que, e parece-me que fui claro, na realidade afirmei que considerava o sistema de incentivos financeiros, de facto, deficiente. Não foi a primeira vez; já anteriormente o fiz.

Posso dizer que no decurso deste ano esteve preparado, entre o Gabinete de Promoção de Investimento, a Secretaria Regional das Finanças e a Secretária Regional do Comércio e Indústria, um novo projecto do sistema de incentivos financeiros para ser apreciado, mas dada a elaboração de legislação nacional e da necessidade da adequação da nossa legislação à nacional, para fins de apreciação na Comunidade Económica Europeia, teve que se suspender esse projecto inicial para o substituir por este outro já referido. O nosso sistema de incentivos financeiros é deficiente; é um facto; é aquele que temos. No entanto, eu continuo a lamentar que as empresas não recorram mais a eles. É um sistema bastante moroso, não só da parte do Governo, como também da parte das instituições de crédito. Essa é talvez uma das razões, pelas quais - e quando falei na morosidade das instituições de crédito, não quis atingir ninguém, não sei se o sorriso do Sr. Deputado Raimundo Mesquita foi por isso - as empresas têm relutância em recorrer a estes apoios.

A referência à Tercon e a outros casos, parece-me que não têm propriamente nada a ver com a instalação industrial. A Tercon e a Pró-Pico, não se pode propriamente dizer que teriam sido actividades económicas normais e eu não faria mais comentários. Julgo que essas não podem ser um indicativo daquilo que se passa a nível da indústria.

E de todo o interesse que a indústria a instalar, invista ela própria. O caso que aqui referi das confecções, trata-se, efectivamente, dum caso em que os próprios proprietários da empresa investiram fortemente, embora com os apoios que a legislação lhes dava direito, mas investindo eles próprios o seu capital, com pouco recurso ao crédito.

Quanto aos postos de trabalho directos, neste momento não tenho dados suficientes para lhe poder responder. Quando os tiver responder-lhe-ei.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, na política de preços, pergunta o que é que

fez o Fundo Regional de Abastecimento. Para além do apoio ao transporte da farinha, de maneira a uniformizar o seu preço na Região, do apoio ao preço do leite de consumo e doutros casos pontuais, tem o Fundo Regional de Abastecimento programas de apoio a cooperativas, que tem desenvolvido com regularidade na Região. Tem também apoiado o preço do açúcar de consumo e por último, e este ano, teve um grande apoio a dar na área dos prejuízos causados pelos temporais: uma parte no suporte da redução do custo das rações e outro que está em curso, do apoio aos prejuízos a alguns pomares de laranjeiras e outros, que está preparado para entrar em acção.

Quanto à rotura dos abastecimentos, queria só dar aqui um pequeno esclarecimento, que se relaciona com o gaz. De facto, em Santa Maria, houve na semana passada um dia em que o stock de segurança não funcionou, por um excesso de zelo do responsável do stock, porque estava estabelecido que só passado um mês, sem que o barco tivesse escalado aquela ilha, é que podiam ter acesso a esse stock. Efectivamente esse é um princípio. Foi um excesso de zelo, mas no próprio dia foram dadas instruções e a questão normalizou-se no que diz respeito ao gaz.

Com respeito à gasolina, efectivamente existem depósitos, não se pode obrigar as empresas a porem stocks muito maiores; isso é uma questão puramente comercial e até duma certa concorrência entre elas próprias.

Quanto ao leite, nós temos tido o cuidado de enviar e tentar manter em Santa Maria um stock de consumo médio de 3 meses. Na realidade esse stock ao chegar lá, aparentemente esgota-se numa semana e há depois dificuldade de transporte para repôr a situação.

A situação de abastecimentos, em Santa Maria, só ficará regularizada, como está hoje em dia em S. Jorge e na Graciosa, com a entrada em funcionamento em pleno do Porto de Vila do Porto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pergunta que fiz ao Sr. Secretário, agradeço as informações que foram dadas, porém considero - e um pouco retomando o preâmbulo que tinha feito à minha pergunta - que a dimensão do Fundo de Abastecimento, para além do seu papel como instrumento de política, constitui, de facto, quase um orçamento paralelo, pelo volume de verbas, que ultrapassa os 2 milhões de contos no seu movimento anual e pela interferência que tem em áreas fundamentais que nos tocam a todos e que convergem com Objectivos claramente enunciados no Plano e, repito, a circunstância dos documentos que nos são aqui presentes não nos darem informação, digamos de utilidade reconhecida sobre a matéria, parece-me que estamos todos de acordo, queria fazer aqui uma proposta e que no fundo era a alternativa, a eu próprio fazer um requerimento, que me parece que podia ser um pouco egoísta, no momento em que estamos aqui discutindo colectivamente a política global do Governo, solicitando ao Governo que, o mais rapidamente possível e já que não o fez até agora - apresentasse a esta Câmara um documento que nos possibilitasse visualizar claramente, não só a actividade desenvolvida pelo Fundo Regional de Abastecimentos no passado recente e quase que diria, o que for possível atingir. Por outro lado quais são as perspectivas e o papel que o Fundo Regional de Abastecimento irá ter no seu contributo para a prossecução da política do Governo gisada nesses documentos. Parece-me que isso tem

suficientemente importância, para ser distribuída à Câmara no seu conjunto e não propriamente a uma solicitação individual dum deputado.

Portanto eu gostaria de saber se o Governo se compromete, perante a Assembleia, a dar os elementos necessários, embora temporalmente desfazados desta discussão, ficaria muito grato; caso contrário terei que fazer um requerimento individual a solicitar esses documentos, o que não me parece ser a forma mais correcta.

Presidente: O Sr. Secretário da Agricultura e Pescas tinha pedido a palavra. Não sei se é para responder ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Não Sr. Presidente, é para responder ao Sr. Deputado do Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Se entenderem, outro Sr. Membro do Governo responderá ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas das perguntas feitas ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, têm de facto, neste momento, a ver com o Secretário Regional da Agricultura e Pescas, porque passou a ter a tutela sobre algumas das áreas em que o Sr. Deputado fez a sua pergunta.

De qualquer das maneiras o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria já respondeu e julgo que deu a resposta adequada a questões levantadas quanto à Tercon e empresas similares, que eu também considero com um comportamento anómalo em termos económicos.

Ficou o caso da Pró-Pico por responder, mas eu já ontem tive a oportunidade de responder ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, a situação em que se encontrava a questão Pró-Pico, tendo reafirmado a intenção do Governo de cumprir com aquilo que numa determinada altura foi afirmado, no sentido de proteger as dívidas aos agricultores.

No entanto há uma pergunta feita pelo Sr. Deputado que, pela sua importância, não posso deixar de me alongar um pouco mais.

Refere-se textualmente à indústria de lacticínios e o Sr. Deputado até afirmou ser o único ramo industrial onde temos matéria prima. Só para esclarecer, não é o único ramo industrial onde temos matérias primas. Existem vários ramos industriais onde a Região produz matéria prima. Eu apenas quis comentar uma afirmação que foi feita pelo Sr. Deputado.

Quanto à indústria de lacticínios o meu esclarecimento seria o seguinte: antes de mais e julgo que é do conhecimento de todos que esta indústria, aliás, a par doutras indústrias da Região, tem feito nos últimos tempos centenas de milhares de contos de investimento. As indústrias de lacticínios neste momento na Região podem-se computar por centenas de milhares de contos, nos investimentos que elas têm feito, na sua esmagadora maioria, até à custa da sua própria possibilidade de investimento e recorrendo à banca quando é caso disso. Portanto, é uma indústria que se está a modernizar; é uma indústria que se está a adaptar às circunstâncias do mercado e é, de facto, digamos, dentro dos ramos industriais relacionados com o sector primário, a

par da indústria das pescas, um sector poderoso na economia da Região.

Face à integração europeia, põem-se dois problemas, que decorrem, evidentemente, duma circunstância muito clara, ou seja, as condições em que a Região negociou a chamada Adesão à Comunidade Económica Europeia e a maneira como se encaixou no período transitório, onde o sector do leite e lacticínios está dividido em duas etapas e onde existe para a primeira um sistema específico dos Açores, no que diz respeito à questão estrutural dos preços para a indústria dos lacticínios, embora se trate duma indústria que vai concorrer futuramente num mercado onde passa situações de super-produção. Reafirmo que existem condições claras e objectivas para enfrentar tranquilamente esta indústria, face ao seu futuro.

É evidente que o segundo problema reside também na sua própria capacidade de, numa forma integrada, conseguir inverter algumas das tendências isolacionistas dessa mesma indústria dentro de cada ilha. O que é que eu quero dizer com isto?! Quero dizer que há, de facto, investimentos e há formas de diminuir, em termos de economia de escala, encargos sobre a matéria prima e sobre o produto final, estou a lembrar-me concretamente da recolha, que é um aspecto importante e estou a lembrar também, por exemplo, da especialidade que estas indústrias podem assumir, distribuindo entre si alguns dos produtos, sem se continuar a cometer, digamos, o "pecado" de várias indústrias da mesma ilha continuarem a produzir o mesmo produto, sobretudo quando se trata de produtos destinados à intervenção.

Portanto, tendo como pano de fundo condições de negociação favoráveis, tendo como pano de fundo um sistema de preços do produto final altamente competitivo e onde a questão qualidade também, evidentemente, tem que sair de lá, nos contactos estabelecidos com estas empresas e nas disponibilidades que elas têm apresentado, face às propostas do Governo Regional, há portanto uma reafirmação de se poderem construir um conjunto de soluções que não penalizem, de forma alguma, nem o preço à produção nem o preço do produto final, eu reafirmo a minha esperança de que para esta indústria, os caminhos do futuro são risonhos. São difíceis; são de competitividade, e existem condições e elas próprias estão atentas a esse facto, porque senão não teriam investido centenas de milhares de contos nestes últimos, mais concretamente nos últimos dois anos. Reafirmo a esperança de que esta indústria continuará a desempenhar o papel que sempre desempenhou no contexto da economia da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, na sequência da resposta dada ao meu camarada Braga, sobre a rotura de produtos essenciais em algumas ilhas.

O Sr. Secretário afirma que o problema já está resolvido nas ilhas que já têm portos, deu como exemplo a Graciosa e isso deixou-me um bocado perplexo, porque ainda ontem, no programa noticioso da RTP-Regiões, eu ouvi um alerta, uma preocupação daquela ilha, porque estava em eminência a rotura de alguns bens essenciais, devido a problemas de transportes. Continua o eterno problema. Portanto, gostaria realmente de saber se a Graciosa está em eminência de rotura ou se esta notícia da RTP é falsa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria

para responder.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Goulart:

Efectivamente, tive conhecimento esta manhã - ontem não tive ocasião de ouvir as notícias na televisão - dessa situação, que está em vias de solução. Mas o que lhe posso dizer é o seguinte: na realidade, quando afirmei que a existência do porto era a solução, foi porque desde que a Graciosa e S. Jorge têm o seu porto é esta, de facto, a primeira vez que esta situação se verifica. Verifica-se, entre outras coisas, pela necessidade que houve para resolver a situação numa ilha que não tem porto, de fazer deslocar, com interferência do Governo, uma carreira regular e normal do seu percurso, que teria abastecido normalmente a Graciosa, para ir abastecer outra ilha - dada a dificuldade que essa ilha tem de ser abastecida -, fazer duas deslocações: uma directamente de Santa Maria e outra via Faial. É esta a razão pela qual - e continuo a afirmar que só a existência dum porto, pode resolver o problema - a Graciosa neste momento se encontra com este problema eminente, que não tem propriamente a ver com falta de porto, mas com esta situação que acabei de descrever.

Deputado Manuel Goulart (PS): São preciso barcos! Não é só portos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para adiantar mais alguma coisa sobre uma questão colocada aqui, pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, relativamente ao Fundo Regional de Abastecimento.

Em primeiro lugar queria dizer que é com muito gosto que o Governo poderá fornecer a esta Câmara os orçamentos e as contas do Fundo Regional de Abastecimento. Este fundo funciona com orçamentos e contas aprovados, que podemos fazer chegar imediatamente a esta Assembleia, como relativamente a quaisquer outros fundos, que não são muitos, que a Região Autónoma dos Açores tem.

Relativamente à actividade do Fundo de Abastecimento, devo dizer quanto aos 2 milhões de contos que referiu, isso era na previsão de que a política dos combustíveis se manteria a mesma e portanto não teria havido aquela redução que houve. O giro financeiro do Fundo de Abastecimento previsto, depois da redução dos combustíveis prevista para 1987, ronda entre os 700 e os 800 mil contos. O que é que ele faz com esse volume financeiro que aflui ao Fundo? Temos duas actividades principais: uma relativamente aos combustíveis e outra relativamente aos bens alimentares.

Relativamente aos combustíveis o que o Fundo faz, é assegurar o preço uniforme dos combustíveis em todo o Arquipélago, pagando por isso os diferenciais do transporte dos combustíveis do sítio onde são recebidos, vindos do exterior, para a ilha onde são consumidos. Depois também tem a bonificação relativamente ao gasóleo para diversas entidades, como por exemplo para os bombeiros, para as pescas - a artesanal e a industrial.

Relativamente aos bens alimentares, a actividade do fundo destina-se a uniformizar e de alguma forma manter um preço baixo, quanto ao preço de bens essenciais, assim como da farinha e do leite em natureza que também gira

pelos Açores.

Ainda tem uma outra actividade que é relativamente aos stocks mínimos e bonificando os empréstimos contraídos pelos comerciantes que são obrigados, por força de lei e por acordo até com eles a manterem esses stocks mínimos.

Portanto era esta a panorâmica, sobre o Fundo de Abastecimento, que lhe queria transmitir aqui, precisando a questão do fluxo financeiro do fundo, para o próximo ano, que na perspectiva da não mudança do preço dos combustíveis seria aquele valor. Agora que o preço dos combustíveis baixaram a um valor inferior do que a receita diminuiu concerteza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço desculpa de tornar a referir esta matéria, mas era só para obter uma precisão, se fosse possível, por parte do Sr. Secretário Regional das Finanças, se é disposição ou não do Governo, apesar dessa explicação adicional, de enviar a esta Câmara o orçamento, conta e se possível o relatório de actividades do Fundo e já que estou no uso da palavra, então pedia de todos os Fundos.

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças pretende...

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, é só para dizer em relação à pergunta, que sim senhor, quando quiser. Se quiser já, faço-o já.

Presidente: O Sr. Deputado João Braga tem a palavra.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria falou aqui na Zona Franca da Santa Maria. Tinha pensado falar disso mais tarde, entretanto penso que se torna pertinente, neste momento, levantar certas questões.

A questão da Zona Franca de Santa Maria, em que, nesta Assembleia Regional, foi proferido pelo Sr. Presidente do Governo Regional que "Zona Franca só há uma, a de Santa Maria e mais nenhuma", já não se encontra, portanto com o alargamento a subzonas, essa expressão actualizada. Eu gostaria realmente de saber, nesse conceito de alargamento, em que termos é que ficará a posição de Santa Maria e se a instalação da Zona Franca de Santa Maria está dependente da aprovação da nova legislação que contemple esse alargamento. E ainda mais: se o Governo Regional está na disposição de cumprir aquilo que prometeu, aquando da decisão da política aérea, de fazer a instalação imediata da Zona Franca até se esgotarem as capacidades da Ilha de Santa Maria e depois então pensar em alargar a outras subzonas.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Industria tem a palavra para responder.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de responder ao Sr. Deputado João Braga o seguinte:

É evidente que o Sr. Deputado assumiu recentemente o seu lugar nesta Assembleia e portanto não esteve presente em discussões e esclarecimentos que aqui foram prestados sucessivamente.

Eu procurei ser perfeitamente esclarecedor na minha intervenção de há bocado - o que talvez tenha pecado por ser excessivamente longa e aquilo que eu disse, e repito, foi o seguinte: "continuam a ser empresas instaladas na Zona Franca de Santa Maria". Quer isto dizer, que não pensa o Governo, de modo nenhum e o Sr. Presidente aqui o afirmou, que nos Açores haja qualquer outra Zona Franca.

Também aqui esclareci, que o conceito de subzona não existia no nosso ordenamento jurídico.

Foi aqui esclarecido noutra altura, que não hoje, que dois grupos interessados na exploração, implementação e promoção da Zona Franca, só estariam interessados, mas sobretudo o brasileiro, se houvesse a possibilidade de estabelecimento de sucursais fora da Zona Franca, anexa ao aeroporto de Santa Maria, isto pela razão de que a indústria brasileira interessada a instalar-se na Zona Franca, precisaria dum porto de águas profundas, porque se trata duma indústria não de tecnologia de ponta, mas de tecnologia tradicional com capacidade de concorrência em preços, mas não tão concorrencial que suporte transportes aéreos. Precisa, de facto, dum porto de águas profundas.

Aquilo que eu disse nessa altura, a um colega seu, foi que a Zona Franca de Santa Maria se mantinha de qualquer maneira. Evidentemente, que se não for possível criar essas ditas subzonas, no conceito americano ou brasileiro, algumas das empresas interessadas não virão.

O estudo de viabilidade que foi feito, e sem o qual nós não avançamos, apontava só para a viabilidade da Zona Franca de Santa Maria. Os custos para o investidor e os custos para a Região seriam maiores. Os resultados para Santa Maria e para a Região seriam menores.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais perguntas neste momento, vamos continuar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão do Plano e Orçamento para 1987, agora iniciada, realizando-se embora com um quadro político semelhante ao dos anos anteriores, tem lugar com uma situação específica que resulta dos desenvolvimentos havidos ao longo dos últimos meses.

Importa realçar esse facto para se melhor entender a natureza, os objectivos, as práticas e os raciocínios de um poder regional que tem tido como corolário o exercício do seu poder a constante turbulência institucional.

O Plano é a súpula, muito embelezada, duma política.

O Orçamento é a expressão financeira dessa política.

O Plano reflete, de forma directa, o que o Governo quer fazer de facto, o que o Governo quer fazer em parte e o que o Governo quer que se pense que ele quer fazer. A vida demonstra o acerto da conclusão anterior, o que introduz, também, no Plano, um vector de propaganda que não pode ser esquecido.

Mas o Plano não é essencialmente propaganda, pois se o fosse talvez estivessemos livres dos muitos aspectos maus da política concreta que ele representa!

O presente Plano é uma vez mais concebido em função de uma ideia essencial, ideia essa que concebe a Região, antes de mais e acima de tudo, como entidade financiadora de uma certa parte da iniciativa privada.

Uma vez mais há que sublinhar o facto de apesar de ter uma política económica concretamente definida o actual poder regional continua a ter dificuldades muito sérias em atingir os objectivos, mesmo apenas os principais, que ele próprio definiu.

A vida tem demonstrado de forma proeficiente que o actual Governo Regional, com os seus objectivos, com os seus métodos, com o seu estilo, tem crescente dificuldade em actuar com resultados económicos visíveis, apesar de deter a maioria política absoluta, uma vez que muitos dos princípios que regem a nossa vida colectiva não se configuram com vários desses objectivos, não se identificam nesses métodos e não têm qualquer compatibilidade com esse estilo.

A par das análises optimistas, a par das declarações por vezes bombásticas, a par das "operações" de convencimento da opinião pública, o que todos sentimos, o que muitos dizemos e o que a vida não contraria, é que continua, para a maioria dos cidadãos, a ser cada vez mais difícil viver.

Uma política que não produz efeitos, não é uma política certa e uma política económica que não produz efeitos socialmente úteis é, concerteza, uma política errada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na caracterização económica e social que antecede a apresentação do Plano continua a partir-se de pressupostos que, no mínimo, teriam que ser cabalmente demonstrados.

A estimativa da população (total, activa, por sectores económicos e ramos de actividade) continua a ser elaborada de forma pouco rigorosa, como aliás é reconhecido. Seria necessário conhecer-se muito melhor os critérios usados nesta matéria, uma vez que há indicativos sérios de haver, no que toca à distribuição por sectores económicos, oficialmente apresentada, uma forte distorção, para menos, no sector primário, com óbvias consequências nas relações inter-sectoriais e nas conclusões que dessas relações se podem tirar.

O cálculo do Produto Interno Bruto Regional, como também é reconhecido, sofre de imensas insuficiências na sua determinação. Conclusões que são assumidas na caracterização económica e social, como por exemplo, nas que respeitam ao papel dos diversos sectores económicos na criação do P.I.B. Regional carecem de clara demonstração.

É reconheci da a conjuntura económica favorável.

A queda do preço do petróleo, a descida do dólar, a descida de determinados produtos que o País e a Região importam, vieram criar uma conjuntura económica favorável.

O problema que tem que se pôr e que se põe, quer no plano nacional, quer no regional, é o de se saber se com a actual conjuntura não seria possível uma política mais favorável para a maioria da população, que tem suportado o peso e as consequências de toda uma actuação que visa, no país, a destruição da estrutura económica constitucionalmente consagrada.

O PCP, quer a nível nacional, quer a nível regional, tem exigido ao longo dos últimos meses diversas medidas que visem o melhor aproveitamento, em termos socialmente úteis, da conjuntura económica internacional mais favorável.

Colocámos, nomeadamente a necessidade de se proceder à baixa de preços de combustíveis e electricidade, bem como, conseqüentemente, de produtos de primeira necessidade.

Tivemos até todos ocasião de perceber que uma declaração, preferida, por mim, em nome do PCP, reclamando a baixa de preços, foi retardada, na RTP, por 24 horas, por forma a que antes se pudesse fazer ouvir o Sr. Secretário do Comércio e Indústria anunciando a baixa que se verificou!

A baixa que se verificou não teve, no nosso entender, nem a amplitude nem o volume necessários e possíveis. Pensamos que na presente conjuntura se pode e fundamentalmente deve avançar mais numa política de preços que seja favorável aos que mais dependem dela, para subsistirem dignamente, que são os que vivem exclusivamente de rendimentos/trabalho, rendimentos esses que na grande maioria dos casos são escassos em relação às necessidades.

. Diz-se na apresentação do Plano que o Governo tenciona prosseguir uma política respeitante a preços fixados administrativamente que também conduza à contenção da inflação global.

Registamos a afirmação como positiva mas pensamos que se tem que ir mais longe seguindo uma orientação segundo a qual os aspectos favoráveis da conjuntura sejam melhor aproveitados no sentido de dar um alento que se sinta no nível da maioria das famílias da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A precaridade do emprego é uma das situações mais injustas que resulta das políticas económicas que não têm os trabalhadores e a maioria da população no centro das suas preocupações.

A situação do emprego na nossa Região é grave e não se vislumbra, neste quadro, uma normalização aceitável.

Os contratos a prazo transformaram-se, com o tempo e com o beneplácito oficial, na cruz que milhares de trabalhadores e seus familiares têm que transportar, vivendo numa constante incerteza quanto ao futuro.

A degradação da situação económica regional tem criado as condições para o avanço da exploração do trabalho infantil para níveis altos, como é o caso do Concelho da Ribeira Grande.

Verificam-se nesta Região inúmeras violações da legislação laboral e não nos parece ser a mais eficaz a actuação da Inspecção Regional do Trabalho.

O direito das mulheres trabalhadoras auferirem salários iguais para trabalho igual não tem, em muitos casos, aplicação na Região.

A necessidade de serem criados instrumentos jurídicos que definam e protejam o trabalho de certas camadas de trabalhadores, como por exemplo os assalariados agrícolas, faz-se sentir de forma cada vez mais gritante.

O desemprego existe e as medidas apresentadas como sendo de combate a esse flagelo social não surtem efeito. Seria bom saber-se em que medida foi ou não cumprido o objectivo do Plano 86 sobre esta matéria.

A dificuldade dos jovens encontrarem o 1º emprego está a sentir-se de forma muito forte.

Durante este ano assistiu-se, com fortíssimo enquadramento propagandístico, à instalação de duas novas empresas industriais, empresas essas associadas a outras dos Estados Unidos, e que se instalaram beneficiando de fortes apoios regionais notabilizando-se, entretanto, por uma prática de violação dos direitos dos trabalhadores, e até, a fazer fé nas notícias que têm surgido, pelo desrespeito por compromissos assumidos.

Sabe-se que essas empresas usufruíram da comparticipação do Governo Regional nos salários no valor de 50 a 60% do total. É legítimo perguntar se não seria mais vantajoso elaborar-se um plano de apoio à formação de novos postos de trabalho que fosse aplicado racionalmente a pequenas e médias empresas regionais, o que traria a vantagem suplementar de ajudar a viabilizar empresas que têm tido dificuldades crescentes, mas que são necessárias.

Todo este sector do trabalho e do emprego precisa de ser olhado com outros olhos e ser tratado com outros objectivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar um Plano que é sustentado por um diagnóstico da situação onde a falta de informação rigorosa contrasta fortemente com a audácia das conclusões feitas.

Estamos a apreciar um Plano que é o reflexo de uma política, mais que um instrumento dela.

Estamos a apreciar, ainda apenas na generalidade um Plano que só ganharia se fosse discutido também na especialidade.

Vamos estar todos aqui uns dias a discutir o que já está assente, quer na sua linha geral, quer mesmo no seu pormenor.

Esta metodologia tem por condão evitar enriquecimentos pontuais de um documento que corresponde aos objectivos gerais da maioria, poderia e deveria ser harmonizado com interesses gerais e sectoriais bem nítidos.

Não tenho dúvidas que um dia será discutido nesta Câmara o Plano programa por programa e o Orçamento por verbas correspondentes ao grau de discriminação aceitável.

Para isso continuaremos a trabalhar empenhadamente.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É, em primeiro lugar, para responder a algumas perguntas que ontem o Sr. Deputado do Partido Comunista me colocou e que, por falta de tempo, não tive ocasião de o fazer. Depois também para me referir à exposição que acaba de ser feita, nomeadamente sobre algumas frases bombásticas, usadas pelo Sr. Deputado e posso citar uma das últimas: "O Plano não é um instrumento, é um objecto da política".

Relativamente às questões que ontem me foram colocadas, dir-lhe-ia o seguinte:

Quanto ao emprego, tenho aqui elementos, não sei se são os elementos que o Sr. Deputado do Partido Comunista gosta, talvez preferisse outros, como também estes elementos servem ao Sr. Deputado Carlos César, que agora está presente, que são os elementos, repito e já disse isso várias vezes, que se referem à colocação pelos Centros de Emprego. Nem toda a colocação de emprego é feita pelos Centros de Emprego. São indicadores. Mas toda a gente sabe que a maior parte da colocação é feita através de encontros entre quem necessita do emprego e quem dele procura. O Sr. Deputado tem na sua bancada especialistas na matéria, pergunte-lhes!

Relativamente ao ano de 84 as colocações foram de 499; em 85 foram de 859; até Setembro de 86 as colocações andavam à volta dos 923; até Outubro de 86 as colocações, pelos Centros de Emprego, rondam 1.020.

Também foi perguntado em que sectores é que essas colocações tinham sido feitas.

No sector terciário, as colocações foram de 459, por exemplo: 117 no comércio, 146 pessoal administrativo e no sector residual andou à volta dos 196; no sector secundário: 160 para as indústrias de alimentação e bebidas, 136 para as pequenas e médias indústrias, aquelas muito pequenas que nós aqui nos Açores conhecemos, para a construção civil cerca de 305.

O Sr. Deputado do Partido Comunista também ontem perguntou, qual seria o impacto directo dos investimentos do Plano, em termos de mão-de-obra. Eu no ano passado referi. Este ano na minha exposição não referi, porque orientei a minha intervenção doutra forma, mas prevê-se que em 1987 os investimentos públicos gerem necessidades de mão-de-obra que rondam 3.689. Digo-lhes que esses elementos são os que, neste momento, dispomos, os Srs. Deputados podem não gostar ou não acreditar neles, e representam um esforço muito grande de análise que julgo que deve ser sublinhado.

O Sr. Deputado do Partido Comunista trouxe aqui também a situação daquelas famílias que não têm rendimento suficiente para satisfazerem as suas necessidades, o que também nos preocupa muito. É preciso também equilibrar isto com a necessidade que nós temos, de que as empresas se mantenham em actividade, o que significa que não se pratique uma política de preços irreal, que em vez de conduzir à melhoria da situação dessas famílias, conduza à desagregação total da economia. O Sr. Deputado sabe que isso é uma verdade e que é um elemento de ponderação que há que pesar, quando se trata da fixação de preços administrativos.

Relativamente a uma última questão, que o Sr. Deputado do Partido Comunista

também ontem me colocou, quanto às receitas da Região e perguntava concretamente se havia alguma estimativa relativamente às receitas geradas no nosso território, eram arrecadas e iriam alimentar o Orçamento do Estado.

A estimativa é difícil, essas receitas são muitas e digo-lhe porquê, referindo os sectores a que elas respeitam:

Sector bancário - 50% da actividade bancária da Região é exercida por empresas com sede no Continente e actividade aqui;

Sector da construção civil - as empresas de construção civil que têm sede no Continente e actividade na Região, o Sr. Deputado também as conhece e escusome de as referir;

Sector da telecomunicações - quando falo em telecomunicações, não me refiro à parte postal, refiro-me às duas empresas de telecomunicações, na parte das telecomunicações, qual é o seu volume de negócios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mata (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Apenas alguns comentários e observações sobre a sua intervenção.

Em primeiro lugar começava pelo fim. Este problema, que o Sr. Secretário acabou de responder, a respeito das receitas que legitimamente, estatutariamente e constitucionalmente são da Região, mas que não há, ao que percebo, mecanismos de fazer a sua cobrança. É um problema - eu não coloquei isto em nenhum tom polémico e gostava de esclarecer este posicionamento - que coloquei aqui em tom de preocupação, porque efectivamente penso que manda o interesse regional, manda o rigor, manda a necessidade de muitos aspectos desta autonomia se clarificarem, especificamente no plano financeiro, manda tudo isto que se comece a avançar no sentido de se encontrar as formas para que estas receitas possam reverter para a Região...

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Já começou!

O Orador: ...A minha pergunta ia, no concreto, no sentido duma estimativa que parece ainda não ser possível. Portanto, aguarda-se.

Outras questões que o Sr. Secretário comentou e que partem de afirmações minhas.

Ainda quanto a ontem, eu lembrava que a pergunta concreta que tinha feito em relação aos problemas do emprego, foi quantos postos de trabalho o Plano de 86 motivou e também por razões ligadas à evolução do processo económico, quantos postos de trabalho deixaram de existir no mesmo período. Eu penso que estas duas perspectivas devem ser interligadas. É positivo tudo o que seja acréscimo, mas temos que estar muito atentos à evolução normal ou anormal do processo económico, que motive quebras de postos de trabalho, porque o esforço, num sentido, pode não estar a ser compensado em relação à deterioração de certas condições.

O Sr. Secretário falou - e eu também me referi a isso - em relação ao esforço de análise feito e que deve ser sublinhado, diz o Sr. Secretário! Eu também

digo que sim, basta estudar os diversos documentos ao longo dos anos, para se notar um esforço de análise. Mas é nesse próprio esforço de análise que estão incluídas, e penso que justamente, reservas sobre os indicadores, sobre a forma como eles são construídos e sobre a impossibilidade de se construírem melhor. A minha observação, e repito, vai apenas neste sentido: eu entendo que, sendo óbvio que se tem que pôr essas reservas e também se compreende as razões políticas disso, muitas vezes as conclusões que se tiram, desse esforço de análise, é que contrastam fortemente, pelo seu carácter afirmativo, com as dúvidas que se tem que pôr nos elementos que possibilitam o diagnóstico. É apenas neste sentido a minha observação.

Quanto ao problema da política de preços, nós não pedimos uma política de preços irreal; nós pedimos aquela que seja possível, com uma conjuntura económica que é reconhecida mais favorável. Pedimos isto, quer no plano nacional, quer no plano regional.

Para terminar, da forma como o Sr. Secretário começou, eu gostava de repetir a frase que o Sr. Secretário classificou de bombástica, que é a seguinte: "estamos a apreciar um Plano que é o reflexo duma política, mais que um instrumento dela". Eu não disse que é um objecto. Foi esta a frase.

Em nome do rigor, termino assim. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, esta bancada tendo alguns técnicos de emprego, como foi referido pelo Sr. Secretário, não é nenhum deles que me irá dar qualquer resposta.

Gostaria de referenciar que, efectivamente, nem todas as colocações são efectuadas pelos Centros de Emprego. Isso é uma verdade insofismável, mas tem um reverso de medalha, porque se nem todas as colocações são efectuadas pelos Centros de Emprego, também nem todos os desempregados são inscritos nos Centros de Emprego. E, efectivamente, se em termos da OCDE é considerada uma colocação, e como tal é aceite, o emprego por um único dia, eu gostaria de perguntar se nestas 1.029 colocações efectuadas até final do mês de Outubro, estão considerados os sazonais conserveiros e também alguns postos eventuais de trabalho, ocupados dentro do programa da OTL - Ocupação dos Tempos Livres.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dizer o seguinte: não são considerados, nem os sazonais, nem os OTLs., nas 1.029 colocações. Resposta simples.

Por outro lado também quero explicar, quer ao Sr. Deputado que acabou de intervir, quer ao Sr. Deputado Carlos César que fez um à parte, dizendo o seguinte: é evidente que nem todos os desempregados estão inscritos, mas a grande maioria está, por causa do subsídio de desemprego.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, pura e simplesmente de perguntar em termos estatísticos, nos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, quantos constituem primeiro emprego.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa tem a palavra.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional das Finanças se ele considera - se bem percebi, posso ter percebido mal - que os trabalhadores se inscrevem no Fundo de Desemprego porque necessitam dele. Será que nesses casos estão contemplados os milhares de trabalhadores da Função Pública que não têm qualquer vínculo à Função Pública e por isso mesmo não têm direito ao Fundo de Desemprego.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão do primeiro emprego, eu devo dizer que a colocação em 84 foi de 52, em 85 de 288 e até Outubro de 86 de 471.

Relativamente à questão que acaba de perguntar o Sr. Deputado Francisco de Sousa, eu devo dizer que, francamente não percebi e julgo que não tem qualquer lógica, porque se as pessoas estão empregadas, não recebem subsídio de desemprego. O que eu disse, foi que a maioria dos desempregados estavam inscritos nos Centros de Emprego. Por isso não tinha qualquer lógica a sua pergunta, porque eles estão empregados e espero que o emprego seja duradouro e bem remunerado,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Igualmente!

O Orador: ... mas cuidado, Sr. Deputado, porque a flexibilidade neste domínio contribui, e tem sido provado, para o aumento do emprego. Não é tão simples a realidade, tanto quanto o Sr. Deputado pensa.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Raimundo Mesquita tem a palavra.

Deputado Raimundo Mesquita (PS); Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para pedir um esclarecimento melhor, porque efectivamente não percebi os números que me foram fornecidos pelo Sr. Secretário, em termos de resposta de primeiro emprego. Eu não perguntei quantas colocações tinham sido efectuadas. Perguntei quantos inscritos continuavam na situação de desempregados e como candidatos a primeiro emprego. Foi essa a minha pergunta. Julgo que não foi essa a resposta dada pelo Sr. Secretário.

Presidente: Não havendo mais intervenções para perguntas e respostas,

continua o debate. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Simas para uma intervenção.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

De novo nos encontramos nesta Câmara, para debatermos o Plano e Orçamento da Região para 1987.

São dois documentos notáveis, dignos de serem reflectidos com a atenção e dignidade que merecem!

Transmitem, com clareza, as nossas potencialidade, ambições, objectivos e bloqueios.

São efectivamente duas peças, que nos indicam, de forma concreta, o modo mais eficaz e realista, de nos afirmarmos como Região Autónoma, a caminho do desenvolvimento económico, social e cultural.

Para se alcançar este estádio, foi necessário programar, estimular vontades, coordenar, incutir mais acção e confiança nos agentes económicos e é ao poder político que compete definir e executar as linhas de acção, tendo em vista o bem estar colectivo.

Não é concebível qualquer programação que não tenha em vista os princípios fundamentais do desenvolvimento económico e social, devendo consubstanciar-se no objectivo superior que é a pessoa humana.

Falar-se em desenvolvimento, implica responsabilidade na construção de uma sociedade que se pretende justa, livre, a caminho do progresso social, económico e cultural, como forma mais eficaz de combater todas as formas de pobreza que ainda existem em algumas parcelas da Região, e de modo particular em S. Miguel.

E a propósito, lembro duas pequenas passagens da intervenção de um meu colega de bancada, aquando da discussão do Plano para 86.

"Só agora tomaram consciência daquelas e de outras realidades existentes em determinadas parcelas da nossa Região? Se assim é, o que fizeram durante 10 anos e o que fazem?"

"Se se tivessem estabelecido prioridades correctas e realistas, tais situações ainda existiriam?"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Este tipo de preocupações, são ainda hoje válidas e devem fazer com que se desenvolvam acções concretas de modo a que tais situações sejam eliminadas, porque desumanas.

Tem de haver a coragem necessária, para enfrentar o problema, accionando todos os mecanismos e vontades capazes de levar de vencida as dificuldades e enaltecer o nobre princípio de que governar é servir, e servir, não é mais do que fazer com que o homem atinja maior dignidade social, moral e espiritual.

Por outro lado, é indispensável incutir mais responsabilidade e rigor em quem inspecciona e fiscaliza, para que a execução seja mais atempada e cuidada.

A falta de responsabilidade origina facilidade e desleixo, dando lugar a que os inimigos da Autonomia venham culpar o Governo por todos os males.

No que diz respeito às questões de preservação do Património Cultural, gostaria de ter visto contemplado neste Plano 87 a recuperação e restauro do Convento da Lagoa, antiga escola preparatória.

A este propósito, aquando da recente reunião da Comissão dos Assuntos Sociais, coloquei o problema ao Sr. Secretário Regional. Apesar da sensibilidade que encontrei por parte daquela entidade, e das diligências que a mesma havia feito, devo também reconhecer que a Região é um todo, com uma enorme diversidade de problemas económicas, sociais e culturais, e que nem sempre tudo é possível realizar ao mesmo tempo.

Todavia, aqui fica o meu forte empenhamento (já expresso no requerimento que subscrevi e que foi já entregue na Mesa desta Assembleia) e a sincera convicção de que o Sr. Secretário da tutela e todo o Governo, saberão encontrar no próximo ajustamento ao Plano, o princípio da solução para esta bela peça arquitectónica dos Açores, que é o Convento dos Frades.

Que este debate não fique apenas por uma troca de pontos de vista e de meros jogos de palavras, antes porém, seja o meio de atingir melhores condições de vida para o Povo Açoriano, que ama a sua Terra.

Que seja o meio apropriado e eficaz de criar mais riqueza para distribuir a quem dela carece, mais postos de trabalho para quem deles precisa, mais habitações para quem delas necessita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Há dias o Sr. Secretário Regional das Finanças afirmava: "As despesas correntes do Orçamento Regional são totalmente cobertas pelos impostos gerados na Região e a contabilização dos meios financeiros e económicos criados nos Açores ultrapassam os montantes recebidos do Orçamento do Estado."

Esta, a meu ver, é a maior prova de capacidade da nossa Região, fazendo cair por terra todos os argumentos, que alguns sectores usam e abusam contra a Autonomia Constitucional.

Justo se torna salientar ainda a preocupação desenvolvimento económico da Região, no sentido de criar melhores níveis de vida aos Açorianos, fomentar a criação de mais postos de trabalho e um melhor e mais adequado nível no âmbito da Formação Profissional. "Note-se a já excelente taxa de ocupação do C.F.P. dos Açores, que é de 99,4% e uma percentagem de colocações na ordem dos 92,4%."

Ao pensar-se na criação de emprego e na formação profissional, estamos a construir o nosso futuro, como sociedade que queremos mais próspera, mais justa e mais fraterna.

Quanto mais atenção dedicarmos aos problemas de emprego e formação profissional, mais facilidade teremos de enfrentar com êxito o choque europeu.

Torna-se assim, fundamental encarar a formação profissional como vector de valorização de recursos humanos por um lado, e por outro como instrumento de

reconversão de desemprego em empregos.

Este plano e orçamento servem excelentemente para demonstrar aos inimigos da Autonomia, que os há, aos espíritos centralizadores lisboetas, e à direita reaccionária, nas suas várias componentes, a capacidade política da Região, e a credibilidade do projecto autonómico.

Dentro deste contexto, há poucos dias um prestigiado membro do elenco governativo me dizia:

"O plano concebe as soluções, resta apenas calendarizá-las e executá-las."

Saibamos então fazê-lo! Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir uma explicação ao Sr. Deputado, no sentido de fundamentar o raciocínio que expendeu na sua intervenção. Afirmou que as situações, que se têm vindo a detectar, das várias formas de pobreza, resultam (pelo que usou, não das suas palavras, mas da oportunidade, para citar um colega seu de bancada) de uma política incorrecta e duma deficiente afirmação de prioridades ao longo de 10 anos. Nós estamos, obviamente, de acordo com o Sr. Deputado, mas gostávamos de saber, com o maior rigor possível, o que é que o leva a admitir nas propostas do Plano e Orçamento para 1987, que classificou como dois documentos notáveis, que uma inflecção nessa política, no sentido do combate a essas situações de pobreza e quais as diferenças entre o Plano de 87 e os Planos de 86, 85 e 84, e que o levam a pensar que esse problema vai ser efectivamente resolvido pela adopção de uma nova política.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo ao Sr. Deputado, diria só que, no meu entender, a iniciativa privada será mais auxiliada, por um lado - aliás, o que já tem vindo a verificar-se -; por outro lado há um maior dinamismo na questão da habitação. Verifica-se também, ao longo do Plano, a preocupação do Governo relativamente à formação profissional a fim de - como eu digo no final da minha intervenção - transformar o desemprego em emprego. Por conseguinte, são linhas de conduta, que julgo que nos levarão a uma sociedade mais correcta.

Quanto ao programa do emprego de emergência, já está implementado e que agora terá um novo impulso, julgo que são alguns pontos que me fazem acreditar na viabilidade deste Plano e deste Orçamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para dizer alto, aquilo que, porventura o Sr. Deputado está a dizer a si mesmo, ou seja, efectivamente não respondeu à minha pergunta. E também

para lhe dizer que, enfim, sempre temos essa esperança, que seja a iniciativa privada, como o Sr. Deputado disse, a nos resolver este problema, já que o Governo parece não estar abalançado no sentido da sua resolução.

O Sr. Deputado não encontrou - porque não podia encontrar e o defeito não é seu - nenhum programa novo, nenhuma acção nova a desenvolver no sentido do combate à proliferação destas formas de pobreza. Evidentemente que, quando eu perguntei isso ao Sr. Deputado, não tinha a intenção de atrapalhá-lo na abordagem deste tema; tinha apenas a intenção de comprovar que, efectivamente, V. Exa. não podia provar o que não é susceptível de prova.

Presidente: Não havendo mais intervenientes sobre este assunto, vamos suspender os nossos trabalhos. Retomá-los-emos às 15.00 horas.

(Eram 12.50 horas)

(Neste momento o Sr. Presidente, Deputado Reis Leite, assume a Presidência da Mesa)

Presidente: Peço, por favor, aos Srs. Deputados para tomarem os vossos lugares, para recomeçamos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores submete à Assembleia Regional uma Proposta de Orçamento e uma Proposta de Plano para 1987, podendo ler-se na página 4 do primeiro que "foi elaborado tendo presente a necessidade de aumentar a oferta de emprego na Região, mediante o reforço do investimento produtivo assim como o propósito de melhorar a qualidade de vida do Povo Açoriano, com prioridade para a elevação do nível de saúde e da educação - por falar em educação, é pena que o Sr. Secretário não esteja presente - .Na página 9 informa-se que as "despesas com o pessoal no sector da Educação foram de 2 688 milhares de contos" em 1985 "o que, só com as despesas de pessoal no sector da Saúde representa cerca de 85% do total das despesas com pessoal efectuadas na Região".

Todavia, e para refutar o princípio que o Governo Regional do PPD/PSD defende em teoria, "Prioridade à Educação" tenhamos em atenção o conteúdo do primeiro parágrafo da página seguinte. "Ainda em 1985 ascendeu a 13 604 milhares de contos o montante de investimento contabilizado detendo as realizações mais significativas os sectores dos Transportes e Comunicações 37,5%, da Habitação, Urbanismo e Ambiente 9,6%, da Energia 9%, da Agricultura, Silvicultura e Pecuária 8,6% e da Educação 8,5%". Fica assim demonstrado que uma coisa é aquilo que o PSD defende em teoria, outra é a vivência prática. Enquanto no campo das ideias, tudo bem, Educação acima de tudo, outra bem diferente é a concretização, passando a Educação para depois dos Transportes, Comunicações, Habitação, Urbanismo, Ambiente, Energia, Agricultura, Silvicultura e Pecuária.

Pode ainda ler-se no campo dos objectivos que "As linhas concretas de orientação da política orçamental para 1987 no quadro dos limites que a moldam" assentam em vários aspectos, de que me limito a apresentar o primeiro: "Contenção das despesas correntes (crescimento real diminuto)" - crescerão no valor de 16,48%.

A ser assim, e se de facto não se preparar desde já um orçamento suplementar para a área da Educação, prevejo que o ano de 1987 será igualou pior que 1986, isto é, o sector de pessoal terá, uma vez mais, que aguentar vários meses com salários em atraso, entenda-se e leia-se vários meses em que não recebem o previsto na lei; o pessoal docente, auxiliar e administrativo poderá novamente ter de aguardar com a eterna desculpa das demoras na publicação em "Jornal Oficial" pelos seus vencimentos actualizados.

E, esclareço, se aqui falo em pessoal docente, auxiliar e administrativo é porque se prepara, a saída de legislação que influenciará o montante das despesas com pessoal desde a alteração de carreiras à abertura de vagas nos quadros com substituição de tarefeiros por pessoal efectivo, etc.

Esta Assembleia sabe, melhor do que ninguém, que teve de aprovar um orçamento suplementar para, entre outras despesas, fazer face a vencimentos de professores que, apesar disso ainda não viram os seus ordenados actualizados continuando centenas de docentes a perguntar-se quando será o dia.

A propósito é de lamentar que alguns deles tenham visto o nome nas listagens que chegaram às escolas, que foram publicadas no Jornal Oficial e dias depois receberam a informação que lhes fora atribuída a Fase por engano. Um pouco mais de atenção para a leitura da lei que, em meu entender não lhes impede o acesso à Fase, tal como a interpretou quem procedeu até à publicação, estando em erro quem ordenou que não tinha efeito essa publicação, aguardando-se nova publicação para então se proceder ao pagamento. É uma sorte ter-se tanta competência no PPD/PSD responsável pela Secretaria Regional da Educação e Cultura. Mas não são só estes, até os monitores da Telescola não recebem porque "não são profissionalizados" segundo os informaram. Um pouco mais de respeito pela lei, o mínimo que se pode exigir de quem está à frente dos serviços é que seja capaz de ler e interpretar um diploma, neste caso o Decreto-Lei nº 100/86 de 17 de Maio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de lamentar que menos de um terço do Orçamento seja dedicado aos Sectores Sociais quando é do domínio público as enormes dificuldades em que vivem muitas famílias nos Açores. Toda a gente conhece de perto casos de degradação social, os órgãos da comunicação social têm feito eco de situações de fome, de miséria, de famílias que vivem em condições infra-humanas.

E necessário, é imperioso, que o Governo Regional dê resposta a essas famílias.

Foram feitos estudos, foram apresentadas propostas por um Grupo de Trabalho. Que medidas se tomaram? Através do Orçamento e do Plano não vislumbramos acções que visem colmatar tais carências.

O Plano para 1987, na parte respeitante à Caracterização Económica-Social e no capítulo sobre a população indica-nos os seguintes elementos: crescimento natural da população 1981 a 1985 - nados vivos 24 280, óbitos 14 034, excedentes de vidas 10 246.

Aponta-nos ainda que "A par da evolução natural, o fenómeno emigratório tem constituído uma forte componente, de sinal negativo, do movimento demográfico" e que "de 1981 a 1985 emigraram 7 888 Açorianos". Ora se nós fizermos uma outra operação simples que é a diferença entre o excedente de vidas 10 246 e o número dos que emigraram 7 888, verificamos que a população dos Açores, em cinco anos, aumentou de apenas 2 358 habitantes a uma média de 472 por ano.

É caso para perguntarmos: Que tem feito o Governo Regional do PPD/PSD para fixar a população dos Açores? Entende que a política que tem seguido ao longo destes 10 anos de Autonomia conduziu a uma melhoria tal da vida dos Açorianos que os fez desistir de emigrar? Ou antes se consegue provar por este Orçamento e Plano, que a continuar a investir como tem feito, cada vez mais os Açorianos buscarão outras paragens? É urgente investir nos sectores Sociais a fim de se diminuir claramente o fluxo emigratório, dando condições de vida a quem deseja ardentemente permanecer na terra que o viu nascer.

A mantermos a mesma política é caso para inquirimos se não irão abandonar os Açorianos cada vez mais os Açores, desde que o Canadá e os Estados Unidos da América estejam dispostos a receber os milhares e milhares que sonham com melhor vida noutras paragens.

Continuando ainda a análise dos dados apresentados verificámos que no último quinquénio a média anual do excedente de vidas é de 2 049 e que "os valores provisórios relativos ao primeiro quadrimestre de 1986 revelam estabilidade no fluxo migratório, que se prevê ultrapassar, no ano, os 1 800 indivíduos". Façamos novamente uma diferença entre esses valores e constatamos que a população dos Açores aumentará este ano 249 indivíduos apenas, isto é, muito menos que nos anos anteriores, significando, em termos percentuais, que em 1986 haverá uma redução de 52%, em relação aos últimos cinco, entre o número de excedentes de vidas e o da emigração. Assim fica provado que a população não aumentará mas continuará o seu lento e constante decréscimo.

Há que dar resposta a estes números, a não ser que me provem que estou errado nas contas, proporcionando à população dos Açores condições para optar pela sua terra em vez de outras paragens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Sem Educação e sem Saúde uma sociedade não tem capacidade de mudança nem estará preparada para vencer o desafio resultante da inserção em espaços cultural e economicamente mais desenvolvidos. O nível de Saúde e Educação, sendo pressupostos fundamentais da melhoria da qualidade de vida, constituem um factor de desenvolvimento".

"O atraso económico dos Açores reflecte-se no nível de vida da sua população que é bastante inferior ao de outras regiões do País. Atrasos de muitos anos ainda não foram vencidos nos sectores da educação, da saúde, da segurança social, da habitação e urbanismo e do saneamento básico".

Acabo de citar um parágrafo da Proposta de Plano para 1987 e outro parágrafo da proposta do Programa com que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado dos Açores em Outubro de 1985. Como se vê não são tão diferentes quanto isso. Só que entre o dizer e o fazer vai uma grande distância.

"Em 1985 a taxa de escolarização do grupo etário dos 6-12 anos foi quase total" o que significa que ainda existem açorianos que não adquirem o 4º ano de escolaridade, entenda-se, antiga 4ª classe.

É altamente preocupante, para não dizer confrangedor, que após 10 anos de Autonomia em que o PPD/PSD se quer assumir como o maior, o único autonomista, a começar pelo seu Presidente, ainda aponte num Plano como primeiro objectivo para o sector da Educação ter "que possibilitar a escolaridade obrigatória de 6 anos para os alunos residuais além daquela idade". Lembraria apenas que a escolaridade de 6 anos é obrigatória em Portugal há precisamente 20, posto que em 1966 foi instituída a 5ª e 6ª classes. E, já que falamos do ensino preparatório denominado 2º ciclo do ensino básico pela Lei 46/86, recordemos que em 1984/85 dos 8 548 alunos que frequentaram, "chumbaram" 2 396 o que, convenhamos, é demais. Algo está errado, muito errado. Nem tudo vai bem no reino da Dinamarca.

A escolaridade é obrigatória, universal e gratuita.

Obrigatória não é porque a quem não frequente a escola não é atribuída nenhuma sanção.

Universal muito menos porque ainda não se atingiram os 100% de frequência no grupo etário 6-12 anos e em termos de obtenção de qualificação, 28% dos alunos não atingiram as metas do ensino preparatório.

Gratuita? Bem, gratuitos, para as famílias, são: os edifícios, o pessoal e um copo de leite cru frio.

Qualquer família que tenha três filhos a frequentar a escola ainda dentro do período da chamada escolaridade obrigatória, despende nestas primeiras semanas do ano lectivo, umas dezenas de contos, até que consiga acalmar os ânimos e ter as crianças apetrechadas.

Mas, com as directrizes emanadas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. António Maria Mendes, muitos destes problemas foram ultrapassados. O Governo Regional dos Açores, debaixo da capa milagreira do PPD/PSD, já conseguiu distribuir garrafas de gás por todas as escolas que algum dia tiveram fogão; já fez com que os 25\$00 que atribuíram por aluno para a aquisição de material se multiplicassem em 750\$00 (como nos velhos tempos em que não havia Junta Regional, em que não era o PSD que tinha o pelouro da Educação, mas sim o PS, posto que era um militante socialista o seu responsável e que para o ano de 1976 subsidiou em 125\$00 por aluno); já fez com que todas as escolas abrissem na Região Autónoma dos Açores e isso de ainda estarem largas e largas centenas de alunos sem aulas são balelas da oposição.

Tal como o PSD sempre disse pela voz do seu mais alto responsável pela Educação nos Açores "isso de as crianças perderem duas ou três semanas de aulas não é nada de grave", tanto mais que... com umas aulas suplementares os alunos lá irão.

Sr. presidente, Srs. Deputados:

Pois é! Sim Senhor! Senhor Secretário! Melhor dizendo, Senhores Secretários!

A 7 de Outubro eu era "o mau da fita", não acreditava na competência, na dinâmica, na acção do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura e dos seus Directores Regionais, do Senhor Secretário Regional do Equipamento Social e dos seus Serviços.

Agora, hoje, cabe-me a mim perguntar-lhes:

Quem foi o Kilas? Quem foi o "mau da fita"?

Quem foi que enganou? Quem foi que não disse a verdade? Quem fez a análise correcta da situação? Quem é que apontou soluções? Quem é que se recusou a ver e ouvir por outro figurino além do seu? Em que situação se encontram esses alunos? E as famílias? E os professores?

A Região Autónoma dos Açores é tão pequena!

Conhecemo-nos todos! Poderíamos encetar experiências-piloto que daqui saíssem como exemplo. Mas, a SREC é cópia fiel, fidelíssima de seu pai MEC. Ela, a mais centralizadora das Secretarias Regionais. Ele, o mais centralizador dos Ministérios. Ele, que leva tanto tempo a olhar para o umbigo, permite que uma carta para chegar do 3º ao 11º andar da 5 de Outubro sejam necessários 5 dias úteis! Ela, filha digna de tal pai, é a única que teima em não abrir Delegações noutras Ilhas! Ela, a única que tem funcionário em tudo o que é lugarejo dos Açores, mantém-se teimosamente isolada, fechada, incomunicável, inacessível. Como é possível baterem-se tantos recordes. Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura?

Vossa Excelência tem a Secretaria com mais funcionários, foi o Secretário que mais despediu, (até conseguiu em menos de dois anos de mandato exonerar três directores regionais) só professores em 1984/85 despediu 1 275 (sendo 38 da educação pré-escolar, 297 do ensino primário, 386 do ensino preparatório, 536 do ensino secundário, das Escolas do Magistério e Educadores de Infância 18) e isso sem contar com o Ensino Superior, aonde só, pelos vistos, alguns departamentos perderam muitos docentes este ano. Fala-se em dezenas, eu desconheço; é a Secretaria que faz uma obra nova e que passados 3 anos tem de gastar 40% do valor total da obra em reparações, conservação, manutenção (Ex : Escola Primária de Rabo de Peixe); é a Secretaria em que quando o Senhor Secretário sai, ninguém mais tem capacidade para falar, intervir, chegando-se ao ponto de os órgãos de comunicação social e desse facto darem conhecimento; é a Secretaria que durante mais anos tem mantido salários em atraso constante (estabelecimentos de ensino particular que tem contrato como sejam Externatos da Madalena do Pico; Vila Franca do Campo e Povoação em S. Miguel); é a única Secretaria que consegue que desconheçam entre si o que andam a fazer os seus responsáveis políticos (Vossa Excelência diz uma coisa na Televisão, o Dr. Luis Bastos, DRAE, informa outra em circular).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a elaboração de um Orçamento e de um Plano destes para as áreas da Educação e Cultura, certamente que o PPD/PSD não quer, não deseja, que os Açorianos entrem na CEE.

Com um Orçamento e um Plano desta natureza nem para fazer face à escolaridade de 4 anos se conseguia, muito menos pretender que satisfaça uma de 6 anos, atenua o analfabetismo e aumente a escolarização média do açoriano.

Com um Orçamento destes e um Plano que até esquece novas estruturas "criadas" para o ensino na Região, não podem o PSD e o Governo que sustenta, esperar que os Deputados do Partido Socialista digam sim, a quem quer fazer cada vez mais analfabeto o Povo que vive e labuta nestas ilhas na esperança de um dia poder voltar a dizer: basta! Posso dizer e fazer o que penso de novo! Quero cultura! Quero Educação! Quero Liberdade!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e do PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o início de Outubro deste ano (e como, aliás, durante o Inverno passado) tomei parte em trabalhos do Conselho Nacional do Plano.

Este Conselho pronunciou-se sobre as Grandes Opções do Plano para 1986, sobre o Plano propriamente dito - o que, por surpreendente que possa ser, apenas teve lugar no corrente mês - e ainda sobre a proposta das Grandes Opções para 1987/90, actualmente pendentes na Assembleia da República.

A participação nestes trabalhos deu-me azo a levantar um problema de alguma maneira teórico, mas com evidentes consequências de ordem prática: o do próprio conceito de "Grandes Opções".

O simples levantar do problema apresentou a vantagem de ficarmos a saber, por confissão expressa do Secretário de Estado, que o Departamento Central de Planeamento ainda não sabe o que deva entender-se por "Grandes Opções".

Para além disso, foi possível sugerir um conceito formal diferente do que até agora vinha sendo usado nas respectivas leis. Era costume - mau costume - que essas leis incorporassem o extenso relatório onde, a par de diagnósticos, mapas e demonstrações, as Grandes Opções vinham referidas, de maneira geralmente bastante prolixa. Na linha desta sugestão, vimos a Assembleia da República alterar esse mau hábito, destacando o essencial das Grandes Opções do respectivo relatório justificador, e transformando-as, adequadamente, em texto normativo, como se pode ver no artigo 1º da Lei 10/86, de 30 de Abril.

Ainda há dois dias, na Assembleia da República, foi pertinentemente posta em causa a existência de Grandes Opções para Planos Anuais, argumentando-se com o contra-senso que é fazer grandes escolhas em cada ano, se elas estão feitas - quando o estiverem, claro - por quatro anos ou mais.

Quanto a esta controvérsia, deve convir-se em que a Região desempenhou um papel de vanguarda no contexto nacional, no que toca ao conteúdo e até ao calendário, do Planeamento. Os nossos Planos Anuais já deixaram de formular "Grandes Opções", e limitam-se a pôr em relevo, objectivos prioritários incluídos, esses, nas Opções de médio prazo, e ajustados à conjuntura - quanto à programação respectiva. Nem por isso deixam de colocar o acento tónico em determinado tipo de acções cuja decisão decorre, sem dúvida, de "opções" prévias: que nem chegam a ser "escolhas", antes nascem, sem esforço nem luta, de evidências da Economia, da Geografia e até da História.

Isto nos traz ao Plano cuja apreciação vem a ocupar a Assembleia Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, perante aquelas evidências, parece não haver que hesitar na orientação a favor de actividades em que as condições naturais e positivas da nossa Região sugerem actividades económicas com perspectivas, e sem limitações aparentes.

Devem referir-se, em primeiro lugar, actividades relacionadas com o mar, na dupla virtualidade de fonte de matérias-primas, e de meio para circulação de bens.

O Plano contempla favoravelmente estas actividades nos seus programas 37 - renovação da frota pesqueira, com 450 000 contos -, 38 - melhoramento das estruturas de apoio, com relevo especial para as instalações de frio, com 660 000 contos e ainda no 58 - portos comerciais e protecção da orla marítima, com 1 925 000 contos -. O que nos parece exprimir uma sólida orientação.

A construção do porto das Flores tem um significado especial também na perspectiva das pescas: será, nunca se esqueça isso, o mais ocidental dos portos europeus, com um iniludível papel logístico quanto a uma parte significativa da sub-área 3 da Zona Económica Exclusiva Portuguesa. O lançamento da 3ª fase do porto da Praia da Vitória (justamente a instalação para as pescas) tem de ser desde já considerado, de maneira a evitar-se outra solução de continuidade como a verificada entre a 1ª e a 2ª fases da sua construção.

Em segundo lugar, devem considerar-se actividades relacionadas com a situação geográfica, e numa perspectiva económica, que aliás não é a única.

Deixarei aqui todas as actividades de abordagem corrente, e vou restringir-me a duas que correm o risco de serem aqui passadas em claro.

Uma delas diz respeito a telecomunicações por cabo.

É a imprensa internacional que tem divulgado notícias sobre o que chama a "batalha económica pelo Atlântico". Em causa, a renovação de linhas de cabo submarino com utilização de fibras ópticas, o que deverá levar-se a efeito a partir de 1990. Estão em jogo investimentos na ordem dos 600 000 000 de dólares, e poderá haver uma possibilidade de que os Açores voltem a surgir como elementos das novas redes que vão ligar as duas Américas à Europa e à África.

Trata-se de um assunto que não pode deixar de ser tratado em articulação com o Governo Central, a quem incumbe, aliás, a responsabilidade de, nos anos 60, se haver deixado cair o envolvimento dos Açores nas telecomunicações por cabo submarino.

Hoje, nenhum país entra neste jogo sem arriscar, investindo e oferecendo facilidades. Parece indispensável uma aproximação instantânea e séria a esta disputa, de tal maneira que ela nos não passe à margem sem uma ponderação aprofundada das possibilidades, das vantagens e dos custos, e sem as acções atempadas e, sobretudo, concertadas, que porventura se imponham.

A outra diz respeito ao Centro de Controlo Aéreo de Santa Maria.

Em tempos, quando se anunciou a sua possível extinção, levantou-se no seio desta Assembleia o problema da inadmissibilidade de tal medida. O Governo Regional secundou a posição aqui tomada, e na decorrência disso o Governo da República assumiu compromissos no sentido de assegurar a realização do chamado Projecto NAV 2, que reequiparia aquele Centro, assim garantindo a manutenção de um controlo português sobre uma larguíssima área do Atlântico Norte.

Entretanto, mudaram-se os tempos: e receamos que estejam a mudar-se as vontades.

Correm, na verdade, insistentes rumores de que o Projecto NAV 2 não se realizará. Funcionários do Centro da Santa Maria já começaram a ser transferidos para fora daquela ilha. Concretamente, o pessoal que tem a seu cargo o Serviço de Informação Aeronáutica (AIS) já foi advertido de que, em 1987, se efectuará a sua transferência para Lisboa, e com ela se encerrará o serviço internacional NOTAM do Aeroporto de Santa Maria - serviço que é considerado essencial em qualquer centro de controlo aéreo -.

Temos considerado que uma decisão deste tipo é politicamente muito grave, e em termos de interesse nacional. Atrevemo-nos mesmo a pensar que, se deve ser sacrificado um dos dois centros portugueses de controlo aéreo, então deve ser o de Lisboa, cuja área se acha comprimida pela espanhola e que, a ficar só, mais tarde ou mais cedo perderá parte do espaço hoje controlado por Santa Maria, em benefício de Shannon e, mais provavelmente, de New York.

Se há coerência na afirmação, tantas vezes repetida, de uma identidade atlântica portuguesa, haveria que tirar certas conclusões adequadas, e esta seria naturalmente uma delas, mais uma vez revelando o contributo nas ilhas para uma afirmação nacional num campo que é do presente, e que tem futuro.

A manutenção do Centro de Controlo Aéreo de Santa Maria, correctamente reformulado, sobre respeitar a matéria de claro interesse regional - expressamente ressaltado na alínea j) do artigo 61º do Estatuto - desenha-se assim, e acima de tudo, como uma questão de interesse nacional. Repetimo-lo com a convicção reforçada por nunca, em público, tal razão haver sido rebatida. Por isso ela deve ser reafirmada até que alguém com responsabilidades demonstre a sua caducidade, ou falta de fundamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os três programas dedicados à Reconstrução

- o 63, o 64 e o 65 - evidenciam a continuação de um esforço financeiro, e de uma (verdadeira) opção sócio-cultural que tem honrado esta Região.

Importa, em qualquer caso, chamar a atenção para certas omissões que precisam de ser corrigidas a muito curto prazo.

Como é sabido, a parte central da cidade de Angra foi, há já três anos, inscrita na Lista do Património Mundial, da UNESCO.

O decreto legislativo regional 15/84/A, de 13 de Abril, declarou protegido aquele centro histórico, estabelecendo um cuidadosa regulamentação para o valorizar e defender, alargando-lhe ajudas financeiras, e criando-lhe uma estrutura administrativa de fiscalização e apoio denominada "Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo".

Acontece que, nesta data, e volvi dos que são dois anos e meio, o Gabinete ainda se não encontra a funcionar, o que, para dizer o menos, não parece admissível. As suas funções consultivas têm vindo a ser asseguradas pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, o que o decreto legislativo regional pretendia justamente evitar, visto o envolvimento daquela Direcção Regional nas múltiplas actividades que lhe são próprias. O Secretário Regional da Educação e Cultura não deixa de despachar sobre as obras a efectuar naquela Zona, desde que lhe sejam submetidos os respectivos processos e desde que haja processos... Mas é evidente que a fiscalização aturada imposta pelas responsabilidades interna e externamente assumidas, e por um número de edifícios que andarão pelos 2 000, não pode desta maneira

exercer-se em pleno. Ultimamente, e talvez por causa disto, tem vindo mesmo a revelar-se difícil a colaboração da própria Câmara Municipal nestes procedimentos. E é de recear um relatório negativo por parte de instâncias internacionais que mantêm canais de informação sobre o estatuto e o estado dos bens que classificaram.

Exortamos pois o Governo Regional a que dê imediatamente corpo a este Gabinete, ao qual devem competir, além da consulta e fiscalização, funções de animação, de divulgação e até de contactos externos, bem como iniciativas culturais que são próprias de um centro urbano com esta classificação e este significado.

Dentro de breves dias, a cidade de Évora terá o seu notável centro histórico inscrito também na lista do Património Mundial. Será a segunda, porventura a última cidade portuguesa, a conseguir esta consagração. Évora dispõe, há muito, de um Gabinete que conta, entre outros, com cinco arquitectos encarregados de velar, a diferentes níveis pela preservação e valorização daquele belíssimo conjunto. Évora, ainda há dias, participou activamente na organização de uma exposição promovida sob os auspícios da Fundação Gulbenkian, sobre os bens que constituem o Património Mundial: exposição que abriu em Lisboa, irá ao Porto, e acabará a sua viagem, como é natural, na própria cidade de Évora; e de que nós tivemos notícia... por jornais que nem eram dos Açores.

Achamos que, pelo que nos diz respeito, isto não pode ser. Nem é preciso invocar argumentos de imagem perante um Governo que tem a seu crédito as medidas significativas nas áreas da Cultura.

Há simplesmente coisas que não podem adiar-se mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Entre as nuvens e turbulências que há vários meses envolvem esta Região, o debate parlamentar sobre o Plano e o Orçamento vem a desenvolver-se sem conflitos, nem sequer processuais.

É como se estivéssemos no olho do ciclone.

E, todavia, ele existe. Ainda não se dissipou.

Creio, porém, que é um puro fenómeno da política portuguesa, com dimensão e profundidade nacionais, este em que nos achámos envolvidos, e de que é urgente sairmos como figurantes centrais. Porque provavelmente os protagonistas reais são outros, e não interessa seriamente a ninguém - nem cá, nem lá - que nos arvoremos, ou nos arvorem, em agentes de uma dinâmica que já estava em curso quando nela aparecemos com indevida e injusta projecção.

Há lições da História que nunca devemos esquecer.

Os Açores encontram-se sempre envolvidos nos grandes problemas nacionais, que todavia não nascem aqui. E já pagaram, por mais de uma vez, o preço da sua fraqueza e da sua vulnerabilidade quando tiveram de assumir sós um combate que não era apenas deles.

Sobretudo nos tempos que vão correndo, não convém deixar que isso se repita, até porque não está em causa a sobrevivência do país. Sem embargo haver sempre margem para uma utilização a que nunca nos poderemos eximir por

completo, porquanto é implicada pela nossa condição como Região Autónoma, com personalidade e sensibilidade políticas, e que é elemento estrutural do Estado Português.

Até por isso - e como que por antítese - este debate sobre o Plano e o Orçamento traz-nos saudavelmente a um dos vectores essenciais da Autonomia Regional - a "livre administração dos Açores pelos Açorianos".

E que, além do mais, a vida não pára. As necessidades exigem, o Povo que representamos tem direitos, as respostas aos problemas correntes precisam de dar-se prontas, e os poderes regionais devem ser exercidos em conformidade, e com competência, e com rigor.

Li há dias uma citação de Franklin D. Roosevelt, que me parece vir a propósito, e ter um valor universal. Foi em 1940 e num jantar partidário, no inimitável folclore americano das reuniões desse tipo. Era assim, em tradução livre: "O futuro está com aqueles políticos argutos capazes de entenderem que o grande público está mais interessado na governação eficaz que nos jogos de poder".

Muito obrigado.

(Aplausos de toda a Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nesta intervenção não vou ter a preocupação de referir com grandes pormenores as listagens de investimentos, cujo acompanhamento caberá à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais no ano de 1987.

Os Srs. Deputados dispõem e estudaram profundamente este documento e penso que seria escusado repetir aqui a apresentação desse tipo de números.

Vou antes procurar fazer um ponto da situação das zonas da minha competência, salientando simultaneamente algumas das nossas principais preocupações e dificuldades, bem como a forma como contamos ultrapassá-las.

Para uma maior facilidade de sistematização, fá-lo-ia sector por sector.

Quanto à emigração, penso que não exagerarei se disser que o ano de 1987 é marcado por uma explosão a nível de contactos entre a comunidade residente e as várias comunidades de emigrantes açorianos espalhados pelo mundo. Uma explosão que ultrapassa o puro plano sentimental emocional e passa a ter também de formal, nomeadamente quando se verifica a deslocação a essas comunidades não só de elementos ligados ao Governo da Região, como também de autarcas da Região, como também quando se vê a deslocação à Região em períodos importantes da vida da Região dessas comunidades e de Congressistas, por exemplo, do Congresso dos Estados Unidos. Há portanto aqui uma mudança qualitativa no tipo de relação entre os Açores e as suas comunidades de açorianos espalhados pelo mundo e também uma exteriorização de uma maior participação política de açorianos na vida das comunidades em que se vieram a integrar. Portanto, penso que este ano de 86 não pode deixar de ser salientado como o ano em que se começa a dar um alargamento, que será importante a ter em conta neste tipo de relacionamento.

Pensamos que o ponto alto, deste relacionamento, será a muito breve prazo - já na próxima semana - o Congresso de Comunidades Açorianas. E realmente a altura para aprofundarmos conceitos, para rectificarmos esquemas de ligação, para procurarmos caminhos cada vez mais efectivos para que essa ligação seja uma realidade e para que, realmente, a referência do estatuto a um povo açoriano tenha, cada vez mais, razão de ser. No próximo ano, tanto quanto pensamos, vamos manter este tipo de relacionamento, vamos ter oportunidade de chegar melhor às nossas comunidades, porque na altura da realização do Congresso das Comunidades é natural que seja assinado um protocolo com a Radiotelevisão Portuguesa no sentido de transmitir, via satélite, para as nossas comunidades alguns programas e, portanto, contanto não só manter as actividades desenvolvidas, como em aprofundá-las em alguns casos.

Gostaria também, em termos de perspectivas para o próximo ano, e de preocupações deste e contrariando um pouco algumas intervenções anteriores, dizer que não considero problemático neste momento o fluxo emigratório (aqueles que ainda hoje optam por viver noutros países), porque esse valor se tem mantido fixo ao longo destes últimos anos e os valores previsíveis para 86, com números já disponíveis de Setembro de 86, apontam para uma manutenção em relação a idênticos valores em 1985, que cresceram muito ligeiramente em relação aos valores de 1984. Penso portanto, que é um movimento perfeitamente razoável, em algumas das situações mesmo desejável, porque corresponde a situações de reunião familiar e portanto não estamos perante um fenómeno em expansão; estamos perante um fenómeno que a Região, em função das suas estatísticas vitais, está perfeitamente em condições de suportar e que não deve criar qualquer tipo de preocupação especial.

Estive também atento ao relatório da Comissão dos Assuntos Internacionais, em que refere uma menor pormenorização na abordagem dos grandes objectivos para o sector da emigração em 1987, gostaria de dizer que isso resulta essencialmente duma opção metodológica, preferiu-se em termos de quem organizou o Plano referir as grandes linhas de actuação do sector de emigração e não descer muito ao desenvolvimento de acções como anteriormente se tinha feito. De qualquer forma esse plano de acções está neste momento preparado e portanto em qualquer momento e com a Comissão dos Assuntos Internacionais, tenho muito gosto em debatê-lo.

No sector da saúde, quem acompanha com algum interesse a evolução do sector, facilmente apreende duas realidades: primeiro a clara opção pelo sector público. Aquilo que o Governo tem entendido e na linha do que a Constituição e do que a legislação fundamental sobre o sector, na Região, estabelece, é de que a responsabilidade do Governo é a criação de estruturas, a disponibilidade de pessoal em estruturas que ele próprio suporta, que ele próprio organiza e que ele próprio mantém.

Essa é uma opção clara, ao longo destes anos, de todas as formas, quer em relação às acções que se desenvolvem em termos de formação de pessoal, em termos de novas infraestruturas, em termos de novos equipamentos, aparece sempre muito clara essa opção pelo sector público. Isto não quer dizer que a inviabilizemos ou que fechemos portas à actividade privada; tenho repetido e é o entendimento que sempre temos assumido de que a actividade privada, no sector da saúde tem todo o lugar, desde que não se faça à custa do sector público.

Dentro desta opção do sector público, é também clara a organização dos serviços, caminha-se - porque a modificação de estruturas com dezenas de anos e a mudança de mentalidades de alguns profissionais não se fazem dum momento para o outro - tendencialmente também, dentro deste sector público, para a organização do sector em pirâmide, com a área de cuidados primários forte e

dando grande importância à de prevenção e à manutenção da importância relativa dos cuidados diferenciados, tudo isto funcionando em articulação.

Para aqueles que acompanham a evolução do sector, resultará claro que a grande prioridade do Governo, tem sido tornar disponível os meios para que o sector da saúde possa prestar cuidados de nível bom ou razoável ao povo açoriano. É assim que se assiste a uma importância relativa muito grande à formulação e à captação de pessoal, se assim se pode dizer. É assim que se assiste a investimentos muito significativos na melhoria de instalações e à construção de instalações novas. É assim que se assiste à disponibilidade de equipamentos novos. É assim que se assiste também ao pôr à disposição do sector da saúde uma fatia muito significativa do Orçamento corrente da Região e que vem aumentando ano a ano, largamente acima da inflação. Estes dados exteriorizam-se em todos os indicadores do sector da saúde, é possível na verificação da mais simples estatística o aumento em flecha do pessoal técnico, é possível verificar-se a melhoria de equipamento de instalações, é possível verificar-se a evolução daquilo que o Orçamento da Região tem posto à disposição do sector da saúde.

Portanto, penso que atingimos a estrutura mínima necessária, para responder às necessidades nos Açores em matéria de prestação de cuidados de saúde. Todos os indicadores sanitários, simultaneamente, confirmam uma evolução significativa, naqueles parâmetros que são entendidos normalmente como os adequados para avaliar o estado de saúde duma população. Isso também se verifica.

Chegados a este ponto e considerando que nada leva a prever que haja qualquer retrocesso nesta evolução natural que se tem vindo a dar, que o nível de investimentos se vai manter e que se vão continuar a fazer aqueles que estão programados e é isso que está previsto para 1987, que vamos continuar a contar com as verbas para assegurar o funcionamento dessa estrutura que vem sendo enriquecida e quais são as nossas preocupações neste momento: elas têm a ver com uma maior rentabilização dos meios que já dispomos, isto é: nós estamos convencidos que, com a melhoria do equipamento de instalações, com as verbas que conseguimos dispôr, com o pessoal que já temos, é possível prestar melhores cuidados à população dos Açores. É possível ir mais longe. É possível que a qualidade de cuidados melhore, para além daquilo que tem melhorado.

Do conhecimento profundo que nós temos do sector, porque temos instrumentos estatísticos bem elaborados, muito pormenorizados e baseados no conhecimento objectivo que daí decorre, nós fizemos opções neste Plano para 1987.

Por um lado levar a efeito a fase fundamental da informatização do sector da Saúde, porque estamos convencidos que uma maior rentabilização dos meios que temos, passa por uma melhor organização e modernização das nossas estruturas, passa pelo recurso a novas técnicas e, nomeadamente, pelo recurso à informática. Portanto em 1987 de depois do contrato assinado para o fornecimento de equipamento, nós vamos ter o ano decisivo da implantação da informática no sector da saúde.

Contamos também publicar a orgânica da área hospitalar na Região, isto também numa procura de melhoria da organização do sector da Saúde. Também contamos com a colaboração, que já está assegurada, do Ministério da Saúde, elaborar com mais pormenor a carta sanitária da Região. A par disto contamos desenvolver medidas directas, também de racionalização, na utilização dos meios materiais e dos recursos financeiros de que dispomos. Como vos dizia, nós temos contado com todos os meios financeiros que necessitamos, razoavelmente, para o sector da saúde, mas também verificamos que desses

meios financeiros se poderia tirar maior rendimento.

Há portanto que procurar aperfeiçoar a análise económico-financeira, da forma como se fazem os gastos no sector da Saúde e estar atento a esses aspectos, porque há alguns fenómenos difíceis de explicar e em relação aos quais nós temos, efectivamente que estar atentos, porque de cada escudo mal gasto, no sector da Saúde, se perde possibilidades de o gastar bem gasto. Penso, portanto, que em termos de custos do sector da Saúde há que estar muito atento a toda e qualquer evolução; há que estar muito atento às opções das unidades de saúde que têm autonomia de gestão; há que estar muito atento à evolução dos custos das várias componentes do sector da Saúde, assim como também é preciso estar muito atento a todos os regimes de pessoal, para que cada um não tenha nem menos nem mais do que aquilo que tem direito; para que cada um tenha só aquilo a que tem direito.

As despesas de pessoal assumem um peso muito significativo dentro da estrutura de custos do sector da Saúde. A este respeito gostaria de dizer que este sector será dos que maiores dificuldades tem em termos da sua gestão de pessoal. Penso que a legislação que regula todos esses aspectos da administração e da gestão de pessoal tem que ser simplificada e temos grande esperança em legislação que, neste momento, está a ser apreciada nesta Assembleia e que na nossa opinião poderá vir facilitar alguns procedimentos, poderá vir a ajudar a ultrapassar algumas das dificuldades que neste momento sentimos. Tudo isto, como sempre, na procura de melhorar a resposta aos utentes, continuando a ensaiar algumas respostas criativas como ainda recentemente, e já durante este ano, de forma mais significativa, se verificou com o novo sistema de receituário, que tem até em encontros nacionais e internacionais, em que a experiência tem sido apreciada como uma inovação importante e como uma possível solução para os problemas que se relacionam sempre com a prescrição de medicamentos.

Devo-vos dizer que um dos aspectos que, através do diálogo, temos também ido ultrapassando é uma certa resistência à mudança que se nota no sector da Saúde. Há, efectivamente, por parte dos seus profissionais, habituados a trabalhar dentro dum determinado esquema, dentro de determinadas prioridades, dentro de determinados princípios, uma resistência à mudança. Essa resistência pode-se ultrapassar, não com medidas compulsivas, não por recontros permanentes entre o poder político e aqueles que trabalham neste sector, mas através do intenso diálogo que prove que, para todos os utentes, mas nomeadamente para os próprios profissionais, há algumas maneiras de actuar que têm que ir evoluindo e têm que ir mudando.

No ano de 1987, contamos também aprofundar o relacionamento com a Organização Mundial de Saúde. Tivemos uma primeira actividade, com colaboração desta organização, este ano, que acompanhou de perto o lançamento dos custos de especialização em enfermagem na Escola de Enfermagem de Ponta Delgada que coincidiu em tempo essas duas actividades e contamos que esse aprofundamento/relacionamento se exteriorize na colaboração com a Organização Mundial de Saúde, que já nos assegurou, pôr a funcionar num dos Centros de Saúde da Região um centro de formação permanente, quer para clínicos gerais, quer para pessoal de enfermagem. Teríamos portanto um dos Centros de Saúde da Região funcionando - não queria empregar esta palavra, mas ela expressará bem a ideia - como Centro de Saúde modelo, onde todos os profissionais da Região poderiam, mediante o desenvolvimento da sua actividade durante algum tempo nesse Centro de Saúde, aprender como é que um Centro de Saúde pode funcionar e que respostas pode dar.

A par disto, e a nível de investimentos, contamos continuar a desenvolver as acções já iniciadas e portanto todo o trabalho que vem sendo desenvolvido no

sentido de iniciar a construção do Hospital de Ponta Delgada, continuará e seguirá o seu percurso normal.

A construção de alguns novos Centros de Saúde também, com o início da construção do Centro de Saúde de S. Roque, possivelmente também o Centro de Saúde de Vila do Porto. Entretanto outros entrarão em funcionamento, como o de Nordeste e o da Calheta de S. Jorge. Outros estão em remodelação profunda, como o da Ribeira Grande que terminará, concerteza, em 87.

Portanto, verifica-se em relação a todas estas iniciativas e ainda a outras, como a ampliação do Hospital de Angra, como em relação às obras das Termas das Furnas, como em relação à formação profissional, uma rotina no bom sentido, ou seja uma manutenção de praxes de um determinado andamento já adquirido, que contamos manter em 1987.

No sector da Segurança Social, poderia começar por vos dizer que, em termos de prestações pecuniárias, estamos satisfeitos com aquilo que temos conseguido obter. Não vou dizer que está tudo bem e que nada mais há a fazer. Há, concerteza, algo a aperfeiçoar e há algo que nós gostaríamos de levar a efeito, mas penso que aquilo que conseguimos atingir até este momento, nos deve dar ânimo para continuar e penso que temos atingido realmente alguns resultados muito positivos.

Tive oportunidade, há pouco, de participar numa cerimónia que marcava a entrada em funcionamento do edifício do novo Centro de Prestações Pecuniárias da Horta, e daí referir e recordar que em 1976 o abono de família relativo, por exemplo, ao mês de Janeiro se recebia em Maio; que o subsídio de casamento, realizado em Março, era pago em Julho; que uma pensão que se necessitava, demorava, pelo menos, 18 meses a chegar; que aqueles que se dedicavam à agricultura eram, em termos de Segurança Social, tratados como cidadãos de 2ª e quando se queria tratar de qualquer assunto de Segurança Social no ex-distrito da Horta era preciso vir à Horta mesmo que fosse duma freguesia qualquer do Faial, das Flores ou do Corvo. Agora, passados que foram 10 anos, o abono de família é pago no mês a que diz respeito; o subsídio de casamento é pago ao balcão, logo que solicitado; o tempo de espera de uma pensão é, em média, de 3 meses e vamos reduzi-lo; aqueles que se dedicam à agricultura têm um regime digno e são tratados como os restantes utentes da Segurança Social.

Temos um sistema descentralizado de serviços com balcões em todas as ilhas e em todas as freguesias. Temos portanto conseguido atingir grande parte dos objectivos a que nos temos proposto.

Gostaria de vos dizer que foi também com satisfação que verificámos que o diploma aprovado nesta Câmara, que promoveu a integração dos rurais no regime Geral da Segurança Social, teve uma grande adesão, que fica suficientemente expressa se vos referir que o número de utentes ligados à agricultura que aderiram a este novo esquema, quando ele foi lançado, significou um aumento de 60% em relação ao anterior. Isto significa uma adesão da população que trabalha nessa área, a este novo esquema; significa que a medida que a Assembleia em boa hora aprovou, vem trazer efectivamente uma melhoria nas condições de resposta a essa população.

Pensamos que agora é preciso fazer um esforço na área das prestações diferidas. Já lançamos uma experiência, em termos de ensaio, na ilha de S. Jorge para fazer doutra forma as juntas médicas para atribuição de invalidez, sob a responsabilidade da Segurança Social e verifica-se que isso encurta o tempo de espera para cerca de um mês a um mês e meio da pensão de invalidez. Há uma melhoria sensível e pensamos que vamos conseguir alargar esse sistema

a toda a Região. Portanto aqui, também a breve prazo, haverá uma evolução que me apraz registrar.

Sentimos a necessidade de aperfeiçoar a nossa organização. Foi por isso que, já neste ano, apresentamos à Assembleia Regional uma proposta de aperfeiçoamento da estrutura orgânica da Segurança Social, que foi aprovada nesta Câmara por unanimidade. Foram suscitadas dúvidas pelo Senhor Ministro da República quanto à sua constitucionalidade. Tenho conhecimento da mensagem que ele enviou à Assembleia Regional e devo-vos dizer que não vislumbro quais as razões que o levou a tomar essa atitude. Ele lá as terá! É natural que isso prejudique de alguma forma a natural evolução do sector da Segurança Social. De alguma forma, frustrou todos aqueles que trabalharam neste projecto e foram muitos dentro da Segurança Social, mas também já temos a força anímica suficiente para saber enfrentar essas contrariedades e vamos com certeza persistentemente procurar que os nossos objectivos sejam atingidos.

As nossas preocupações, neste momento, na Segurança Social, são as de que o movimento iniciado o ano passado, nomeadamente no encontro realizado em Ponta Delgada, de reflexão sobre os novos caminhos da Segurança Social seja mantido. Esse movimento é no sentido de, assim como se quer puxar, em termos qualitativos a área dos cuidados primários na saúde, para mais próximo da área dos cuidados diferenciados também dentro da Segurança Social, dar maior importância relativa ao sector da Acção Social. O sector da Acção Social que é talvez aquele que mais tem a dizer em termos de Segurança Social, de resposta às situações mais difíceis e de rotura económico-social que aqui tem já referidas e muito, durante estes dias, de situações de equilíbrio económico-social, nomeadamente na ilha de S. Miguel.

Foi aqui referido por um Sr. Deputado que não se vislumbrariam respostas.

Eu poderia assinalar uma série delas e vou fazê-lo, não de forma exaustiva, mas de forma exemplificativa. Efectivamente, não se vislumbram respostas se não se quiserem vislumbrar as respostas. Decorrem uma série de processos para reforço do pessoal do Serviço Social numa série de Concelhos da Região, nomeadamente nos de S. Miguel. Estão em elaboração alguns projectos de equipamentos colectivos nessas zonas de maior dificuldade. As verbas dirigidas à Acção Social duplicaram durante o ano de 1986. Com estas medidas procura-se dar uma cada vez melhor e mais adequada resposta, mas sempre dentro daquilo que nós entendemos que são os limites da responsabilidade do Estado, que é a preservação da responsabilidade individual. Uma coisa não pode ser vista em separado da outra.

Claro que, como tantas vezes tenho afirmado, esta não é uma acção isolada, não é uma acção específica da Segurança Social. Tem que ser acompanhada por uma série de outros sectores e vê-se nos Planos que as verbas dirigidas ao sector da Educação sofreram um aumento significativo; as dirigidas à habitação - e no estudo que nós fizemos das situações existentes, resultava de que a habitação era realmente uma das zonas onde se verificavam maiores carências - têm um reforço muito significativo.

A nível de Orçamento também se exterioriza uma série de possibilidades de melhor resposta, principalmente a nível de quatro Secretárias Regionais: Educação e Cultura, Equipamento Social, Trabalho e Assuntos Sociais.

A nível de Segurança Social e de construção de equipamento colectivos, esse programa vai-se manter. Aliás, as estruturas vão aparecendo de forma significativa, e devagar se vai ao longe, sem precipitações.

O Lar de Idosos da Graciosa vai começar-se a construir a breve prazo. Já foi solicitado à Secretaria Regional do Equipamento Social que pusesse a obra a concurso. Não o foi mais cedo porque legitimamente a Santa Casa da Misericórdia da Graciosa teve algumas dúvidas sobre o terreno onde o Lar de Idosos ia ser implantado. O processo recebeu algum atraso por essa razão. Neste momento como vos dizia, já está solicitado a abertura do concurso.

Também vai ser feita a ampliação do Lar de S. Francisco, na Horta. O projecto está concluído e portanto está em condições de avançar, a par da remodelação do Lar de Idosos João Inácio de Sousa, nas Velas; da ampliação e da reformulação do Lar de Santa Maria Goretti e de um Lar da Juventude na Terceira; a par da construção duma estrutura para idosos na Flores e da reformulação duma estrutura para idosos em Ponta Delgada. Eles vão entrando em funcionamento com o seu ritmo e normalmente.

O ano de 1987 será também um ano importante, em termos de reconstrução de estruturas com fins sociais, assumindo grande importância a reconstrução do Recolhimento de S. Gonçalo, que vai ter muito boas condições de resposta a um determinado tipo de população idosa.

Toda a experiência do passado indica-nos que vamos continuar a conseguir, sem as precipitações, para as quais por vezes nos querem impelir, de forma muito programada e planeada, conhecendo tão profundamente quanto possível a situação e, acima de tudo, sempre com muita persistência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Açores, nos seus dez anos de Autonomia, e órgãos próprios do Governo, eleitos democraticamente, vem sucessivamente sendo governada pela mesma componente político-partidária.

Ao contrário do que aconteceu no Continente, os governos aqui na Região mantiveram-se, o que por um lado é positivo, na medida em que a maioria política instalada encontrou estabilidade que lhe permitia levar por diante os seus consecutivos programas; por outro lado não se poderá considerar muito saudável em democracia. Este fenómeno não muito corrente hoje em dia, nos países onde a democracia impera, pode muito bem justificar-se pelo nosso atraso económico e cultural, e ainda porque uma parte substancial da população está descrente, por ainda não ter visto solucionados os seus problemas mais candentes, e por isso não ter ainda encontrado um viver, que lhe proporcione uma vida minimamente condigna.

Na prática, e conforme se vem constatando ao longo dos sucessivos actos eleitorais, isto tem-se traduzido num abstencionismo, que hoje constitui o maior partido da Região.

A permanência da mesma maioria, tem permitido a instalação de uma Administração Regional, com uma dinâmica que já deixa muito a desejar e já carente de grandes reformas.

Enquanto não se conseguir mudar esta panorâmica, dificilmente se poderá levar

àvante a grande obra de desenvolvimento, progresso e bem estar do povo dos Açores, dentro de uma filosofia de justiça social, que abranja todas as ilhas e a população em geral, de cada uma delas.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

A proposta do plano para 1987, que aqui se encontra à discussão, não poderá estar excluída da panorâmica que atrás referi.

Os objectivos do presente Plano são bons, e não existirá neste mundo, grupos ou organizações políticas, detentoras ou não do poder, que também não expressem a mesma coisa, independentemente das filosofias porque são guiadas.

Entretanto dos resultados de cada plano é que se poderá ajuizar se as palavras não foram um mero encadeado de ideias, que se ficou pelo papel e se esvaiu no ar, ou então se na realidade, encontraram expressão na sua concreta exequibilidade, e se esta realmente provocou o progresso e bem estar, através de uma repartição mais justa da riqueza, que o esforço comum produziu.

Esta proposta de Plano, enquadra-se dentro do PMP 85/88, que já tem a concordância da maioria desta Assembleia, e não é mais do que o 3º ano de vigência desse plano, sendo por isso muito legítimo perguntarmo-nos qual o nosso posicionamento neste percurso pré-definido de 4 anos. Algebricamente deveríamos estar a meio percurso.

Entretanto, e como da leitura deste documento, não me conseguia situar, resolvi antes fazer uma reflexão generalizada, virada mais para o real e concreto, na qualidade de cidadão, mais ligado à prática do dia a dia, e que terá essencialmente como cenário a ilha onde vivo, e que de certo modo reflectirá em parte, certas realidades regionais.

E começando nesta reflexão, verificamos que, por exemplo a agricultura continua reduzida a uma prática de subsistência de algumas famílias, e o auto-abastecimento, tão falado, jamais se concretizará com as medidas preconizadas, porquanto estas não encontram espaço que lhes dê vida, por não se inserirem dentro das realidades.

A pesca dormita no artesanal, a silvicultura justifica-se nas obras do passado e a pecuária, efeito de uma prova de mercado, continua sem a qualidade que lhe garanta o futuro.

A nível de saúde continua a verificar-se nas ilhas mais pequenas que uma pequena cirurgia num doente exige que as pessoas se desloquem a outra ilha.

Na educação continuam muitos problemas. As novas instalações em Santa Maria para o curso preparatório e secundário, e ainda não completamente acabadas, já não tem o número de salas suficiente para os 657 alunos matriculados no corrente ano. As aulas este ano abriram com um mês e meio de atraso. Os jovens das freguesias rurais praticam regimes penosos de levantar cedo e chegar tarde a casa, ficando altamente comprometido o seu rendimento escolar, por não haver uma política de transportes que tenha em conta esta realidade.

Nos desportos e ocupação dos tempos livres, e especialmente no meio rural, prolifera a taberna, como refúgio e ocupação desses tempos, semeando a degradação através de um consumo crescente de álcool e droga.

Nos transportes terrestres as tarifas atingem preços exorbitantes. As obras de preparação, repavimentação e alargamento de estradas regionais andam a

passo de caracol. Com efeito os serviços responsáveis não estão dimensionados e equipados em termos das exigências actuais, para poderem servir cabalmente a população.

Nos transportes marítimos, e com a entrada em funcionamento da Transinsular, verificaram-se melhorias de certo significado, contudo ainda existem anomalias, roturas e estrangulamentos, que o Governo ainda não conseguiu colmatar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os transportes marítimos são os mais utilizados na importação e escoamento de bens de consumo e produção. Afigura-se-nos assim realçar que o progresso e desenvolvimento da Região, dependerá grandemente de uma política inteligente neste campo. que acompanhe as progressivas necessidades da Região, e de cada uma ilha em si, política essa que deverá exercer e desenvolver acções no sentido da contenção dos custos desses transportes, em benefício do todo regional, e tendo em conta as obrigações nacionais nessa matéria.

Ilhas há ainda que, por não possuírem as infraestruturas portuárias, estão a ser oneradas com os custos adicionais das descargas, que por vezes chegam a atingir preços superiores aos do frete base. Nunca houve aqui, nem parece haver por parte do Governo, vontade de colmatar esta lacuna, embora sem planos consecutivos se fale na necessidade de corrigir assimetrias intra-regionais. O porto de Vila do Porto, que segundo consta deverá estar a funcionar no próximo ano, vai decerto solucionar este problema em Santa Maria. Entretanto restam os Florentinos e os Corvinos. Quantos mais anos vão ter eles que suportar sozinhos este estado de coisas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos transportes aéreos, há a referir como medida muito positiva, as infraestruturas aeroportuárias em todas as ilhas, embora algumas delas ainda mal dimensionadas, e outras deficientemente concedidas.

As ligações aéreas com o exterior continuam a ser efectuadas pela Transportadora Aérea Nacional TAP, que hoje já escala as três antigas capitais de distrito. Os voos charters começam a abundar, e muitos emigrantes já vão ter directamente à sua ilha. A SATA por sua vez vai assegurando as ligações inter-ilhas, tendo também experimentado as operações charters que, segundo consta, não deram muito resultado.

Nesta panorâmica a política aérea, definida pelo Governo, através de uma decisão meramente política, e só política, e estudada por uma firma estrangeira, já se encontra ultrapassada. Em face disso possuímos hoje uma Companhia Aérea Regional, SATA, estática, altamente deficitária, que só através de grandes injeções de subsídios, consegue sobreviver, com uma frota envelhecida e sem grandes perspectivas de futuro. As tarifas praticadas, por sua vez, não são assim tão baixas, que justifiquem tal situação.

Este plano prevê estudos no âmbito dos transportes, com verbas de tal ordem reduzidas, que nos faz antever que a situação actual prevalecerá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E dentro do mesmo assunto dos transportes, não poderei deixar de me referir ao subaproveitamento do Aeroporto de Santa Maria, e com ele à Zona Franca, uma vez que um e outro se encontram interligados. A Zona Franca, segundo

promessa do próprio Governo, tinha como objectivo compensar a ilha, pela lacuna deixada aquando da decisão do Governo, de desviar o tráfego para as Lajes, e ao mesmo tempo permitir o aproveitamento do Aeroporto de Santa Maria. Já lá vão seis anos sobre esta promessa. Os estudos da Zona Franca estão realizados e indicam um invulgar alto grau de interesse na implementação de uma Zona Franca e de acordo com uma das recomendações da Royal Parker, as demoras excessivas nos processos da sua implementação podem ter efeitos adversos na sua viabilização.

Embora ainda pare no ar a expressão proferida nesta Assembleia pelo Presidente do Governo, "Zona Franca só há um, Santa Maria e mais nenhuma", já não nos restam dúvidas de que se pretende alargar a Zona Franca de Santa Maria, a outras ilhas, conforme declarado aqui pelo Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, embora se tenha procurado manter um certo secretismo nas acções que decorrem, em ordem a não alarmar os Marienses. Somos peremptoriamente contra este género de procedimentos, nem os Marienses o querem. As cartas têm que ser postas na mesa a cada momento, e os Marienses não podem ser excluídos deste jogo, como até agora tem acontecido. O Governo tem que clarificar o que pensa, de acordo com os estudos realizados, e que será a Zona Franca de Santa Maria no contexto Regional.

É que no nosso entender não poderá haver confusões. Zona Franca de Santa Maria é uma coisa, e com sub-zonas ou espaços francos noutras ilhas é outra coisa.

Com efeito a criação de uma Zona Franca em Santa Maria obedece a um objectivo definido pelo Governo, que ainda não teve concretização. Daí que a Zona Franca de Santa Maria deva avançar, para cumprir os objectivos já definidos e prometidos, e até se esgotarem as capacidades que a ilha engloba. Depois disso que se use a experiência e aprofunde as potencialidades em outros lugares. O que não aceitaremos é que se esteja a utilizar das maiores ou menores potencialidades de outras ilhas, para se subalternizar e esvaziar a instalação da Zona Franca de Santa Maria.

Ainda, e outro problema relacionado com o transporte aéreo, mas de âmbito nacional e internacional, e já aqui referido pelo Sr. Deputado Álvaro Monjardino, prende-se com a prestação de serviços, de controlo de tráfego aéreo sediados em Santa Maria, a uma zona do Atlântico Norte, espaço aéreo que circunda o Arquipélago, numa extensão que ultrapassa as mil milhas náuticas, e que se designa por Região de Informação de Vôo de Santa Maria. E isto tem a ver com o tão falado projecto NAV II.

Por conseguinte o projecto NAV II, que se destinava a substituir o actual centro de controlo de Santa Maria, por se encontrar totalmente obsoleto, e não satisfazer as exigências, em termos da evolução verificada na aviação civil internacional, nasceu quase exclusivamente para o tráfego aéreo gerado na Região de Controlo Oceânica de Santa Maria.

Hoje nasce um novo conceito do projecto NAV II, em que é excluída a Região de Controlo Oceânica, e se destina à Região de Controlo Terminal de Santa Maria, espaço esse que engloba as 9 ilhas do Arquipélago, e que em termos práticos se destina a controlar as aeronaves inter-ilhas, e as com destino e partida dos Aeroportos dos Açores, e ainda à implementação de algumas rádios ajudas em algumas ilhas para o serviço de controlo dentro desta Região e em rota numa parte reduzida da Região Oceânica. Daí que se continue a afirmar que o projecto NAV II continua em curso, e que avançará para uma nova fase quando se ultimarem as experiências do complexo NAV I, conforme resposta ao requerimento do Sr. Deputado do PS, José Dinis Resendes.

Dentro deste conceito não nos restam dúvidas da sua concretização, entretanto o que está em causa é ou não a exclusão neste projecto da Região Oceânica de Santa Maria, como sua componente principal. Sem esta, o projecto NAV II esvazia-se.

Enquanto, por exemplo no Arquipélago de Cabo Verde, após a independência, a rentabilização encontrada pelos serviços de Controlo de Tráfego Aéreo, do Arquipélago, foi precisamente a implementação de uma região de controlo oceânica periférica, aqui nos Açores tudo indica ir processar-se ao inverso.

Com efeito o controlo de tráfego aéreo no Atlântico Norte, assenta em quatro centros principais, a saber: Gander, Shanwick, Nova York e Santa Maria, e nos próximos anos já poderia ser feito através de um ou dois centros, o que só não se concretizará pelo menos em termos de médio prazo, porque nenhum dos países que tem a seu cargo esses serviços, querem perder o direito à exploração desses espaços aéreos devido ao seu elevado interesse económico e não só. A posição geográfica privilegiada dos Açores, e caso um dia se venha a concretizar a opção de um ou dois centros para o Atlântico Norte, poderia muito bem levar a Região a ser um dos mais lógicos candidatos a esse ou esses centros. Com os trâmites que se está a seguir, tudo indica, que vamos ser excluídos deste processo.

Aqui urge perguntar ao Governo:

- Qual o ponto da situação relativamente a este assunto? Vai ou não vai o controlo oceânico ser dissociado do projecto NAV II, e qual a posição do Governo sobre esta matéria?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do pouco que foi dito, e do muito que ficou por dizer, não se me afigura que este plano tenha modificações de significado essencial, que nos permita concluir que haverá uma viragem significativa e qualitativa, que o mesmo nos parece fazer crer.

O passado tem-nos ensinado, que não é a exuberância das intenções que promovem o desenvolvimento, o progresso e bem estar das populações. É preciso antes ter coragem e o correcto sentido de justiça social, menos apego ao poder e a dinâmica capaz de mobilizar toda a população, para um projecto em que todos se sintam abrangidos.

Com esta política, onde se cavam cada vez mais as desigualdades entre os cidadãos destas ilhas, não parece ser possível serem alcançados os objectivos que este plano propõe.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Braga:

Houvi atentamente a sua intervenção e sobretudo algumas das coisas relacionadas com a área da agricultura e pescas.

Algumas das suas preocupações são legítimas e até inúmeras vezes as tenho discutido com o Sr. Deputado do PSD aqui presente, também de Santa Maria, mas gostaria de esclarecer algumas questões que julgo extremamente importantes. Aliás, o problema de Santa Maria, nesta matéria, nem sequer é muito diferente de iguais problemas que se colocam em ilhas que atravessam as mesmas circunstâncias económicas, sociais e de dimensão populacional que Santa Maria tem.

O meu primeiro esclarecimento, será dizer que aquilo que o Sr. Deputado referiu, e que não acontece em Santa Maria, não tem nada a ver, na minha opinião, com a ausência de política agrícola ou com política de pescas. Têm a ver com outras questões. Há coisas que, de facto, nós não podemos fazer. Não posso fazer milagres e não posso obrigar as pessoas a fazerem aquilo que elas não querem e vou-lhe dar um exemplo: quando se fala de autoabastecimento dessas ilhas e se fala concretamente de produtos hortícolas, os preços atingem, Sr. Deputado, para esses produtos nessas ilhas, provavelmente o triplo e o quádruplo do que atingem em ilhas como S. Miguel e Terceira. Portanto, não é pelo facto de não se pagar pelos produtos que as coisas não aparecem. Há outras questões. Também não é por falta de condições técnicas para se fazer isso, que as coisas não se fazem. Lembro-lhe, para caridade da situação, que se chegou um dia a levar salsa de S. Miguel para Santa Maria. Não é por ausência de política, não é por ausência de condições técnicas que as coisas não aparecem em algumas dessas ilhas e uma delas é, concretamente, Santa Maria.

Quanto ao restante autoabastecimento, suponho que não está em causa e até lhe direi que Santa Maria, por exemplo, em alguns aspectos é sujeita a experiências inovadoras na área da agricultura, experiências essas que têm canalizado para Santa Maria larguíssimos fundos, como é o caso da recuperação dos terrenos erosionados, ou como é o caso muito recente - que está a atingir um êxito que, por agora, é significativo - da implementação do primeiro núcleo produtor de ovinos na Região, que está entregue não só à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas uma parte desse núcleo, mas também a trasladores privados, como à criação até de uma associação de produtores de ovinos, que neste momento é, de facto, um núcleo que apresenta, em termos de condições técnicas de produção, do melhor que se pode ter por essa Europa fora. Aliás, a raça que foi implementada em Santa Maria é uma das melhores raças europeias produtoras de carne e de lã.

Portanto, embora perceba as suas preocupações e aceite que algumas coisas acontecem e muitas vezes a gente fica sem saber porquê, o, que é um facto, mas reafirmo que no âmbito da política agrícola, não é por ausência de condições que, de facto, essas coisas acontecem.

Quanto ao sector das pescas, permita que lhe diga, que também não concordo com as suas observações. É evidente que aquilo que falta no sector das pescas em Santa Maria, como também em algumas das outras ilhas, está dependente, evidentemente, do porto. Uma vez o porto feito, vai dar condições às pescas que elas não tinham antes do porto entrar em funcionamento. Mas queria chamar a atenção que só depois do porto entrar em funcionamento, é que se poderão criar algumas infraestruturas capazes de apoiar a sazonalidade da pesca em Santa Maria, como é, por exemplo, o caso do atum.

Quero lembrar ao Sr. Deputado que, este ano, o esquema do preço de garantia à produção - que aliás, já tinha sido feito o ano passado -, foi capaz de entregar aos pescadores de Santa Maria, algo como 30 000 contos através do preço de garantia para o atum. Foi uma responsabilidade total da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Esse peixe ficou armazenado numa estrutura privada que nós é que tivemos que pagar esse armazenamento e depois negociar

esse produto com as empresas sedeadas na Região. Se não tivesse sido o estabelecimento deste preço de garantia, que num caso ou noutro poderá não ter funcionado melhor, porque a própria estrutura de frio não tinha capacidade para receber mais peixe, mas com o novo porto e com a nova estrutura de frio isso não irá acontecer, chamo a atenção que este ano, 30 000 contos não tinham sido distribuídos pelos pescadores de Santa Maria.

As nossas preocupações são, de facto, legítimas, mas não são só com soluções de política que elas se resolvem e eu não posso obrigar as pessoas a fazerem aquilo que elas não querem fazer. No caso da pesca esta solução foi clara, objectiva e protegeu os pescadores de Santa Maria. Se ela não existisse eles teriam que deitar o peixe ao mar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apreciação e a votação das propostas do plano e do orçamento são, sem dúvida, um dos actos mais importantes desta Assembleia.

O plano acaba por orientar, coordenar e disciplinar toda a organização económica e social.

Realidade tão mais premente quão certo é que vivemos numa Região em que o investimento privado continua a ser muito limitado.

Por outro lado o plano condiciona ainda o próprio orçamento, porquanto este tem de ser, e é, elaborado de harmonia com aquele.

O plano espelha a actividade do Governo.

Devia, assim, esta Assembleia ser mais minuciosa e preocupada não só na apreciação e votação da proposta do plano, mas sobretudo no acompanhamento na sua execução quer financeira quer material.

Se esta fosse a opção adoptada por esta Assembleia provavelmente a sua posição perante o Governo tornar-se-á muito mais exigente e menos o pretexto de apresentação de lamúrias e reivindicações de carácter doméstico ou de trocadilhos de mau gosto.

O plano não pode ser uma amálgama de respostas a um conjunto de preocupações particularizadas que, por vezes, têm pouco a ver com o conjunto ou mesmo o esquecem.

Não pode também o plano ser um mero documento político, onde se inscrevem os propósitos e intenções do Governo.

Tem sim de constituir um documento de valor jurídico e como tal vinculativo que visa contribuir para o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas do Arquipélago, reduzindo assim as assimetrias existentes quer a nível intra-regional quer a nível inter-ilha.

O plano deve contribuir para a unidade regional.

O plano deve constituir um dos fundamentos justificativos, para o povo dos Açores, da sua opção autonomista.

Tal opção implica e impõe uma cuidadosa fase de programação e uma não menos cuidada fase de execução.

Tal opção exige uma maior eficácia na concretização do programado.

Tal opção obriga a fazer uma reflexão sobre aquilo que somos e de que capacidade dispomos em termos humanos e funcionais.

Não nos parece que esta reflexão nos leve ao desânimo, mas estimular-nos-á para alterar e melhorar.

Seremos realistas se registarmos a evolução positiva que se tem verificado ao longo dos anos no que concerne à forma como as propostas do plano e do orçamento têm sido elaboradas e apresentadas.

Parece-nos, no entanto, que há ainda correcções a fazer no que respeita à articulação inter-departamental e, à execução faseada de determinados empreendimentos, cujo alcance económico-social, quer a nível regional, quer a nível extra-regional, tem interesse significativo.

Esperamos, assim, que a programação e execução da 3ª fase do Porto da Praia da Vitória seja concretizada de forma a não dar lugar a nuances e, muito menos, comprometer avultados investimentos do sector privado, que se arriscam, caso contrário, a ser perdidos.

Outro desafio que se nos depara é a importante definição e implementação dos parques industriais.

Não haverá certamente dúvidas quanto à premente necessidade de dimensionar a nível regional o sector industrial, sob pena de os problemas de emprego aumentarem significativamente.

Não podemos esquecer que há que libertar ainda muita mão de obra do sector primário que tem de ser absorvido pelo sector industrial, já que o terciário se mostra bastante sobrecarregado.

Acresce que só com a definição clara das zonas industriais, com as consequentes medidas legislativas e de execução, se poderá abrir no campo ao investimento privado, que tarda e se torna cada vez mais necessário.

Não pode de modo algum o sector empresarial regional continuar a ter em suas mãos a quase exclusividade do investimento nestas ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Parece-nos ainda pertinente, deixar aqui uma pequena reflexão sobre a falta de articulação entre o plano nacional e o plano regional, nomeadamente no que respeita ao sector público estadual de incidência regional.

O que é que os representantes do povo dos Açores conhecem dos empreendimentos do sector público estadual de incidência nesta Região?

Será que o disposto no artigo 231º da Constituição tem sido respeitado nesta matéria?

Será que nos devemos manter totalmente alheios ao que se passa na Defesa Nacional e na Justiça?

Pensamos que não devíamos ser alheios ou alhearmo-nos desta parte do planeamento.

Igualmente pensamos que o nosso empenhamento não se deve ficar pela participação no Conselho Nacional do Plano.

Tudo isto levará certamente a repensar a articulação e o relacionamento entre os órgãos de governo próprio e os órgãos de soberania.

O Estado tem responsabilidades na situação depauperante e vergonhosa em que se encontram as instalações onde funcionam os serviços da Justiça e das Finanças.

Em contrapartida considera-se responsabilidade da Região o prosseguimento da recuperação e preservação do património artístico, arquitectónico e cultural afectado pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980.

Torna-se mesmo imperioso que o executivo leve a efeito a reconstrução dos seus próprios edifícios, sob pena de estes passarem a constituir, em termos notórios, a pauta negativa da reconstrução.

Já, por diversas vezes, alertámos esta Assembleia para o relevo a dar ao sector cooperativo.

Continuamos a verificar que a este sector são postas diversas dificuldades de natureza burocrática que urge ultrapassar.

Não se pode aceitar que cooperativas, com objecto de produção artesanal e cultural, corram o risco de sucumbir, por lhes serem impostas as mesmas regras das cooperativas com finalidades económicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pensamos que o povo dos Açores merece que se prossiga o trabalho iniciado há 10 anos, tornando-se cada vez mais realista, eficaz e humano.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho para uma intervenção.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Secretaria Regional do Trabalho, no Plano para 1987, está dotada com uma verba de 82 000 contos, distribuídos por 3 grandes áreas:

- 1 - Alargamento e apetrechamento das áreas formativas ... 69 000 contos
- 2 - Artesanato 8 000 contos
- 3 - Sector Cooperativo 5 000 contos

O Centro de Formação Profissional dos Açores tem vindo a ganhar cada vez uma maior importância no contexto regional, na medida em que só pela via da

formação profissional é que se consegue a promoção da pessoa humana na perspectiva do emprego, como complemento ao ensino ministrado nas escolas.

No sentido de acompanhar esta dinâmica, a Secretaria Regional do Trabalho tem promovido o sucessivo alargamento das áreas formativas do Centro de Formação Profissional dos Açores, estando este presentemente apetrechado para oferecer 19 opções.

Os cursos ali ministrados visam preparar mão-de-obra qualificada, pronta a entrar no mercado de trabalho, mas a acção do Centro não se limita ao ensino de técnicas de várias profissões, ela vai mais além entrando em outros domínios, nomeadamente o cultural numa acepção verdadeiramente ampla da palavra "formação".

A vida dos estagiários naquela instituição, enquanto dura um curso, está orientada no sentido da promoção da pessoa humana, o que se consegue através da apresentação de palestras, filmes didácticos, leituras na biblioteca, realização de jornais de parede ou simplesmente reuniões com uma assistente social.

Indubitavelmente quem passa pelo Centro de Formação Profissional sai mais enriquecido espiritualmente, de horizontes mais rasgados face ao mundo que o rodeia.

A valorização dos recursos humanos da Região não se limita à produção de mão-de-obra qualificada para emprego. Especial atenção tem vindo a ser dada à preparação de pessoas, sobretudo do sexo feminino, que possam desenvolver uma actividade económica, dita de subsistência, realizando tarefas de cariz marcadamente artesanal, conseguindo-se assim descongestionar a procura de empregos nos grandes centros populacionais e possibilitar que muitas dessas pessoas possam dar uma mais efectiva assistência à família, já que tais actividades podem ser desenvolvidas habitualmente em casa, ou pelo menos, sem rigidez de horário.

A propósito de artesanato julgamos de interesse referir que a constituição de um grupo de trabalho interdepartamental, que engloba as Secretarias Regionais da Educação e Cultura, Trabalho, Comércio e Indústria e Transportes e Turismo, tem permitido ao Governo uma intervenção no domínio do artesanato pautada pela equidade, moralidade e dinamismo consentâneo com a importância do sector.

Em nosso entender a formação profissional não pode virar-se, exclusivamente, para as áreas prioritárias numa política de desenvolvimento regional. Há que privilegiar igualmente a recuperação e dignificação das profissões que gradualmente tendem para uma total extinção. Neste domínio tem a Secretaria Regional do Trabalho um ambicioso programa cuja principal dificuldade de execução reside precisamente no facto de já ser difícil encontrar monitores. Oleiros, tipógrafos, tecelões, estufeiros e correeiros são cursos que arrancarão no decurso do próximo ano.

No que respeita ao Sector Cooperativo há a salientar a crescente sensibilização à formação de dirigentes bem como no apoio técnico e jurídico na organização e estruturação das Cooperativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Promoção do Emprego tem sido um dos objectivos mais salientes, se não o mais destacado, dos últimos planos anuais que o Governo tem trazido a esta

Assembleia, como também o foi na elaboração e tem sido na execução do Plano de Médio Prazo vigente. É promovendo o emprego, o emprego produtivo, livremente escolhido e remunerador, que se poderá eficazmente reduzir o desemprego e combater o subemprego. No entanto, para que seja promovido o emprego, necessário se torna criar minimamente as condições, os meios suficientes aos agentes económicos para a consecução não só dos objectivos económicos do investimento como também do seu objectivo social; a criação de empregos. Só que tal tarefa não é de forma alguma exclusiva do Governo. Não será ao Governo que competirá a efectiva criação de empregos. Competir-lhe-á, sim, facultar os instrumentos necessários para que se atinja tal desiderato.

E porque é de interesse regional a captação do investimento, mas do investimento maximizado da função social de criação de empregos, o Governo Regional tem estado atento criando as condições necessárias e estimulando os actuais e novos investidores de modo que sejam amplamente premiadas todas as actividades geradoras de postos de trabalho.

Datam de 1982 os diplomas regionais aprovados nesta Câmara que orientam não só globalmente a Política Regional do Emprego como também a própria Promoção do Emprego. Faltava-lhes, no entanto, a sua regulamentação, para que se pudesse imprimir uma dinâmica mais actuate, por um lado, e para que, por outro deixássemos de depender dos normativos existentes no continente, muitos deles inadequados à nossa realidade.

Neste momento, posso assegurar-vos que a Região dispõe de praticamente todo o dispositivo jurídico-regulamentar que possibilitará qualquer empregador ter acesso a uma grande diversidade de incentivos à Promoção do Emprego.

Pela Portaria 58/85 foram institucionalizadas na Região medidas tendentes à reabilitação e integração de deficientes no mercado de trabalho, diploma que ultrapassa o mesmo tipo de incentivos em vigor no continente.

Ainda no final de 1985 foi publicada uma Portaria que conjuntamente com a Secretaria Regional do Equipamento Social, prevê a criação de um Programa de apoio a casais jovens para a construção de habitação própria, em que são previstos incentivos à criação de empregos temporários.

Em Julho do corrente ano entrou em vigor outro diploma de particular interesse para uma região como a nossa, em que a descontinuidade geográfica limita grandemente a mobilidade das pessoas.

Refiro-me ao Decreto Regulamentar Regional que cria estímulos à mobilidade geográfica de trabalhadores, em que é adoptado um esquema bastante inovador de incentivos à deslocação de mão-de-obra de uma para outra ilha, logo que se justifique. Contribui-se assim, para uma distribuição mais equilibrada da utilização produtiva dos recursos humanos da Região, tendo-se em conta as características sócio-económicas das zonas a abranger bem como os aspectos sociais dos trabalhadores açorianos, numa tentativa de superação dos obstáculos que uma mudança de residência, mesmo que temporária, acarreta.

Já no final do ano de 1986, mais precisamente em Outubro entrou em vigor outro diploma adoptando medidas e acções adequadas à colocação de desempregados, nomeadamente de certas categorias especiais de candidatos a emprego que exigiam tratamento não enquadrável nos esquemas actuais. Tal medida vem de encontro à preocupação já expressa no Programa deste III Governo Regional preconizando solução dos problemas dos jovens de primeiro emprego e dos "estratos populacionais cujos problemas importa minimizar como é o caso das mulheres, idosos e deficientes".

Finalmente no fim de Setembro, o Conselho do Governo aprovou um Decreto Regulamentar Regional, criando um esquema integrado de incentivos ao emprego. Trata-se de um diploma legal de grande importância que vem completar um largo quadro de normativos que vem proporcionar um conjunto de estímulos ao Emprego nunca antes proporcionado às entidades empregadoras da Região.

À legislação em apreço, poderá afirmar-se como a consubstanciação do inequívoco interesse do Governo Regional em criar todos os instrumentos para que estejam criadas as condições com vista à assunção da vertente social do investimento. A promoção do investimento sem a equivalente promoção do Emprego não faz sentido num Governo que tem como base a ideologia Social Democrata, já que não é o Homem que está ao Serviço da Economia mas esta que deverá estar ao serviço do Homem.

O Homem envolve-se no Processo Económico como factor da produção e não como factor da produção.

Pois, precisamente, foi esta o objectivo do Governo: dotar a Região de um ousado esquema de estímulos ao Emprego, tomando como base não só o que de mais avançado existe a nível dos países da Comunidade Europeia, como das Recomendações da Organização Internacional do Trabalho. Efectivamente abrangem-se com esse Decreto Regulamentar Regional as mais diversas áreas, desde a criação e manutenção de empregos, recuperação de postos de trabalho e projectos de reemprego até aos apoios selectivos ao sector cooperativo e ao artesanato.

Dentro deste espírito, para o ano de 1987, a Região Autónoma dos Açores apresentou ao Fundo Social Europeu um total de 26 dossiers para pedido de contribuição daquele mecanismo financeiro comunitário a diversos programas de formação profissional, apoios salariais e apoios à contratação.

Atendendo a que as regras comunitárias impõem um mínimo de 10 estagiários por acção de formação profissional, somente 23 daqueles projectos puderam seguir o seu trajecto normal, encontrando-se neste momento em análise junto das instâncias comunitárias competentes em Bruxelas.

O ano de 1987 apresenta, no domínio dos apoios ao Fundo Social Europeu, um enorme salto relativamente ao que se havia verificado em 1986. Senão vejamos!

Enquanto que para 1986 a Região Autónoma dos Açores apresentou e viu serem aprovados 10 projectos (alguns dos quais sofreram "cortes" a exemplo do que se passou na totalidade dos Estados-Membros das Comunidades), em 1987 esse número é, como vimos, 2,3 vezes superior.

No entanto, este acréscimo revelar-se-á bastante mais significativo noutros aspectos quantitativos nitidamente mais importantes e em aspectos de ordem qualitativa.

Assim, enquanto os 10 projectos de 1986 apresentavam uma contribuição comunitária de 103 705 contos aproximadamente, os 23 projectos de 1987 poderão permitir uma entrada de fundos comunitários na Região Autónoma dos Açores de 606 811 contos, isto é, um número certo de 5,9 vezes superior.

Igualmente apreciável é a diferença entre o número de pessoas atingidas em 1986 e 1987 por acções apresentadas ao Fundo Social Europeu - 623 e 2 525 pessoas, respectivamente.

Ainda em termos quantitativos deverá referir-se que, sendo a grande maioria

dos dossiers apresentados em qualquer dos 2 anos, referentes a acções de formação profissional (9 em 1986 e 19 em 1987), o esforço financeiro global nesse tipo de acções, ou seja, o seu custo global (parte do qual o Fundo Social Europeu financia) aumenta de cerca de 268 mil contos em 1986 para 1 095 mil contos em 1987.

No plano qualitativo, refira-se que em 1987 se alarga significativamente o tipo de promotores das acções apresentadas.

Em 1986, tendo sido 5 os promotores que beneficiaram dos apoios do Fundo Social Europeu, 3 beneficiaram a Administração Regional Autónoma (Secretaria Regional do Trabalho, Secretaria Regional do Comércio e Indústria e Secretaria Regional do Equipamento Social), existiu uma empresa pública e um único promotor privado.

Em 1987, para além de terem passado a ser 13 os promotores que poderão beneficiar dos apoios, eles constituem, acima de tudo, um leque mais diversificado: 1 pertence à Administração Regional Autónoma, 3 são empresas públicas, 2 são autarquias locais, 4 são instituições particulares de solidariedade social e 3 são instituições privadas com fins lucrativos.

Refira-se, igualmente que, no caso das acções de formação profissional, 1720 das pessoas atingidas obtém, com as acções, uma qualificação que lhe permitirá um mais fácil acesso ao mercado de emprego, enquanto que as 435 restantes se encontram inseridas em acções levadas a cabo pelas empresas para requalificação dos seus trabalhadores, tendo em vista a introdução de novas tecnologias ou a utilização de novas técnicas de gestão.

Pelo atrás exposto se conclui que os empresários e demais entidades envolvidas no processo de desenvolvimento da nossa Região, estão mais sensibilizados para a apresentação de projectos para o Fundo Social Europeu, contrariamente ao que afirmam algumas forças sociais da Região.

No âmbito da Direcção Regional do Trabalho e, à semelhança dos anos anteriores, desenvolveu um trabalho meritório na realização de diversas acções de esclarecimento e sensibilização, visando um melhor cumprimento e compreensão de normas laborais, bem como exerceu uma acção mediadora em dezenas de reuniões e outras diligências entre entidades patronais e sindicais a pedido destas ou da iniciativa dos serviços, com vista à conclusão de processos de negociação colectiva. Procedeu-se à institucionalização de um novo sistema de emissão de carteiras profissionais tal como se efectuaram acções com vista ao melhor cumprimento da legislação sobre trabalho de estrangeiros e ao incremento da participação dos parceiros sociais nos processos de extensão de convenções colectivas e na análise e resolução de outras questões laborais.

Neste quadro ir-se-á promover e apoiar a negociação de novas convenções colectivas de trabalho por forma a que se consiga, por um lado, abranger actividades que na Região se encontram a descoberto de qualquer regulamentação colectiva de trabalho e, por outro lado, eliminar, progressivamente, nos casos em que tal se revelar possível, a aplicação à Região de instrumentos de regulamentação colectiva de âmbito nacional, privilegiando assim a negociação regional.

Outro Objectivo que se pretende ver alcançado no ano de 1987 é melhorar a recolha de dados estatísticos sobre empresas e trabalhadores em relação aos diversos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, bem como a participação activa no processo de elaboração, revisão e regulamentação da legislação do trabalho, por forma a alcançar-se a sua adaptação à realidade

sócio-económica regional, salvaguardando os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Significativos e importantes passos têm sido dados desde que nos primórdios do ano de 1984 foi criada a Inspeção Regional do Trabalho.

Atenta a proeminente acção social desenvolvida pela Inspeção Regional do Trabalho quer, como elemento de equilíbrio entre os interesses dos chamados parceiros sociais, quer como polo desmotivador da eclosão de conflitos de trabalho - que, de algum modo tem contribuído para a pacificação das relações laborais, o Governo tem procurado dotá-la com os indispensáveis meios humanos e técnicos a fim de que, modernizando-a, possa desempenhar com eficiência crescente as atribuições que legal e estatutariamente lhe estão cometidas.

De igual modo se aponta a recente entrada em vigor do diploma - que esta Assembleia, por proposta governamental, já teve ocasião de adaptar à Região relativo às contra-ordenações no âmbito do direito laboral, o qual naturalmente deferiu à Inspeção Regional do Trabalho a competência no que respeita ao respectivo processamento. Este corpo normativo, pela matéria inovadora que contém, veio introduzir alterações profundas no quadro jurídico em que se move a Inspeção Regional do Trabalho que, por sua vez têm justificado a adaptação gradual das suas estruturas a esta nova realidade.

A Inspeção Regional do Trabalho tem pautado a sua acção numa perspectiva orientadora e dialogante e, paralelamente tem dado grande ênfase às visitas de iniciativa.

Assim das 5 876 visitas inspectivas efectuadas no decurso dos dez primeiros meses do ano corrente, 5 327 foram iniciativa dos Serviços. De igual modo, tem-se procurado incrementar a actividade em dias de descanso e feriados, conforme atestam as 526 visitas levadas a cabo.

Foram apurados a favor dos trabalhadores perto de 21 mil contos que beneficiaram 1 114 trabalhadores, enquanto que para a Segurança Social e Fundo de Desemprego, a Inspeção Regional do Trabalho apurou 10 126 e 2 063 contos respectivamente.

Em termos de plano de actividades para o próximo ano a Inspeção Regional do Trabalho tem como objectivo o reforço das suas estruturas com vista à correcta adequação à nova realidade jurídico normativa derivada do processo das contra-ordenações no âmbito do direito do trabalho; dar grande atenção à componente formativa do pessoal técnico de inspecção; incremento da actividade inspectiva em matéria de higiene e segurança do trabalho, através de acções de iniciativa e de colaboração com outros departamentos governamentais, no sentido do rigoroso cumprimento da legislação aplicável e, conseqüentemente da diminuição da sinistralidade laboral; actuação oportuna nos sectores económicos e profissionais cujos instrumentos de regulamentação colectiva vão sendo publicados, visando-se, através do cumprimento atempado dos compromissos daí resultantes, a redução dos grandes apuramentos salariais.

Eis, pois uma resenha das actividades da S.R.T. abrangendo, tanto quanto possível, todas as áreas dependentes da mesma, no intuito de elucidar esta Câmara dos objectivos para o próximo ano, que se traduzirão no desenvolvimento crescente da sociedade açoriana e terão como tónica dominante a promoção do emprego e a formação profissional adequada às necessidades regionais.

Cada vez mais cabe à iniciativa privada a sensibilização para a formação dos

seus quadros. Os mecanismos existem, urge aproveitá-los para que nos possamos integrar, de modo mais seguro, num espaço económico e social mais alargado.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para observações à intervenção do Sr. Secretário.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional, na sua intervenção, referiu que o Centro Regional das Capelas já proporcionava 19 opções de formação. Trata-se de um empreendimento que julgo, vem desde o nosso primeiro Plano Regional e que tem tido, talvez, a constância de em todos os documentos receber verbas significativas para investimentos nas suas instalações, o que possibilitou ao longo desses anos um empreendimento que hoje - e estou de acordo consigo - já atinge um vulto muito significativo no quadro regional, só que alguns dos planos intermédios, já aqui aprovados nesta Assembleia, previam no âmbito da formação profissional uma política de descentralização e havia mesmo - não posso precisar os anos - compromissos no sentido de se investir noutras áreas da Região em instalações fixas e naquelas áreas profissionais que justificassem essa mesma descentralização, quer pelo número potencial de utentes, quer também pela possibilidade de constituir um corpo docente satisfatório. Vejo com apreensão que a política da Secretaria Regional nesse domínio parece ter sofrido alguma inversão e isto tendo em conta não só o que é expresso aqui nos objectivos, mas também quanto às acções em si, na medida em que se já está avançando, por exemplo, para a construção do pavilhão oficial para o ramo automóvel, enfim, especializações que, não tenho dúvida, poderão ter utilidade para a Região, mas está a ignorar-se aqui uma das fortes restrições à utilização dos meritórios serviços deste Centro, que até agora era sempre a relutância que infelizmente ainda existe e que até compreendemos, de muitos potenciais utilizadores terem que deslocar-se por períodos significativos para fora da sua zona habitacional e isto pode e tem sido, segundo creio a grande objecção para que se atingissem camadas cada vez maiores de utilizadores neste domínio. Portanto, gostaria que o Sr. Secretário desenvolvesse um pouco a precisão política da sua Secretaria, quanto a esta matéria.

Gostaria ainda de fazer aqui referência a aspectos que se relacionam com o Fundo de Desemprego e que julgo, de uma maneira ou de outra, estão ligados à Secretaria do Trabalho e isto porque não vejo esta temática, sob o meu ponto de vista, devidamente desenvolvida no Plano e o Sr. Secretário, segundo creio, não fez referência na sua intervenção. Isto sem prejuízo do interesse que tem para esta Assembleia tomar conhecimento das diligências que se prendem com questões até de organização interna da Secretaria, como dar informação adequada aos inspectores, enfim, aspectos que eu diria de rotina dos serviços, parece muito mais importante trazer a esta Câmara a política governamental quanto à questão do Fundo de Desemprego e isto porque, de acordo com as publicações oficiais nesse domínio, verificamos que tem havido um número crescente de aplicações das verbas oriundas deste Fundo em acções que tomam forma de investimento na nossa Região. Portanto, gostaria de saber - isto para além da promessa já aqui assumida pelo Sr. Secretário Regional das Finanças quanto à entrega dos orçamentos, das contas e dos relatórios de actividades dos Fundos, em que este do Desemprego, logicamente está inserido - quais são as verbas previstas do Fundo Regional de Desemprego a serem investidas em 1987? Qual a razão porque não se fez referência no Plano a essa

matéria? Qual a articulação que aceita nas decisões que visam a aplicação dessas verbas, com o próprio Plano Regional, isto é: a selecção dos empreendimentos a contemplar é feito tendo em conta o Plano Regional; é feita tendo em conta o plano das autarquias, digamos, na prática como é que isto tem funcionado?

Finalmente gostaria ainda de solicitar ao Sr. Secretário, no âmbito da sua intervenção, qual é de facto a taxa de desemprego que espera se venha a verificar na Região nos finais de 87?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho para prestar os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Começarei por referir as opções que actualmente são possíveis no Centro de Formação Profissional dos Açores. Elas no decurso dos anos têm vindo a ser ampliadas e tal como aponta o Plano para 1987, irão ser mais ampliadas em 1987, nomeadamente com as áreas do ramo automóvel, de bate-chapa e mecânica, para além doutras valências no âmbito da metalomecânica.

Quando refere que a opção da Secretaria Regional do Trabalho e consequentemente do Governo Regional dos Açores foi modificada em termos de implantação de novos centros de formação profissional nos Açores, isso, de facto, corresponde à realidade. A nossa opção foi dotar o Centro de Formação Profissional dos Açores duma valência cada vez maior, porque a experiência que colhemos noutros espaços geográficos, nomeadamente no Continente com a proliferação dos Centros de Formação Profissional, a quantidade de pessoas que os frequentavam é nitidamente menor do que aquela que nós temos. Bastará dizer que o Centro de Formação Profissional dos Açores tem uma taxa de ocupação que ronda os 99.4%. enquanto que noutros espaços a taxa está muito longe de atingir os 50%. Esta, de facto, tem sido a preocupação da Secretaria Regional do Trabalho.

Dir-lhe-ei também que, contrariamente ao que se verificava nalguns anos, essencialmente a partir de 80 até 84, inverteu-se essa posição a partir de 84 com a maior sensibilização da juventude de todas as ilhas dos Açores, para a frequência de cursos de formação profissional. Se assim acontece, é porque a população jovem da Região Autónoma dos Açores já está sensibilizada para os aspectos da formação profissional, porque entendeu que cada vez será mais difícil, uma pessoa que não tenha formação adequada, conseguir a sua integração no mercado do trabalho.

Em relação ao Gabinete Regional de Gestão de Fundo de Desemprego, direi que, tal como aponta a lei que criou este Gabinete, as verbas deste Gabinete são utilizadas em toda a política de promoção de emprego e em toda a política que se prende com o emprego na Região Autónoma dos Açores.

Todos os diplomas que foram publicados pela Secretaria Regional do Trabalho que significam apoios, quer aos empresários quer aos trabalhadores, saem das verbas do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, tal como é dito nos diplomas. Portanto toda a área de formação profissional e de emprego, entendendo formação profissional como o custo inerente ao funcionamento do Centro de Formação Profissional dos Açores, é suportado pelo Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, para além doutras acções de carácter menos permanente, como seja a ocupação dos tempos livres, apoios a formação profissional de diversas empresas, para os seus funcionários e uma série de outras acções.

Dir-lhe-ei igualmente que os orçamentos do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego são publicados. Portanto estão à disposição de todas as pessoas.

Em relação à taxa de desemprego dir-lhe-ei que se estima, tal como aponta o Plano para 1987, num valor da ordem dos 4% para o próximo ano. Dir-lhe-ei que é um objectivo ambicioso, mas perfeitamente atingível.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos. Pedia aos Srs. Membros da Mesa, Presidentes dos dois Grupos Parlamentares e aos Representantes dos dois Partidos, para fazermos uma reunião, no meu gabinete, daqui a 10 minutos.

(Eram 17,20 horas)

Presidente: Peço aos Srs. Deputados o favor de retomarem os vossos lugares.

(Pausa)

Estão reabertos os nossos trabalhos (Eram 18,10 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart para uma intervenção.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passado mais de um ano, aqui estamos a apreciar o Plano e Orçamento Regionais, no exercício da competência que nos é conferida pela Lei nº 39/80, de 5 de Agosto (Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores).

Tal como em anos anteriores, fazêmo-lo com seriedade, sentido das realidades e consciência do que julgamos ser o interesse regional.

O que temos em apreciação, sendo um novo plano, não é um plano novo.

Não é um plano novo, porque - em grande parte e mais uma vez - é a repetição de programas e projectos que apesar de inseridos nos planos desde há alguns anos, continuam por concretizar.

Como em anos anteriores, ao analisarmos a proposta de Plano para 1987, não vislumbramos medidas concretas para alguns dos Objectivos apontados.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Segundo o artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, "O Plano Regional é um instrumento tendente à racionalização da economia regional, visa o aproveitamento das potencialidades regionais e tem como Objectivo o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, a promoção do bem-estar e do nível e qualidade de vida de todo o Povo Açoriano, com vista à realização dos princípios constitucionais e estatutários".

Para que estes objectivos sejam atingidos, não pode haver dúvidas de que a habitação assume um papel importante.

Sem uma habitação digna, não há, não pode haver, bem-estar e não haverá nunca promoção do nível e qualidade de vida de quem quer que seja.

Sendo esta uma das áreas em que a Região apresenta graves carências, continuamos a verificar, com mágoa, que ainda não foram criados os mecanismos que permitam que todos os residentes na Região tenham acesso a uma habitação condizente com a sua condição humana.

E que, como afirma a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais, "este é um sector em que a Região tem de se empenhar cada vez mais, para que o parque habitacional se torne adequado às nossas necessidades e se resolva as situações mais gritantes e desumanas de algumas parcelas da Região".

Continuamos a pensar que o programa de auto-construção - apesar de muitas deficiências, nomeadamente uma grande burocracia e desigualdades na declaração de rendimentos - é positivo, mas não resolve, como muitas vezes querem fazer crer, o problema habitacional da nossa Região.

É urgente que se encontrem soluções para a resolução do problema habitacional numa faixa da população açoriana que em algumas das nossas ilhas, vive em condições sub-humanas e não tem capacidade "de per si" construir uma casa. Esta questão, como já aqui o dissemos noutras ocasiões, só será resolvida com a promoção da habitação social, que o Governo teima em não querer executar.

Por outro lado, existe um outro extracto social - a chamada "classe média" - que não tendo acesso ao programa de autoconstrução, encontra sérias dificuldades em adquirir um terreno onde possa concretizar o sonho, - quantas vezes necessidade - de construir a sua casa.

Refira-se que apesar do Programa n.º 20 - Apoio à construção no sector habitacional - ter beneficiado dum aumento de 6% na sua dotação em relação ao ano de 1986, alguns dos seus projectos sofreram reduções drásticas, nomeadamente o projecto 20.3 - Apoio à recuperação de habitação degradada - menos 80%, e o projecto 20.7 - Apoio à aquisição ou construção de casa própria - menos 229%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No projecto 20.6 - Apoio à autoconstrução - ao contrário do que aconteceu no plano para o corrente ano foi abandonado o objectivo de apoiar a construção de 400 novos fogos. Será que a não quantificação, na presente proposta de plano, se deve ao reconhecimento da importância relativa deste projecto que não é acessível para uma grande parte da população?

Por outro lado e segundo o documento sobre a situação sócio-económica elaborado pelo DREPA, no triénio de 1983 a 1985, dos 1508 candidatos admitidos no programa de autoconstrução, só 399 concluíram a sua casa e destes números, no ano de 1985, foram admitidos 904 e só 131, isto é 14,5% viram as obras acabadas.

Estes números são significativos das dificuldades encontradas.

Para além do número de desistências, também seria interessante conhecer-se o número de pessoas que se dirigem aos serviços regionais para colherem informações sobre este programa e sobre a "recuperação de habitação degradada" que, ou porque os seus rendimentos não estão de acordo com os limites fixados ou não possuem terreno, não chegam a apresentar o seu pedido.

A quantificação também é abandonada no projecto 20.3 - Apoio à recuperação de habitação degradada

- desprezando-se o objectivo do PMP 85/88 (apoio à recuperação de 2400 habitações) que foi mantido no plano para 1986 e por nós, então, criticado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda não se encontra nesta proposta de plano qualquer medida para a construção dum novo edifício para a Escola Preparatória da Horta, necessidade já aqui trazida há um ano, em consonância com a Assembleia Municipal da Horta e para a qual esta Câmara foi alertada recentemente por professores daquela escola.

Pela 1ª vez este ano, devido ao número de alunos e à exiguidade das instalações, teve que se recorrer a aulas aos sábados. Será que vamos esperar que também seja necessário utilizar o domingo?

É necessário que não se descure este assunto e que o novo edifício seja construído a tempo, bem dimensionado e na área do complexo escolar existente.

Na presente proposta do plano, desapareceu o projecto 4.2 - Residência de Estudantes - que há vários anos vinha sendo inscrito nos planos do Governo Regional e que se destinava à recuperação e beneficiação do Palacete de Santana, a fim de o converter em residência para estudantes. Já o ano passado opinámos que a residência para estudantes deixou de ter a importância que lhe era reconhecida há alguns anos, no entanto tal não implica a não recuperação e beneficiação do imóvel.

Face à decisão que o Palacete de Santana fosse cedido à Santa Casa da Misericórdia, não contestando tal medida, perguntava apenas se as obras de beneficiação já estão concluídas?

E, foi concedido a que título e com que fim?

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta que acaba de completar um século de existência - luta com uma tremenda falta de espaço.

Apesar da Câmara Municipal da Horta ter solicitado a inscrição no Plano da construção "dum Centro de Cultura", para o qual já existe terreno e projecto e onde seria integrada a Biblioteca e Arquivo, não vemos este projecto incluído.

A esta questão, como à grande maioria das sugestões e prioridades apresentadas pelas autarquias e parceiros sociais, o Governo fez "ouvidos de mercador".

Com os vãos da TAP-Air Portugal para o Aeroporto da Horta - que serão alargados para 3 semanais no próximo Verão - torna-se necessário apetrechá-lo convenientemente. De entre o necessário, destacamos, por julgarmos de fácil execução, a montagem dum "tapete rolante" para a recepção das bagagens pelos passageiros.

Volta a surgir o projecto 6.3 - Conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo da Horta - depois de ter desaparecido do Plano para 1986, mas de miraculosamente as obras terem recomeçado há pouco tempo, embora a um ritmo bastante lento.

Tendo entrado pela primeira vez num plano em 1978, só em Maio de 1982

começaram as obras, tendo-se gasto até 1985, 35665 contos.

Em 28 de Março de 1985, quando da discussão do PMP 85/88, o Sr. Secretário da Educação e Cultura afirmava, com algum sarcasmo ao meu camarada Hélio Pombo que "... 15 de Julho é a data que tenho apontada como sendo a data para a inauguração do Pavilhão, porque já foi celebrado o contrato com o empreiteiro e a data que ficou estipulada foi esta", citei. Poucos dias depois a obra parava.

Este, a que se podiam juntar muitos outros, é um exemplo flagrante da incapacidade deste Governo.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Goulart:

Ouvi a sua intervenção, calma e reflectida e posso-lhe responder a algumas das questões que aqui referiu.

Em relação à Escola Preparatória da Horta, é verdade que estamos, mais ano menos ano, no limiar de ter que pensar para a Horta uma estrutura escolar nova e eu penso que, talvez mais depressa - não sei ainda, não está reflectido em absoluto - uma Escola Secundária e a actual reverter a Preparatória.

Para esta encontrou-se um expediente de descompressão através dos três módulos que foram implantados e que também foram morosos na sua implantação. Reconheço que, de facto, não devemos estar muito ausentes dessa realidade. É um comentário correcto e justo.

Quanto ao Palacete de Santana, deixou de representar interesse para a Secretaria da Educação, porque - pesadas no prato da balança - as condições em que ia investir numa residência de estudantes e com todos os encargos que daí advinham, concluir-se-ia que é mais vantajoso, sem isso acarretar consigo nada de grave, subsidiar os eventuais alunos que poderiam ser os utentes da tal residência. Portanto, o protocolo, tal como previa uma das alíneas, foi denunciado e daí a razão desta acção ter desaparecido do Plano.

A Biblioteca Pública da Horta, não é uma acção que esteja no Plano. Sabemos todos que as instalações da Biblioteca são exíguas e, se quisermos, muito deploráveis. É uma das razões pela qual ela não pode crescer. Sei que a Câmara Municipal se empenhou no projecto, o Sr. Presidente da Câmara falou já comigo sobre esse assunto e até recentemente recebi também da Presidência do Governo um parecer sobre esta matéria que a breve trecho emitirei - que será de todo em todo favorável certamente, e qualquer outra eventual solução que também se venha a descobrir para a Biblioteca Pública da Horta e havendo os meios financeiros para isso, tenho muito gosto, muito prazer e muita honra em que ela apareça, por reconhecer que é necessária.

No que diz respeito ao Pavilhão, o Equipamento Social, na altura, tinha apontado, julgo que o dia 12 de Julho, e não 15 como foi aqui dito, para a sua inauguração, mas por razões de ordem técnica ou de inoperância por parte

do empreiteiro esse contrato foi rescindido.

A minha ironia para com o Sr. Deputado Pombo foi uma ironia amável, penso que o Sr. Deputado não ficou ofendido nem bateu asas para outro lado com essa ofensa. De facto, ele não pôde correr no Pavilhão nessa data,...

Deputado Manuel Goulart (PS): Ainda não recebeu o fato de treino!

O Orador: ...continua certamente a correr aqui nas ruas da Horta, o que não faz mal nenhum!

Foi celebrado um novo contrato e agora vejo que o pavilhão vai crescendo - espero que não seja só esta semana com a nossa presença cá! -e certamente que desta feita teremos Pavilhão.

Não vou apontar data para o Sr. Deputado Pombo correr. Vou pô-lo a correr da doca até ao fim da avenida que é o melhor.

Obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Goulart por várias vezes nesta Câmara tem-se preocupado, como todos nós, com o problema da habitação na Região.

Já falamos sobre isso. Temos pontos de vista comuns.

Simplesmente, para uma pessoa que trata dos problemas de habitação, a nível dum partido, normalmente é o porta-voz nesse sector, desta vez estudou mal o Plano - e muito mal - ou então esqueceu-se dum "0", quando diz 8%, queria dizer 80%. Eu depois na minha intervenção explicarei melhor, mas é só para lhe dizer que na habitação degradada, crescemos de 100 mil contos inscritos em 86, para 181 mil contos em 87. Não são 8%; são 80%, um bocadinho mais!

O Sr. Deputado esqueceu-se - e eu vou explicar-lhe para que não fique com dúvidas - que nesse programa em 86, estavam inscritos 577 mil contos, se não me falha a memória, para a habitação degradada, em que estava incluído o programa da recuperação da habitação do sismo, na Terceira. Ora, esse programa, na Terceira, baixou de 577 mil contos para 180 mil contos, porque as obras encaminham-se para o fim e foram transferidas as verbas precisamente para a habitação degradada pura - que é aquela que nós fazemos, sem ser a do sismo - que passa de 100 mil para 181 mil contos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Equipamento Social:

Eu referi na minha intervenção, que está escrita, que o "Projecto 20.3" tinha sofrido uma diminuição de 80% em referência ao ano de 1986, porque este

projecto em 86 tinha 677 mil contos, neste ano de 87 tem 376 mil contos.

Quanto ao outro programa que eu disse que tinha diminuição, o apoio à aquisição ou construção de casa própria, é um programa sem significado no Plano do Governo, visto que lhe é atribuído simplesmente 14 mil contos, tendo assim uma redução drástica de 229%.

Também referi que, na sua globalidade, o programa 20 - apoio à construção do sector habitacional, tinha um aumento. Tem realmente um aumento inferior à inflação. Tem um aumento de 6%.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado voltou a referir o erro sistemático. Quando diz que de 600 e tal mil baixou para 300 e tal mil contos, já lhe expliquei que havia nesse programa uma parte substancial, que era de 500 e tal mil contos para a Terceira - recuperação do sismo, que este ano vem com 180 mil. O diferencial passou para a habitação degradada para 87. Logo, em 87, em vez de 100 mil para a habitação degradada em 86 temos 181 mil contos. Basta consultar o Plano e fazendo uma continha simples, vai chegar a essa conclusão.

Quanto à habitação de casa própria, eu quero-lhe dizer que os nossos programas de auto-construção, são programas de habitação de casa própria que passa de 220 mil contos em 86, para 500 mil em 87.

Tenho dito.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Azevedo.

Deputado José Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decurso do Plano de Médio Prazo, este discutido e aprovado na altura própria nesta Câmara, vimos agora assistir nesta Assembleia à apresentação e discussão do Plano e Orçamento para 1987, submetido em devido tempo pela Administração Regional a esta Assembleia.

Acto a que já nos habituamos e que se desenrola com a serenidade, diálogo e participação activa de todos, dentro das normas e prazos estabelecidos.

Significa pois que nesta Região se trabalha num clima de estabilidade política, que rapidamente trouxe até nós o progresso e a melhoria da qualidade de vida a quantos habitam nestas 9 ilhas.

O documento em apreciação e à semelhança dos anteriores planos, prospectiva e quantifica os sectores sociais e produtivo, programas de acções concretas e precisas devidamente fundamentadas, atendendo às suas prioridades que visem soluções para os problemas económicos e sociais dentro de uma perspectiva de reformas "Sociais Democratas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Verifica-se que a actividade governativa tem proporcionado à nossa comunidade meios e formas de desenvolvimento equilibradas por isso há razões para se poder dizer: "vale a pena viver nos Açores", e acreditar num futuro cada vez

mais promissor.

Esta esperança tem vindo a consubstanciar-se no projecto de Autonomia Democrática Regional, este ano comemorada, cuja actuação e prática dos seus órgãos tem-se traduzido na recuperação do atraso sócio-económico a que a Região esteve votada durante anos.

A proposta do plano e orçamento traduzem mais uma vez, a firme determinação do Governo Regional confirmar um trabalho de modo a que o ritmo de crescimento e modernização do nosso aparelho produtivo se faça de forma harmoniosa.

A recente entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia constituirá também, um factor decisivo para nos aproximarmos rapidamente dos padrões do nível de vida da mesma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos de nos congratular com a recente entrada de Portugal para a C.E.E. mas sobretudo com a capacidade demonstrada pela Região em apresentar projectos à C.E.E. alguns dos quais já aprovados e dos quais a Região irá já desfrutar no decurso do plano para 87.

A recente entrada para a C.E.E. é um desafio à actividade produtiva, esta terá pois que assumir as responsabilidades participando activamente na construção de uma Região mais próspera pela via da utilização dos benefícios que a adesão nos coloca à disposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No cumprimento legal de um dever que nos foi confiado pelo povo de uma parcela da Região "São Jorge", não posso, pois, terminar sem aqui me debruçar, ainda que por breves momentos, sobre aquela ilha do Grupo Central.

Na minha perspectiva os tempos ocupados nesta tribuna pelos Deputados desta Casa não devem ser só para apontar aquilo que é negativo, aquilo que foram os baixos ou as acções que ainda não foram realizadas.

A posição mais cómoda é "deitar abaixo", todavia a nossa não é essa. A nossa posição é, e continuará a ser, a de contribuir para um trabalho sério e conjunto.

Isto porque é mentira, é falso, que os planos do Governo são um mero conjunto de intenções.

Cabe-nos pois também a nós evidenciar o muito que tem sido feito nas nossas ilhas.

Concretamente São Jorge hoje não é mais o São Jorge de ontem; São Jorge de hoje não é mais o São Jorge de há 10 anos.

As escolas primárias e secundárias, os polivalentes das Casas do Povo, dos quais 2 foram não há muito inaugurados e mais outros quatro estão em construção, a unidade de saúde das Velas que tem estado em permanente remodelação, o Centro de Saúde da Calheta cuja construção se aproxima do fim, a ampliação do porto da Calheta que já foi iniciada, o acesso ao porto do Topo, desejo antigo dos pescadores daquela zona e que já é uma realidade, melhoria de alguns quilómetros da estrada principal, três fábricas de

produção de queijo recentemente inauguradas e às quais não tem faltado apoios de diversas formas da máquina Regional para não falar do parque habitacional de São Jorge que, a par da autoconstrução, melhorou incomparavelmente, a melhoria dos acessos às pastagens, o aeroporto, etc...

A propósito desta infraestrutura que foi preciosa para São Jorge, como o foi também para outras ilhas, quero deixar aqui uma preocupação por ser o 2º ou 3º aeroporto mais penalizado em cancelamentos de vôos devido às dimensões da pista e uma vez que se fala com tanta insistência em ampliação de certas pistas e considerando que segundo técnicos o alargamento da pista tornaria mais segura as aterragens, lembramos ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo que esta preocupação não pode ser esquecida e se a nossa situação em termos de cancelamentos de vôos for a 2ª, não podemos ficar relegados para 3º plano.

Mas São Jorge também precisa, mais do que nunca, explorar os meios de subsistência que são os agro-pecuários.

E um facto indesmentível que a população Jorgense está vocacionada por força da natureza da ilha para a agro-pecuária, ocupando lugar de relevo no conjunto Regional.

No entanto para que se dê cumprimento às suas legítimas aspirações, para que se concretizem as suas reais potencialidades, São Jorge precisa de meios capazes de romper estradas de penetração nas pastagens ainda por explorar, promover o arroteamento das mesmas pastagens de modo a alargar consideravelmente a área de pastagem produtiva. Estão incluídas na nossa preocupação, como é óbvio, as arroteias da Serra do Topo, preocupação esta já aqui trazida várias vezes pelos representantes de São Jorge.

A terra por trabalhar, consequência da falta de caminhos de penetração, começa a ser um desejo difícil de alcançar para a nova geração que quer sobreviver e São Jorge não tem muitas mais áreas de recurso.

Para nós esta é a nossa principal preocupação aliás já manifestada ao Governo Regional aquando da última visita a São Jorge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ano passado e nesta mesma altura manifestei aqui uma preocupação relativamente à situação da produção e colocação do queijo de "São Jorge" riqueza fundamental daquela ilha porque na altura de facto as condições de qualidade e colocação no mercado eram aflitivas e que se traduziram em prejuízos de milhares de contos.

Mas hoje posso afirmar que graças à pronta colaboração com as Cooperativas de São Jorge das Secretarias do Comércio e Indústria e Agricultura e Pescas as condições do nosso produto e de mercado melhoraram de tal forma que hoje as dificuldades estão consideravelmente ultrapassadas.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para uma intervenção.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr.

Presidente, Srs. Deputados:

Todos os anos, sensivelmente por esta data, há que cumprir este saudável ritual da apresentação dos Planos e Orçamentos, sector por sector as acções do Governo.

É bom que isso aconteça, pois é a forma, não exclusiva é certo, de expôr ainda que a traços largos as intenções e sobretudo as disponibilidades que tocam a cada uma das áreas, sejam elas sociais ou económicas.

Ninguém certamente estará satisfeito com a parte do bolo regional que lhe tocou. Quer-se sempre mais e a verdade é que, em alguns domínios, seria útil a existência desse mais!

Tem a Educação e Cultura horizontes e enquadramentos muito especiais e a vastidão das questões que a envolvem não permitem um tratamento rápido numa sessão desta natureza, em que há tempos contados. Tentemos um comentário ao que pareça de maior monta.

Assim e no que respeita ao Orçamento para 1987, deixando de lado os montantes destinados a assegurar os vencimentos e as gratificações permanentes de pessoal docente, administrativo e auxiliar, gostaria de sublinhar algumas acções que reputo de especial importância e cuja efectivação nos levaram, não só à aprovação dum reforço orçamental para este ano, nesta Assembleia, mas muito mais a assegurar a cobertura financeira para os mesmos e diversas outras acções a implementar no próximo ano de 87.

De entre estas, destacaria o preenchimento dos quadros das escolas nas diversas categorias de pessoal auxiliar, incluindo as novas unidades entradas em funcionamento; o preenchimento dos lugares vagos nos quadros dos organismos dependentes, incluindo obviamente escolas, na categoria de terceiros-oficiais administrativos; o prosseguimento das acções de formação destinadas à sensibilização de pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino para a relevância do seu papel na escola; cursos de formação destinados a ecónomos e ao apoio social escolar; cursos de formação destinados a oficiais administrativos com responsabilidades na chefia de escolas; as gratificações aos directores e encarregados da direcção das escolas do ensino primário - no caso concreto dos encarregados de direcção das escolas do ensino primário, sei que entrou aqui nesta Câmara uma proposta de decreto legislativo regional sobre esta matéria -; assegurar aos professores destacados em formação e serviços um subsídio destinado à sua deslocação e ao seu alojamento; assegurar igualmente os subsídios de fixação aos professores portadores de habilitação própria que lecionam em ilhas onde as carências de pessoal qualificado mais se fazem sentir. Também aqui convém referir que, ao nível do ensino primário, neste momento estão a ser estudadas formas, na Secretaria Regional da Educação e Cultura e no pelouro adequado, de vir também a trazer estes incentivos a determinados professores do ensino primário, em determinadas zonas de algumas ilhas, onde realmente tal se justifica.

Este Orçamento para 1987, no que respeita a despesas de pessoal, tem necessariamente em vista dar resposta a novos encargos advenientes da recente legislação nacional, sobre a progressão na carreira docente, facto este que veio também a pesar no reforço feito este ano ao orçamento de 1986. É o tal que redundou a que a contagem das fases dos senhores professores dos diversos níveis, não se processe em ano e meio, mas sim em seis meses.

Quanto ao Plano de 1987 e começando pela nossa proposta de conteúdos escolares no ensino primário, eu gostaria, desde já, de destacar na ilha de

S. Miguel a edificação de 7 novas escolas, para além da conclusão de um edifício na Fajã de Baixo de 16 salas. Aquelas novas construções situam-se, na Ribeira Seca, Lajedo, Laranjeiras, Cabouco, Sete Cidades, Rabo de Peixe e Ponta Garça, que totalizarão 75 salas de aula.

Não fazendo, inicialmente, parte do Plano de Médio Prazo 85/88, considerou-se porém que aquelas localidades (as quatro últimas citadas) são, por um lado, zonas de forte e crescente densidade populacional e por outro também de localidades onde as estruturas físicas, de há longo tempo, se encontram totalmente saturadas, não havendo nem mais disponibilidades de espaço nem hipóteses de recurso a desdobramento de turmas. Sendo assim, a Secretaria elaborou, em Maio findo, um ajustamento do Plano de Médio Prazo que veio a ser aprovado no Conselho do Governo, tendo assim possibilitado inscrever a construção daqueles citados edifícios já neste Plano de 87. Este investimento rondará os 270.000 contos.

Na ilha Terceira iniciaremos a construção de 4 edifícios com um total de 22 salas de aula, em S. Carlos, Lajes, S. João de Deus e Terra-Chã, no valor global de 101 000 contos. Gostaria também de chamar a atenção para a situação manifestamente insustentável que, em termos de ensino, se vive nos conjuntos habitacionais, constituídos pelos Bairros de S. João de Deus e da Terra-Chã. Inicialmente também estas acções não estavam contempladas no Plano de Médio Prazo, porquanto, como é sabido havia uma promessa de ajuda da A.I.D., que entretanto cessou as suas funções em Portugal, e por essa via o dinheiro com que se contava não apareceu, e daí a razão que esta acção não teve que ser inscrita. Efectivamente, apenas em dois anos lectivos o acréscimo da população escolar elevou-se para o quádruplo nessas zonas habitacionais, o que motivou uma atenção especial da SREC, tendo-se então, no contexto do já referido ajustamento ao Plano de Médio Prazo, ido para a construção de um edifício escolar em cada um daqueles bairros. E pois desta forma, que a sua construção aparece já contemplada na programação do Plano para 87, estando a decorrer o processo de aquisição de terrenos no âmbito do Plano vigente.

Em S. Jorge 2 edifícios escolares que se edificarão nas localidades da Fajã dos Vimes e Boa Hora, com 1 e 2 salas de aula respectivamente. O investimento é presentemente estimado nos 17 000 contos.

Na ilha do Pico concluir-se-ão os edifícios escolares da Madalena com 6 salas e o de Terras com 2 salas de aula. O investimento rondará os 14 000 contos.

Quanto ao Faial, temos programada a construção de um edifício com 10 salas para servir as freguesias da Conceição e Matriz e que juntando à conclusão do edifício, no lugar do Pasteleiro com 10 salas, orçará a quantia de 27 000 contos.

No que diz respeito a Ensino Preparatório e Secundário, está previsto que até finais deste ano se conclua os últimos blocos de aulas e o pavilhão gimnodesportivo. Devo salientar que, neste momento, aqueles dois blocos já se encontram praticamente concluídos, o que já permitiu, embora com atraso, a abertura daquela escola. Quanto ao pavilhão espera-se, igualmente, para muito breve a sua conclusão o que, segundo informações que dispomos, da Secretaria Regional do Equipamento Social, estará dependente da construção do seu pavimento. Há também uma intenção, que paulativamente se procurará cumprir, que é introduzir novos pavimentos nos pavilhões gimnodesportivos. Aqui não vou entrar muito em pormenor. No entanto, devo dizer que é uma matéria sintética que parece, segundo os técnicos e com provas já dadas por esse Mundo fora, que são pisos melhores que estas tabuinhas que apodrecem de volta e meia. Apodreciam quando entrava chuva, porque agora já não vai entrar! ...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Impecável a água entrar nos sítios onde não devia!

O Orador: ...Para 1987 serão ainda efectuadas obras complementares e os arranjos envolventes, para o que se prevê um investimento de 25 000 contos. Foi levantado, a este propósito, o problema do acrescentamento da Escola Preparatória de Vila do Porto. Efectivamente, por estes dias a Secretaria recebeu um ofício do Conselho Directivo daquela Escola. É um caso a ser estudado e naturalmente este aumento deveu-se à implementação do 10º ano naquela ilha, o que acarretou, se não me engana a memória, a necessidade de existência de mais 8 turmas.

Em S. Miguel concluir-se-ão as Escolas Preparatórias de Rabo de Peixe, Arrifes e Secundária das Laranjeiras, estando já em funcionamento, carecendo ainda de arranjos exteriores, o caso dos Arrifes e Rabo de Peixe. Está previsto a construção de um complexo desportivo, no caso da Secundária das Laranjeiras. É um grande complexo desportivo que, evidentemente, terá não só uma função dentro da Escola, mas também voltada, como é óbvio, necessário e vantajoso para a comunidade.

Prosseguir-se-á a execução da 2ª fase da Escola Preparatória da Lagoa, bem como, se dará início à construção de uma Escola Preparatória na freguesia da Maia...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Aleluia! Até que enfim!

O Orador: ...e de um pavilhão gimnodesportivo no recinto da Escola Preparatória da Ribeira Grande.

Note-se que este Governo está bastante consciente de que as actuais instalações da Escola Preparatória da Vila da Lagoa já são exíguas, devendo contudo decidir-se logo no início do próximo ano pelo aditamento à actual escola ou pela edificação de uma nova escola. Isto aqui, também entrosa-se com informações técnicas, que nos serão prestadas pelo Equipamento Social, porquanto os terrenos disponíveis na actual zona da Escola Preparatória da Lagoa, não oferecem, talvez, as condições mais ideais e talvez até seja aconselhável polarizar a escola noutros moldes. É uma experiência que não poderá ser entendida à partida como negativa.

Estamos convictos de que nos dias de hoje importa sobretudo, e em matérias de construções escolares, pugnar pela dispersão das mesmas, o que quer dizer que talvez temos que ir para unidades mais pequenas, como acontece por essa Europa fora. Estaremos ainda talvez relativamente longe disso, mas para retirar daí até melhor aproveitamento escolar as vantagens são evidentes sobretudo no que respeita à dimensão das estruturas e aos seus reflexos no domínio dos transportes escolares, quanto ao seu funcionamento, à sua conservação, à sua gestão e mesmo em relação ao aproveitamento escolar, como tinha dito.

Devo salientar que, não obstante a sua conclusão estar prevista para 1987, mercê de uma aceleração nas respectivas empreitadas, foi possível pôr ao serviço, a partir de Outubro findo, as escolas dos Arrifes e de Rabo de Peixe.

De igual modo foi particularmente acelerada a construção da Escola Secundária das Laranjeiras, em Ponta Delgada - a que alguns já vão chamando Centro Comercial das Laranjeiras -, cuja conclusão estava programada apenas para o ano de 1988, objectivo que, com efeito, se conseguiu alcançar, tendo em vista dar uma resposta tanto quanto possível e imediata à saturação dos espaços

existentes nas outras duas Escolas Secundárias da mesma cidade de Ponta Delgada. Todo este investimento proposto na ilha de S. Miguel, dispõe no Plano para 87 de um verba da ordem dos 340 000 contos.

Na ilha Terceira e para além da construção da Escola Preparatória e Secundária de Angra e da Preparatória da Praia, construir-se-á uma nova Escola Secundária na cidade da Praia da Vitória. Devo referir que é de vital importância essa nova construção, uma vez que não se trata apenas de mais uma escola para responder às nossas necessidades em termos de rede escolar, mas sim de um projecto mais ambicioso, visando uma verdadeira integração no meio de uma estrutura que se espera que venha a ser suporte outrossim do desenvolvimento social e económico daquela zona da ilha, quando estiver pronto e a laborar em pleno o seu porto. Será pois uma escola com preocupação na formação de jovens, nas áreas do ensino técnico-profissional e cujo custo previsto anda na ordem dos 105 000 contos, a preços actuais.

Para as restantes ilhas e ainda no que concerne aos ensinos preparatório e secundário referirei, no que toca a novas construções de raiz, a Escola Preparatória da Madalena, no Pico, com uma verba que ronda os 95 000 contos. Prevê-se para a mesma ilha a ampliação da Escola Preparatória de S. Roque.

Para a ilha das Flores e outro dia o Governo destinava-se a ir às Flores, e ficou em terra, e eu levava comigo o arquitecto, por acaso o autor da Escola das Laranjeiras, para estudar o problema do acréscimo à actual Escola Preparatória de Santa Cruz, porque a zona a implantar a nova escola, que já tinha sido decidido, ao pé do pavilhão não era possível, por obstruir e penalizar ainda mais o seu aeroporto, tivemos, obviamente, que inverter a situação.

Não há dúvida que a Secretaria da Educação e Cultura também e muito mais, na prática, a Secretaria Regional do Equipamento Social, desencadearam, nestes dois anos e sobretudo neste que passou, um extremo esforço no sentido de acelerar construções, introduzindo nalgumas delas correcções que, enfim, a prática aconselhou que fossem feitas e sobretudo o arranjo de escolas e algumas delas motivaram até atrasos na abertura do ano lectivo e cito o caso da Praia da Vitória, da Graciosa e S. Roque do Pico que são casos sobejamente conhecidos. Não me custa reconhecer que, de facto, é desagradável haver esta decalage de algumas semanas na abertura do ano lectivo, mas por outro lado também temos que ver isto noutra perspectiva: é que isso significa que se está a introduzir melhorias substanciais. Isto era um problema que naturalmente teria que emergir a 10 anos de existência de Governo Regional, que teve que fazer e fez um esforço notabilíssimo, no espalhar a rede escolar pela nossa Região, é natural que uma certa ordem deste problemas viessem a emergir. Analisado nesta perspectiva até penso que é salutar, embora indesejável, se pudesse evitar, era óptimo.

Por outro lado, o próprio Equipamento Social em colaboração com a Secretaria da Educação e Cultura e em comissão mista - chamemos-lhe assim - está até ao fim deste ano estudando um novo projecto tipo de escola preparatória para a Região, porque verifica-se que estes modelos que têm sido aplicados, alguns até esteticamente serão aceitáveis, embora com algumas observações, mas julgo que devemos criar protótipo regional que, na perspectiva pedagógica, estrutural e técnica, responda melhor às variantes insuspeitadas que as condições climáticas acarretam. Talvez também não fosse disparate estudar um protótipo para escolas do ensino primário. É um assunto que também estará, naturalmente, debaixo duma certa análise.

Dentro de competências e serviços constituem atribuição na Secretaria Regional da Educação e Cultura e na sua componente pedagógica nas áreas dos

ensinos pré-escolar, primário-básico e até secundário e médio da Região, em que lhe cabe superintender sobre a sua qualidade e eficácia, sobressai pela importância que tem aquela que se situa na área de combate ao insucesso escolar, tendo em conta que é vital em qualquer sistema educativo a irradiação daqueles males que são mais frequentemente apontados como causadores da falta de aproveitamento escolar dos alunos, tem-se vindo a implementar todo um conjunto de medidas, tanto ao nível da formação de professores como até no que toca à realidade aluno, partindo-se do princípio que, da conjugação de esforços dispendidos nestas duas frentes se irão progressivamente obter resultados compensadores. As estatísticas recentemente tornadas públicas, atestam que se estará no caminho certo, mas reconheço que há, todavia, que intensificar e acelerar as medidas conducentes a estes objectivos ou a estes fins.

A subida do aproveitamento escolar tem-se vindo a operar numa forma lenta mas contínua e isso também, apesar de tudo, importa destacar. A título de exemplo, o sucesso escolar na área do 5º e 6º anos atinge os valores 63,8%, mais 1,2% do que em 84/85 e mais 2,3% do que no ano anterior. São crescimentos modestos, mas é precisamente por isso que eu digo que há que fazer uma aposta mais intensa, tentando realmente dar saltos qualitativos ou percentuais mais evidentes.

Continuar-se-ão a pôr em prática as medidas consideradas necessárias para minimizar os problemas que se situam no campo da sequencialidade progressiva entre os três ciclos do básico, em que nem sempre a seguinte tem facilitado a missão de completar, aprofundar e alargar a anterior. Repare-se que na passagem do 4º para o 5º ano de escolaridade, o aluno passa de um ensino globalizante, da responsabilidade de um único professor, para um ensino organizado por áreas inter-disciplinares de formação básica, com um regime de professor por área, havendo de novo alterações no acesso ao 7º ano de escolaridade que dá início ao 3º ciclo do básico, todo ele organizado, segundo um plano curricular unificado, com formações vocacionais diversificadas em regime de um professor por disciplina ou grupos de disciplinas. Não constitui pois motivo de admiração que o insucesso ainda existente se localize precisamente nestes períodos fulcrais de transição de níveis de ensino diferentes.

A formação inicial, em serviço e contínua dos nossos docentes são uma das preocupações que estão presentes na Secretaria Regional da Educação e Cultura. Atendendo às necessidades da Região e ao número de professores, nas condições previstas pela legislação em vigor, foram definidas atempadamente as chamadas escolas de formação, segundo critérios que se prenderam não só com a capacidade de formar em termos de lugares disponíveis como no que diz respeito à adequada gestão de recursos materiais e humanos, de que à partida dispunhamos, jogando-se com o binómio qualidade de formação/custos iniciais. Para atenuar os inconvenientes da deslocação do domicílio habitual, do professor formando, para a respectiva escola de formação, criaram-se, como já disse há pouco, incentivos a essa movimentação que se cifram no pagamento de uma passagem de ida e volta e na fixação de um subsídio mensal de instalação no montante de 10.000\$00. A inflação poderá vir ditar o crescimento deste montante. Esta aparente centralização da formação em serviço nalgumas escolas permitirá mais tarde uma descentralização final, na medida em que os professores profissionalizados tomarão, obrigatoriamente, posse nos seus lugares de efectivo nas escolas de origem. Aos poucos, mesmo as ilhas habitualmente mais carenciadas em determinados grupos de leccionação, irão ficando com os quadros das suas escolas providas com profissionais à altura. Não será, certamente, um processo que se resolve de hoje para amanhã, mas pelo menos é um processo com pertinência. A fim de assegurar no corrente ano lectivo a formação em serviço destes docentes, foi assinado um protocolo com

o Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores, na área da componente de formação em ciências da educação, ficando o acompanhamento da prática pedagógica, ou seja a parte didáctica específica, a cargo da D.R.O.P.E. através de recrutamento, por concurso, dos profissionais que a tempo inteiro ou parcial desempenharão esta tarefa.

Entretanto, caminha-se para a institucionalização do centro - entidade de formação de professores da Região, que passará a efectuar a formação inicial dos educadores de infância e dos professores do 1º e 2º ciclo do ensino básico. Este diploma estará, penso eu, a breve trecho, em condições de ser presente ao Conselho do Governo e posteriormente ao Conselho de Ministros, uma vez que se trata duma matéria que é de competência mista.

Há vantagens nítidas na substituição das antigas escolas do magistério primário e de educadores de infância pelo dito centro, se pensarmos, por exemplo, na melhoria da qualidade de formação resultante da eliminação da dispersão existente, substituída pela concentração de valores de que a Região dispõe, pela unificação de critérios e métodos com a racionalização de custos, por todos desejadas, com a aliciente dos curriculos estarem pensados na perspectiva do novo perfil do professor a formar, a que será dado o grau académico de "bacharel". O primeiro contacto com as escolas, neste problema decorrente do protocolo, foi feito através do envio de um dossier de formação, tendo já decorrido a primeira grande acção de formação que reuniu na Universidade dos Açores, durante três dias, todos os intervenientes no processo. Dentro de dias, penso eu, haverá uma outra acção semelhante a esta, conforme manda a lei. Paralelamente a esta acção decorrem os chamados "estágios integrados" para as licenciaturas em ensino, na Universidade dos Açores.

Foram numerosas as acções de formação levadas a cabo no ano lectivo anterior a todos os níveis de intervenção, da Direcção Regional de Orientação Pedagógica e que já estão a ter o seguimento natural no arranque do presente ano lectivo. Têm-se desencadeado acções destinadas a educadores de infância, complementadas com seminários sobre educação musical, literatura infantil, expressão plástica, passando pela formação de animadores do ensino primário que reverteram na sensibilização posterior de 1.232 professores, através da extensão a todos eles - mas não foram os tais 1.232 que foram despedidos pelo Secretário Regional da Educação e Cultura! São outros! - das reuniões pedagógicas das últimas sextas-feiras de cada mês, com o apoio técnico de cinco inspectores da Inspeção Geral, que trabalham entre nós e que já estão de novo a actuar, pela assinatura de protocolos com o Instituto Aurélio da Costa Ferreira e os Institutos Politécnicos de Lisboa e do Porto, para a criação de contingentes especiais para a Região, destinados à formação de professores no âmbito da educação especial.

Igualmente se tem proporcionado as mais variadas acções no domínio do ensino técnico-profissional, no complemento de formação de professores estabelecendo-se protocolos com a British Council, com um Instituto Alemão, com a Aliance Française, Conservatório Nacional, Direcções Gerais do famigerado MEC, etc., que nos ensinos preparatório e secundário abarcam largas centenas de docentes, contribuindo para a formação de 18 profissionais no preparat6rio e 42 no secundário no tocante a estágios integrados, e 11 mais 3 respectivamente no que respeita à profissionalização em exercício.

Já em Outubro, no início do presente ano lectivo, terminou a primeira fase do curso de formação para pessoal inspectivo da Região, estando-se neste momento em plena fase de criação do suporte legal para se arrancar com a etape seguinte, que passará pela apresentação de currículos e a realização de entrevistas conducentes ao concurso e escolha dos profissionais, a cargo de

quem ficará a importante função a que se destinam. Esta acção de inspecção não pretende ter uma função de policiamento, mas sim uma função preventiva. Já temos um quadro mais ou menos traçado, que aconselharia para o primário, preparatório e secundário o máximo de inspectores para acções desta natureza, mas eu penso que esse quadro tem de ser revisto e alargado, pelo menos no caso do ensino primário e preparatório.

No arranque dos trabalhos lectivos do presente ano escolar, os alunos viram satisfeito um pedido que vinham fazendo já há bastante tempo ou seja: foi reduzida a escolaridade presencial, através do reajustamento de cargas horárias, dos cursos complementares no sentido de se lhes dar mais tempo para o estudo privado.

Foram introduzidas modificações no actual sistema de matrículas do ensino secundário, procedendo-se à simplificação que o tornaram mais ajustados aos interesses dos alunos.

Da legislação sobre a compensação educativa irão beneficiar todos os alunos que tenham dificuldades notórias de aprendizagem e aproveitamento escolar insuficiente ou necessitem de apoio pedagógico acrescido do necessário, para todos aqueles que regressam do estrangeiro e têm dificuldades na integração.

A este diploma, aliás, recorreu-se há dias, para minimizar as eventuais situações de insucesso escolar que possam decorrer da abertura tardia de cinco das nossas escolas, devido a factores exógenos à Secretaria Regional da Educação e Cultura e tendo sido aprovadas, no Conselho do Governo do dia 12 de Novembro do presente ano, o alargamento de 5 para 10% do crédito concedidos às escolas, para este fim, calculado com base no número total das aulas curriculares semanais das disciplinas de todas as turmas e anos, em funcionamento nas mesmas. É uma medida que penso que vem de encontro - nem outra coisa seria de esperar da Secretaria - aos interesses dos alunos, que sem culpa nenhuma ficaram privados de arrancar atempadamente nas suas aulas. As férias são escolares e, aliás, os professores terão todo o gosto e todo o empenhamento, pela sua boa consciência profissional, em participarem neste esforço mais, que a própria lei prevê.

No âmbito da actuação da educação especial foi criado um serviço de apoio a dificuldades de aprendizagem, que tem por objectivo combater o insucesso escolar existente na escola primária - primeira fase, para além do apoio habitual prestado às crianças deficientes da Região.

Aos alunos de Santa Maria e do Pico foi alargado o ensino secundário complementar, respectivamente nas Escolas Preparatórias de Vila do Porto em 85/86, Lajes e S. Roque do Pico em 86/87 e pelo que me consta agora, também a Escola Preparatória da Graciosa solicita esse alargamento. E uma questão do Sr. Director Regional de Orientação Pedagógica se deslocar à Graciosa e verificadas as tais condições que são sempre exigidas nesses casos, não vejo qualquer obstáculo a que possa funcionar esse 10º ano.

Pensou-se igualmente em todos aqueles que, sendo alunos trabalhadores estudantes, necessitam de adquirir, reconverter ou aperfeiçoar conhecimentos para a sua promoção cultural e profissional. Desta forma foi autorizado o funcionamento de vários cursos supletivos gerais e complementares nocturnos, em escolas espalhadas pelo Arquipélago, cujos processos foram minuciosamente estudados, caso a caso, e deferidos sempre que reúnam condições para tal.

Foi, finalmente, criado um embrião na educação tecnológica, já a partir do 7º ano de escolaridade, com a introdução de ajustamento no funcionamento dos trabalhos oficinais com vista a se obter, para além duma melhor organização

escolar, uma sequência dos estudos. Isto conduz-nos a outra ordem de preocupação dominante no plano pedagógico, que se situa no relançamento do ensino técnico-profissional.

Passados que são 3 anos da fase de arranque, há que fazer um balanço, se bem que sucinto, à forma como essa experiência pedagógica foi implementada e como tem vindo a decorrer.

Constata-se que valeu a pena o esforço dispendido a partir de 83/84, na medida em que os resultados obtidos são de molde a encorajar e continuar a apoiar e incentivar essa experiência. E extremamente gratificante verificar que ainda antes de findar o ano lectivo de 85/86, alguns dos nossos alunos já tinham sido contactados por empresas das respectivas especialidades, com propostas concretas de emprego. Isso significa que, finalmente, estaremos a encaminhar-nos na direcção certa, indo-se ao encontro das reais necessidades da Região no tocante à satisfação das carências de técnicos a nível intermédio.

Ao ministrar-se aos alunos uma formação tecnológica actualizada sem contudo se cair numa especialização excessiva, não descurando igualmente a componente de bases cultural e humanística indispensável, não só uma correcta inserção na vida activa, como também ao procedimento de estudos superiores, está-se à partida a investir com garantia no futuro da nossa juventude. Apraz-nos igualmente salientar que, aqueles alunos que reuniam condições para o ingresso no ensino superior, atingiram o seu objectivo em paralelo com colegas da via do ensino. Estão assim afastados aqueles receios, a nosso ver infundados, que surgiram em relação a essa questão.

Ultrapassada que foi esta fase inicial, estamos em condições de avançarmos com a segurança indispensável na área dos cursos profissionais. Assim, neste ano lectivo já teremos a funcionar dois nas áreas de prática de electricidade e de reconhecedor cartógrafo. Prevêem-se que, daqui em diante, o seu número venha a crescer de forma significativa. Tomemos como exemplo o caso das turmas técnico-profissionais: em 83/84 avançámos com 2 turmas em duas escolas; em 86/87 temos em funcionamento 7, em 3 das nossas escolas secundárias, cobrindo já alguns pontos nevrálgicos das ilhas Terceira, S. Miguel e Faial que, dada a sua localização geográfica, nos vão permitir responder, por agora, de forma satisfatória às necessidades de formação técnica da Região.

É nossa intenção avançarmos com cursos profissionais nas ilhas mais pequenas, tendo já sido dado todos os passos significativos para a sua breve implementação. Aqui, tentou-se já este ano na ilha de S. Jorge, só que depois surgiram algumas dificuldades em encontrar técnicos para monitorar algumas dessas disciplinas que constituíam a área da agro-pecuária, mas não foi possível por parte da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - porque também precisa, obviamente, desses técnicos conciliar, mas penso que numa segunda aproximação, e porque esse assunto já está em curso entre as respectivas Direcções Regionais dum e doutro sector, poderemos vir a ultrapassar essa circunstância.

Presentemente, só quem possui um curso técnico-profissional ou profissional pode, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei 248/85, que estabelece o regime geral da estruturação das carreiras da Função Pública, ingressar na sua carreira técnica ou profissional respectivamente.

Sintomáticos são os pedidos que nos chegam diariamente, traduzidos já na prática, por exemplo, na colaboração entre o Instituto Geográfico e Cadastral e Escola Secundária Domingos Rebelo, para a formação complementar dos

técnicos de que o primeiro necessita e que já estão a trabalhar na área técnico-profissional dos desenhadores cartógrafos e na profissional de reconhecedores cartógrafos.

Tem-se dado a devida continuidade ao apoio e facilitação do estabelecimento da ordenação do ensino particular com uma expressão da liberdade de escolha do cidadão.

Prevê-se um aumento de apoio financeiro, para além da continuação de apoio administrativo, pedagógico e à formação de docentes, com a realização de provas públicas, para obtenção e autorização definitivas de leccionação por parte de docentes sem habilitações próprias.

O sector de ingresso no ensino superior, com as inscrições para exames "ad hoc", candidaturas gerais, especiais e complementares, pretende alargar o seu raio de acção criando um serviço de informação que abranja os planos curriculares por cursos de todas as Universidades e similares existentes no País, com o fim de prestar esclarecimentos a todos os que pretendam adquirir habilitações de nível superior.

Para finalizar esta parte, uma palavra sobre o sector imprescindível da orientação pedagógica que é o da educação permanente, que vai precisamente ao encontro de todos aqueles que, na idade própria, infelizmente não tiveram acesso à escolaridade de então ou usufruíram-na no mínimo, estando muito deles na presente situação denominada por "analfabetismo regressivo".

Procurando efectuar a formação profissional e cultural, a reconversão ou o aperfeiçoamento do saber adquirido no passado, desenvolvendo a sociabilidade no sentido da observação, compreensão da realidade envolvente, o espírito e a matéria democráticas, aumentando a solidariedade social, mantendo vivas a arte e saberes tradicionais, coordenando e dinamizando as actividades das bibliotecas populares, etc., este sector intervém em áreas vitais como as da higiene, saúde pública, alimentação, artesanato, educação infantil, etc., com acções de alfabetização completadas por sócio-profissionais de música, culinária, dactilografia, mecânica, teatro, artesanato, corte e costura e malhas que no ano transacto tiveram a participação de 4.374 indivíduos e estiveram a cargo de 284 bolseiros e de 18 coordenadores concelhios.

Para 86/87 pretende-se cobrir todas as ilhas, apostar ainda mais na qualidade das acções com formação e acompanhamento dos animadores e intervir a nível da educação recorrente, em colaboração com a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, quanto aos profissionais da pesca na Região. É fundamental continuar-se a fazer a ponte entre o saber e o saber fazer, entre a cultura escolar e a do quotidiano - a chamada universidade da vida, não descurando a valorização das actividades manuais, conforme a dispersão estética a preservar a todo o custo.

No plano da acção cultural, a Secretaria dispõe, através do Fundo Regional de Acção Cultural, de um orçamento da ordem de 63.800 contos. E com esta verba que se procura fomentar diversas actividades de apoio à realização de exposições, espectáculos, concertos, cursos, conferências, congressos, apoio a pessoas singulares ou colectivas, apoio a filarmónicas - se calhar é outro processo a aborrecer o Partido Socialista -, apoio a organismos a actividades de animação cultural, de formação e aperfeiçoamento técnico e aquisição de espécies de comprovado valor para a Região.

Ainda no domínio do Plano e nesta área, nós temos programas de defesa e valorização do património cultural, a níveis, evidentemente, mais modestos, porque o Fundo em si não estica. Compete ao Governo em conjunto e sentado à

roda da mesma mesa, criar um equilíbrio na partição do bolo do Orçamento Regional e depois cada Secretaria Regional, certamente, ter que fazer as suas opções às áreas que lhes pareçam de maior monta, de maior prioridade na perspectiva social. Não é que eu não considere a defesa e a valorização do património cultural de grande monta social, só que, dispondo de um determinado montante, optei pelo alargamento da rede escolar - o Sr. Deputado Carlos César quis fazer crer que não, que a opção não tinha sido minha, tinha sido imposta; não foi nada imposta! - para ver se no fim deste Plano teríamos, praticamente, muito próximo da cobertura integral e ao mesmo tempo não descurar algumas acções que, estando em curso, é justo que continuem. Eu já falei do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada, futura Biblioteca Pública, fui acoimado de estar escandalosamente a proteger a Biblioteca Pública de Angra contra a de Ponta Delgada, não sei bem em quê! Espero o projecto e a apresentação do mesmo em 28 de Novembro, que é a data que me foi transmitida pelo Sr. Secretário Regional do Equipamento Social e, portanto, iniciaremos esta acção da futura Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Esta biblioteca é uma das mais importantes do País; é a mais importante da Região. Como biblioteca, tendo fundos de valor inestimável, de valor não só material, como de valor intrínseco e como arquivo, é um belíssimo arquivo. Vai ser, penso eu, a avaliar por aquilo que conheço do ante-projecto e do programa de instalação dessa biblioteca, uma acção que honrará muito os Açores e será um imóvel de grande categoria, com a dupla vantagem de ser operativo e voltado para as realidades modernas e ao mesmo tempo dá-se a recuperação dum edifício notável que é o próprio Colégio dos Jesuítas.

O Museu Carlos Machado, a Igreja da Povoação e o Recolhimento de Santa Bárbara uma jóia, não digo esquecida, mas bastante e lastimosamente arruinada; tenho-me debatido - o Sr. Presidente do Governo está olhando para mim e sabe perfeitamente quantas e quantas vezes não lhe tenho falado no Recolhimento de Santa Bárbara - de tal maneira que se conseguiu inscrever aqui uma verba para a elaboração dum projecto.

Eu penso que o nosso património nos Açores, por uma lado está tão degradado, mas por outro é de tanta valia que merece que se deva começar pela elaboração de projectos, de estrutura e de reintegração e não, a não ser em casos excepcionais e de imediata necessidade, do retelhozinho ou de fecho de fendas.

Na Terceira concluiremos a Biblioteca Pública de Angra e outro problema importante, que é o Forte de Santa Catarina do Porto da Praia da Vitória, para o qual se vai elaborar um projecto com a verba aqui inscrita.

Aqui na ilha do Faial teremos a Igreja Matriz da Horta, cujo concurso - uma vez que o projecto está pronto, poderá ser lançado já no princípio do ano, se aprovado este Orçamento; teremos a Igreja do Carmo e a Igreja de São Francisco, no valor de, salvo erro, 2.000 contos e, portanto, acrescentar-se-á a verba que aqui está inscrita.

É certo que, possivelmente, ao longo do ano, com alguns ajustamentos que se possam fazer dentro de inter-programas, outras acções de menor monta ou as mesmas acções mais carregadas possam vir a colher algum benefício. É legítimo, e nada de extraordinário, que assim aconteça.

Continua-se com o programa de montagem de Casas de Etnografia. Foi uma opção que os Governos anteriores fizeram, penso que no tempo ainda do primeiro Governo. É realmente uma das acções mais notáveis que se pode entender, quanto à preservação dos nossos valores e dos nossos testemunhos, como sociedade colectiva. Já foi inaugurada, há alguns anos, a Casa Etnográfica da Graciosa - Museu da Graciosa; a Casa de Etnografia de S. Jorge vai em bom

andamento, apesar de algumas dificuldades de mestres que existem em S. Jorge, mas transmite-me ali o Sr. Deputado Gil Berquó que não está mal, se bem que passassem dois aviões outro dias por cima do esqueleto da cobertura do dito edifício e deitaram aquilo tudo ao chão. Não sei se foi uma provocação da Força Aérea!...

(Risos da Câmara)

O Orador: ... O Museu dos Baleeiros está pronto; vai entrar na fase de pinturas e na fase de instalação de montagem das suas estantes e vitrines para expôr o seu espólio.

Abriu-se uma acção aqui no Plano, contemplada apenas para elaboração do projecto do Museu de Vinho na Ilha do Pico. A casa é excelentíssima (é a antiga adega dos Frades Carmelitas da Horta) - portanto é uma presença do Faial no Pico, mas doutros tempos, evidentemente e vai transformar-se em Museu de Vinho. Tem um bom espólio, e devo dizer que o grande impulsor foi o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo nessa matéria, encontrando toda a abertura e sensibilização da minha parte.

A Casa de Etnografia das Flores, se o Governo tivesse conseguido voar, teria sido inaugurada, possivelmente com alguma banda e até vos posso dizer qual?! Seria a da Fajazinha!...

Deputado Manuel Serpa (PS): Com farda nova!

(Risos da Câmara)

O Orador: ...Não sei então se chagaria a fardamento novo, mas a assoprar nos instrumentos já lá estariam!...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...De qualquer maneira, a Casa de Etnografia está pronta, mas terá a sua continuidade num outro pólo que é o Convento de S. Boaventura, na dita Vila de Santa Cruz, com verba prevista no Plano. Este Convento é outra maravilha regional que se encontra em estado adiantado de degradação.

Depois tem o decantado apoio às filarmónicas!

Bom, adiante!...

Na área do desporto e em matéria do Plano, nós temos uma verba, que nem aumentou do ano passado para este, no montante de 5.000 contos, para a formação profissional de quadros na área do desporto e que contemplará acções de informação, actualização, cursos de estágio de aperfeiçoamento e de especialização.

Temos também o famoso Programa 63 - Recuperação de imóveis de interesse cultural, destruídos pelo sismo. É um programa transitório. Até quando é que será transitório? Nós não sabemos.

O Dr. Álvaro Monjardino fez uma intervenção alargada sobre a necessidade, que eu reconheço urgentíssima também, da criação imediata do Gabinete da Cidade de Angra. Já se está dando os primeiros passos nesse sentido, o próprio Dr. Álvaro Monjardino está envolvido nesse projecto de criação, porque sempre tem que haver um mínimo de enquadramento e, de facto, até ao momento não se tinham perfilado determinadas conjunturas, para o nascimento deste Gabinete.

Ele vai aparecer. O comentário do Dr. Álvaro Monjardino, que muitos entenderam como sendo uma crítica, eu achei que tinha sido muito bem colocado e até já tínhamos conversado sobre esta matéria e sobre o facto de ele vir fazer aqui esse discurso. Não foi um discurso de encomenda, é obvio! Nem sequer o Dr. Álvaro Monjardino me deixava encomendar fosse o que fosse!...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...Ainda em relação ao desporto é natural que tenha faltado qualquer coisa, nomeadamente para a implementação do desporto, eu direi brevemente que através do Fundo de Fomento do Desporto, nós temos uma verba que ascende ao montante de 91.500 contos, além de um programa, que me esqueceu de referir, que é o das instalações e actividades desportivas e que se centram fundamentalmente na ampliação da zona desportiva de Ponta Delgada, na construção do decantado parque desportivo de Angra do Heroísmo, que neste momento está adjudicado à "Consulmar" e encontra-se no Tribunal de Contas, por onde tem de passar agora toda essa papelada que envolve sempre estes processos. Já falei pessoalmente, há 2 ou 3 dias, com o Dr. José Faustino - ilustre Presidente da Delegação Regional do Tribunal de Contas - que me prometeu acelerar o mais depressa possível todo este processo.

Por último, a tal conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo da Horta, que agora o Engenheiro Germano Domingos me diz que não pára, para além da conclusão de recintos desportivos não oficiais que também penso que têm tido um papel bastante importante e preponderante, sobretudo nos nossos meios rurais, através de polidesportivos, campos de futebol, que paulativamente vão aparecendo e vão crescendo e até aparecem com estruturas bastante aliciantes. Ainda recentemente inaugurou-se nas Lajes da ilha Terceira um campo de futebol muitíssimo aceitável, onde o Lusitânia, se lhe faltar campo, poderá ir jogar.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para pedidos de esclarecimento e um voto de congratulação.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. António Maria Mendes:

O meu voto é de congratulação, porque V. Exa. apresentou uma intervenção sobre a educação nos Açores.

Congratulo-me também, porque, até que enfim, o Governo Regional assume uma posição que há muitos anos o PS vem assumindo: é necessário, é imprescindível, é urgente a criação dum novo tipo de construção de escolas no ensino preparatório. Comece desde o pré-primário!

A minha pergunta de esclarecimento - apesar de, segundo as suas palavras, o Governo ter tido o azar de ter ficado em terra - é se o esforço extremo, também de acordo com as suas palavras, que a Secretaria Regional do Equipamento Social fez para que as escolas de Arrifes, Rabo de Peixe e Laranjeiras, pudessem entrar em funcionamento este ano, esse esforço não conduziu a que, em contrapartida, cinco, para não dizer mais, das escolas tivessem aberto com mês e meio de atraso?

Também não posso deixar de me congratular, porque o Sr. Secretário utilizou a nova linguagem, a linguagem do século XX, da Lei de Bases do Sistema Educativo Português. Só tenho que lamentar é que no Plano, V. Exa. não tem uma única palavra sobre essa lei. Na sua apresentação do Plano utilizou-a; é pena que em termos práticos não tenha aparecido a lei no Plano e no Orçamento.

Igualmente, também lamentar que não tenha respondido a algumas das questões que eu próprio levantei durante a minha intervenção, mas há uma que eu não posso deixar passar. O Governo Regional já anunciou que criara e finalmente também o CIFOPRA - Centro Integrado de Formação de Professores da Região Açores, que dentro de alguns meses terá de funcionar obrigatoriamente, isto é: em Outubro de 87 irá ter alunos, eu pergunto aonde irá o Governo Regional buscar dinheiro para pôr a funcionar uma estrutura que não vem contemplada no Plano, não vem contemplada no Orçamento? Deve ser os tais 32 vírgula não sei quantos por cento, que não estão desagregados, nem em termos de projectos, nem em termos de ilhas. Isso é outra questão!

Queria também perguntar ao Sr. Secretário que afirmou que se realizou o primeiro curso de formação de inspectores na Região. Ora, o quanto é do conhecimento público é que para a função pública é necessário, no mínimo, fazerem-se concursos, quais foram os critérios que presidiram à escolha: eleição, votação, convite, cartão amarelo, como é que chegaram lá?

V. Exa. também falou no apoio às crianças deficientes da Região. Eu gostaria de saber a que crianças é que V. Exa. se refere? Que tipo de apoio é que deu? Se considera que, através da sua Secretaria, o apoio foi dado com a criação de 4 turmas com 8 crianças cada uma no passado ano lectivo e neste ano pouco mais são. Aproveitaria a ocasião para lembrar-lhe que a Associação de Pais e Amigos de Deficientes da Nordela, que reuniu com a Comissão dos Assuntos Sociais, mostrou-se extremamente aflita e preocupada com uma quantidade de problemas que afecta aquela Associação, e como V. Exa. sabe é a única estrutura nos Açores que apoia aquele tipo de deficientes, gostaria de saber se a Secretaria tem algum programa em que contemple aquela Associação? Também aproveitava e perguntava, de facto, o que pensa o Governo Regional sobre o ensino dos deficientes, na medida em que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais ontem, parece que já tinha dúvidas sobre os caminhos a seguir, pergunto se as Secretarias da Educação e Cultura e Assuntos Sociais já mudaram de ideia e não vão, de facto, fazer aquilo que se previa, que era a criação do quadro do Centro de Educação Especial dos Açores e a definição da educação e ensino especial nos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Apreciei a sua intervenção, o cuidado posto nos pormenores e, exactamente, queria eu próprio envolver-me em alguns deles.

Queria relembrar aqui à Câmara, como elementos de reflexão que, para além do Plano propriamente dito e que foi aqui desenvolvido pelo Sr. Secretário, foram feitas algumas referências a acções que constituem aspectos de fundamental importância da actuação da Secretaria e que estão intimamente relacionados com a actuação dos referidos fundos: o Fundo Regional da Acção Social Escolar, o Fundo Regional de Fomento do Desporto e o Fundo Regional da

Acção Cultural e relembrar que nessa área de actuação o Governo Regional propõe-se utilizar para o próximo ano 600.000 contos. E aqui, a incoerência como já referi anteriormente, queria de novo expressar o meu desejo e o reconhecimento, que seria de grande utilidade para esta Câmara, que atempadamente pudesse ser distribuído pela Assembleia o plano de actividades correspondentes a esses Fundos. E, isto como foi muito bem referido pelo Sr. Secretário, é a partir deles que parte significativa das acções da Secretaria, e sobretudo com grande incidência em forças vivas e em áreas específicas da vida regional, por daí carecer duma maior divulgação e, porque não, duma apreciação nesta Assembleia. E isto, porque áreas importantes como, por exemplo, a política do desporto julgo que é importante reconhecer - que sem o conhecimento aprofundado do conteúdo das acções previstas através desses Fundos, escapam um pouco aqui à observação da nossa Assembleia, salvo os tais 3 projectos de âmbito regional e que muito bem o Sr. Secretário classificou de decantado parque desportivo da ilha Terceira que, ao contrário do gimnodesportivo da Horta que tem tido honras de ser sistematicamente aqui justificado e analisado nesta Câmara e nós conhecemos a história das falências que tem envolvido esse projecto, infelizmente ou felizmente não sei, no caso do parque desportivo da ilha Terceira as falências não têm sido divulgadas e continuamos um pouco desconhecendo as razões porque este projecto se arrasta tão longamente. Estou certo que o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, na sua intervenção, vai pronunciar-se pormenorizadamente sobre este assunto, e isto porque, como muito bem disse o Sr. Secretário da Educação e Cultura, o Lusitânia corre o risco de sair da 2ª divisão, ao entrar na 1ª, conforme seja a evolução, e não ter o recinto apropriado para praticar desporto na ilha Terceira. Era bom que esta Assembleia também se preocupasse com o desporto e se falasse, inclusivamente, em futebol nesta Casa. Parece-me importante e lembrar também ao Governo,...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): O Sr. Deputado devia praticar desporto!

O Orador: E pratico, Sr. Presidente, à minha maneira, obviamente!

(Risos da Câmara)

O Orador: ...que se tivéssemos um clube na 1ª divisão ou mesmo se ele atingisse determinada fase da Taça de Portugal, não teríamos possibilidade de praticar o desporto de alta competição, no caso concreto, na ilha Terceira.

Queria referir ainda, a este respeito, que apesar de termos aqui previstos 91.000 contos no Fundo Regional de Fomento do Desporto, que eu saiba, as equipas de futebol dos Açores, que participam nos campeonatos nacionais, fazem-no praticamente sem encargo directo para o Orçamento Regional. E, infelizmente, nalguns domínios aquele pouco a que elas podiam ter acesso, dificilmente é conseguido.

Eu queria pôr aqui uma informação, que possuo, que na presente época desportiva o Lusitânia, por exemplo, não tem recebido qualquer compensação financeira pelas deslocações que está a efectuar ao Continente Português. É uma situação perfeitamente incompreensível; é anormal, uma vez que as equipas da 3ª divisão: Santa Clara e o Praiense estão recebendo essas compensações. Não se compreende porque razão uma equipa que sobe de escalão, está privada desses recebimentos. Chamo a atenção que isto envolve encargos de certa monta para colectividades modestas como as nossas e pedia desde já, se bem que o Sr. Secretário não esteja informado para dar a informação de imediato, admito isso, mas que fossem feitas diligências no sentido de apurar a responsabilidade desse facto.

Finalmente, e uma vez que também foi aqui referido e congratulo-me com isso, o apoio que é dado aos recintos não oficiais e à recente inauguração dum deles, há poucos dias, chamo a atenção para o facto da necessidade de se integrar esses apoios e essa política de construção aos recintos não oficiais com a dos recintos oficiais, porque lembro que há ainda recintos municipais, e estou-me a referir ao da Praia da Vitória, em que se pratica desporto já de certo relevo para o meio e em que praticamente não há iluminação que permita um trabalho nocturno e nós sabemos o grau de ocupação dos nossos recintos. Equipas há que treinam diariamente das 6,5 às 8 horas da manhã com obrigações e, de facto, tem meia dúzia de lâmpadas, digamos, colocadas por amadores e que não funcionam. Em paralelo vemos nalguns recintos rurais, que têm todo o direito, mas que não têm obrigação que eu chamava da nossa "alta competição" e, de facto, está penalizando fortemente a imagem da Região e os resultados que se podem alcançar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Alguns esclarecimentos ficam pelo caminho, porque sou recomendado a poupar o máximo de tempo, uma vez que esse tempo vai faltando ao Governo.

Respondendo ao Sr. Deputado Francisco de Sousa, devo dizer que o esforço dispendido no adiantamento das escolas dos Arrifes, Rabo de Peixe e Secundária das Laranjeiras, penso que não é isso que necessariamente veio provocar o atraso verificado em obras noutras escolas de outras ilhas e que comprometera, com efeito, o arranque do ano lectivo. De facto, não estou a ver muito a implicação do acelerar das Laranjeiras, com o facto de não terem chegado coberturas especiais, com que se dotou já um dos pavilhões da escola da Graciosa ou com o piso vinílico assentado na grande área da Escola Preparatória da cidade da Praia da Vitória. Portanto, penso que não há uma relação com a outra.

Quanto ao Centro Integrado de Formação de Professores, pergunta-me se em Outubro próximo estará a funcionar. Pois devo-lhe dizer que estas coisas não se montam de um dia para o outro e esse Centro é integrado na Universidade e até certo ponto penso que deverá ser da responsabilidade e da área da Universidade, a viabilização do aparecimento da estrutura onde ele vai funcionar, se é a isso que se quer referir. Aliás, como já tive ocasião de lhe dizer, em conversa privada, ainda está em apuramento e em retoque o diploma que há-de ser presente ao Conselho do Governo sobre esta matéria e o equacionamento de todos os problemas que envolvem.

Quanto ao problema, que pôs aqui, sobre os Serviços de Apoio às Dificuldades de Aprendizagem referiu duas ilhas atingidas: a Terceira, funcionando em Angra e Praia da Vitória e em S. Miguel, funcionando em Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, envolvendo 10 escolas este ano. Fundamentalmente este serviço que se quer cada vez alargar mais, vai ter por missão analisar e estudar a real idade das crianças deficientes na Região Autónoma dos Açores, considerados já os serviços existentes na Região que actuem neste âmbito, promover acções de sensibilização aos professores e pais para a realidade das crianças deficientes, proceder ao recrutamento de pessoal docente e educadores de infância, visando uma especialização muito concreta para quem trabalha nesta área e a constituição de equipas de apoio para actuarem nas zonas consideradas carenciadas ou que indiquem situações infelizes como esta

e a criação de salas de apoio para aquelas crianças que não podem ser integradas, porque também as há e essas mais infelizes serão ainda.

Mais poderia dizer sobre isto, mas por razões de tempo não me permite ir mais além, e até porque o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais também gostaria de intervir sobre esta matéria do ensino de deficientes.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que falou no problema da apresentação por parte do Governo, dos gastos dos Fundos, se é isso, não é preciso que o Governo o venha fazer, como o fará. Penso que até na sua qualidade de Deputado pode, através da Mesa da Assembleia, requerer, qualquer informação complementar e de pormenor sobre os apoios e as implementações que os mesmos fundos viabilizam ou permitam.

Quanto ao Lusitânia, julgo que não é desonroso que ele jogue no campo das Lajes. Penso que ele está na 2ª divisão, mas parece que, se ele subir de divisão - eu não sou futebolista nem a minha vocação verdadeiramente não vai muito para esse campo, se bem que apoie incondicionalmente o desporto - só poderá jogar em campos relvados, daí que isso implicasse com o problema do estádio, do parque desportivo de Angra do Heroísmo. Ele tem que andar para a frente rapidamente.

Também pôs aqui a questão da necessidade dos apoios. Penso que sim e no caso do Lusitânia - amanhã poderá ser outro grupo qualquer, se lá chegar, a levar o bom nome da Região para fora das nossas fronteiras naturais e atlânticas - este apoio já está encontrado para a época que está a decorrer. Já se vai dar este apoio, mercê de uma acção conjugada entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, com base num princípio absolutamente correcto, porque também penso que ao levarem o nome dos Açores a Lisboa, ao Algarve e à Madeira, estão a fazer, na perspectiva turística, alguma propaganda da Região e a captar as atenções para a nossa realidade, e isso interessa-nos.

Em relação aos campos desportivos municipais e concretamente no caso da Praia da Vitória, eu penso que sim, sempre que possa haver algum apoio e algumas melhorias, têm o mesmo direito que os outros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Agradeço as respostas possíveis e fiquei francamente satisfeito ao saber que o Governo Regional está equacionando um apoio razoável, não à forma da Madeira, julgo que ninguém solicita esse tipo de apoio, mas à forma da Região, e vejo que já envolve outras Secretarias, que há um consenso sobre isso. Já que tive a felicidade de ter acesso a essa resposta - para mim foi uma surpresa agradável - perguntava se realmente nesse projecto, não sei se é possível divulgá-lo aqui perante o Parlamento, que julgo teria algum impacto, está também previsto algum apoio para as equipas que estão ao nível da 3ª divisão, porque se a equipa que está na 2ª divisão merece isso, por razões óbvias, as que estão na 3ª também nas suas deslocações têm contactos com zonas que demonstram grande interesse pelos Açores, com características específicas, que não apenas a compensação pelos encargos decorrentes da deslocação e alojamento, neste caso, no Continente, se tenha em conta - para além do da 2ª que bem merece - que existem dois a nível da 3ª que fazem o que podem, no sentido da boa divulgação do desporto regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora pense que tenha deixado estas duas questões, postas pelo Sr. Deputado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, esclarecidas ontem, eu repito de qualquer forma a resposta.

Eu não disse que tinha dúvidas quanto ao futuro do Centro de Educação Especial dos Açores, Sr. Deputado! O que eu disse foi que as posições que já tinham sido assumidas pelo Governo, pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais e pelo Secretário Regional da Educação e Cultura, quanto ao ensino especial, se mantêm tal e qual como tinham sido definidas ou seja: entendemos que tudo o que é ensino especial deve ser responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura, só que, quanto ao Centro de Educação Especial - este Centro a partir do ano passado e com a colaboração duma instituição holandesa passou a desenvolver actividades bastante profundas na área da reabilitação - pensamos nós, já não é da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Portanto, todo o processo de reorganização, se me permitem a expressão, do Centro de Educação Especial tem que ser repensado em função das novas actividades que se estão a desenvolver e nós próprios temos que pensar como é que vamos encaminhar as actividades de reabilitação que o Centro agora desempenha e como é que as vamos articular com as actividades da Educação. Mas quanto ao ensino especial, propriamente dito, não há qualquer dúvida.

Quanto à Associação de Pais e Amigos, quer o Sr. Deputado Borges de Carvalho, quer o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tiveram a oportunidade de me falar dum encontro que esta Associação teve com a Comissão dos Assuntos Sociais, tiveram a oportunidade de transmitir à Secretaria dos Assuntos Sociais o reconhecimento desta Associação pelo apoio que tem sido prestado. Há, efectivamente, agora um problema de instalações, tanto quanto me foi referido, e gostaria de expandir a sua actividade e nós estamos tão abertos, como sempre estivemos, a essa expansão. É realmente uma actividade e uma instituição que nós apreciamos muito, porque pensamos que é esta uma das formas de resolver o problema, ou seja com o envolvimento dos próprios interessados em que ele seja resolvido.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições e porque estamos a chegar à hora regimental, vamos encerrar os nossos trabalhos.

Recomeçaremos amanhã às 10.00 horas, com a continuação deste ponto da Ordem do Dia.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 19.50 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

PSD - João Vasco Paiva, Jorge Cruz, Renato Moura; PS - Carlos César, Simas Santos, José Manuel Bettencourt; CDS - Alvarino Pinheiro).

(Deputados que faltaram à Sessão: PS - Hélio Pombo, José Resendes; CDS - José Ramos Dias).

P'lo Redactor de 1ª Classe: José Rodrigues da Costa.

Reviu e emendou: João Luís de Oliveira Pereira.